

Universidade de Brasília

Relatório de Autoavaliação Institucional

Período do Relatório - 2009

Volume I

Brasília, março de 2010

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Fernando Haddad

Ministro da Educação

Maria Paula Dallari Bucci

Secretária de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CONSELHO DIRETOR

Presidente

Prof. José Geraldo de Sousa Junior

Conselheiros

Prof. João Cláudio Todorov

Prof. Jacques Velloso

Suplente

Prof. Reinhardt Adolfo Fuck

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Prof. José Geraldo de Sousa Junior

Vice-Reitor: Prof. João Batista de Sousa

Decana de Ensino de Graduação: Profa. Márcia Abrahão Moura

Decana de Pesquisa e Pós-Graduação: Profa. Denise Bomtempo Birche de Carvalho

Decano de Extensão: Prof. Wellington Lourenço de Almeida

Decana de Assuntos Comunitários: Profa. Rachel Nunes da Cunha

Decano de Administração: Prof. Pedro Murrieta Santos Neto

Secretário de Planejamento: Hélio Marcos Neiva

Universidade de Brasília

Relatório de Autoavaliação Institucional

2009

Comissão Própria de Avaliação

Prof. José Geraldo de Sousa Junior (Reitor – Presidente)
Profa. Márcia Abrahão Moura (Decana de Ensino de Graduação)
Administrador Hélio Marcos Neiva (Servidor - Secretário de Planejamento)
Prof. Ricardo Carmona (CESPE)
Prof. José Angelo Belloni (Departamento de Estatística)
Contador Samuel Faria de Abreu (Servidor - Decanato de Administração)
Psicóloga Aparecida Miranda Cunha (Servidora – Serviço de Orientação ao Universitário – Decanato de Ensino de Graduação)
Arnaldo Carlos Alves (Servidor – Secretaria de Administração Acadêmica)
Raul Pietricovsky Cardoso (Aluno – Coordenador do Diretório Central dos Estudantes)
Ananda Martins (Aluna- Associação dos Pós-Graduandos da UnB)
José Antonio Moroni (Representante da Sociedade Civil - INESC)
Eliceuda Silva de França (Representante da Sociedade Civil – MOPUC)

Grupo Técnico de Avaliação da Comissão Própria de Avaliação

Representante da Secretaria de Planejamento: Hélio Marcos Neiva – Coordenador
Representantes do Decanato de Ensino de Graduação: Ricardo Coelho da Silva Filho (Titular) e Jeremias Silva Bastos Filho (Suplente)
Representantes do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação: Mário César Ferreira (Titular) e Georgete Medleg Rodrigues (Suplente)
Representante do Decanato de Extensão: Jodette Guilherme Amarim
Representante do Decanato de Administração: Marta Emília Teixeira
Representante do Decanato de Assuntos Comunitários: Mendel de Almeida Queiroz
Representantes do CESPE: Ricardo Gauche (Titular) e Vítor Augusto Motta Moreira (Suplente)
Representantes do Centro de Informática: Marcelo Ladeira (Titular) e José Carlos Pena Gonzáles (Suplente)
Representante da Secretaria de Administração Acadêmica: Júlio César Goulart Garay

Apoio Técnico

Júnia Maria Zandonade Falqueto (Secretaria de Planejamento)
Mariana Dias Batista (Secretaria de Planejamento)
Valéria Ferreira de Araújo (Secretaria de Planejamento)
Vinícius Marinho Costa (Secretaria de Planejamento)
Walméria Rodrigues (Decanato de Ensino de Graduação)

Endereço do campus-sede da Universidade de Brasília

Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte

Prédio da Reitoria, bloco B, 1^o andar

CEP: 70.910-900 Brasília-DF, Brasil

Telefones: (61) 3273-3379/ 3307-2207

Fax: (61) 3274-5915

<http://www.unb.br> – unb@unb.br

I Dados da Instituição

Universidade de Brasília

Código: 2

Instituição Pública Federal

Organização Acadêmica: Universidade

Categoria Administrativa: Pública Federal

Dirigente Principal: Prof. José Geraldo de Sousa Junior

Endereço da Sede: *CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO – REITORIA*

70910-900 BRASILIA, DF

Telefone: (61) 3307 2600 Fax: (61) 3272 0003

e-mail: unb@unb.br

Site: <http://www.unb.br>

Campi:

Campus Darcy Ribeiro

Campus UnB-Ceilândia

Campus UnB-Gama

Campus UnB-Planaltina

Dados de Criação:

Documento: Decreto do Conselho de Ministros

N. do Documento: 500

Data do Documento: 15/1/1962

Data de Publicação: 16/1/1962

Situação Legal Atual: Credenciada

Documento: Decreto do Conselho de Ministros

N. do Documento: 500

Data do Documento: 15/1/1962

Data de Publicação: 16/1/1962

Credenciada para ministrar educação a distância: Sim

Apresentação

O Relatório de Autoavaliação Institucional da Universidade de Brasília referente ao ano de 2009 é resultado de um planejamento e desenvolvimento das ações do processo avaliativo da instituição, organizado e coordenado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída pela Resolução do Conselho Universitário 1/2009, de 2/2/2009, em cumprimento ao disposto no art. 11 da Lei 10.861, de 14/4/2004, e no art. 7º da Portaria 2.051, de 9/7/2004.

A participação da comunidade universitária deu-se mediante seus representantes na CPA, além de contribuições de gestores de unidades acadêmicas e administrativas de todos os campi da Universidade.

Consciente da importância do processo de autoavaliação institucional, foi constituído, por meio do Ato da Reitoria 362/2010, de 10/2/2010, e da Resolução da Reitoria 8/2010, de 11/2/2010, um Grupo Técnico de Avaliação (GTA), integrante da Comissão Própria de Avaliação da Universidade de Brasília, *“com a função precípua de auxiliar a CPA na institucionalização do processo de autoavaliação na UnB, assim como na efetivação das ações e procedimentos inerentes à autoavaliação, visando a possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica”*. Esse grupo é composto por representantes de todos os Decanatos e da Secretaria de Planejamento, do Centro de Promoção e Seleção CESPE, do CPD e da Secretaria de Administração Acadêmica.

O propósito principal do processo de institucionalização da autoavaliação na Universidade consiste na elaboração de um Plano de Autoavaliação Institucional da Universidade de Brasília com ampla participação e envolvimento de todos os segmentos da comunidade universitária e de representantes da sociedade civil, compreendendo a realização de reuniões, palestras, seminários, definição de avaliadores e do que e quem avaliar, de metodologia e instrumentos de avaliação, entre outros elementos, com cronograma pré-estabelecido. Entretanto, em 2009, ano em que a CPA da UnB se adequou à Lei 10.861, de 14/4/2004, os trabalhos da CPA se restringiram a reuniões da comissão e à participação de alguns membros em um seminário de autoavaliação realizado pelo INEP/MEC. A avaliação da Universidade é um processo pedagógico, que vem sendo gradualmente assimilado e desenvolvido pela comunidade universitária, possibilitando maior compreensão sobre a instituição, e oferecendo subsídios para o aperfeiçoamento do processo decisório, visando à excelência no oferecimento da educação superior universitária, frente à diversidade e complexidade das diferentes ações por ela empreendidas.

Nesse sentido, podemos afirmar que este relatório apresenta avanços significativos em relação ao de 2008, especialmente no que diz respeito à descrição mais objetiva das dimensões do SINAES, em compatibilidade com o PDI, à maior consistência de dados, à quantificação e qualificação de informações, a análises e autoavaliações, feitas por gestores das grandes áreas estratégicas da instituição, além da utilização dos dados do Exame Nacional de Curso – ENADE de 2006, 2007 e 2008.

Mantém-se como importante desafio para a CPA o efetivo envolvimento de toda a comunidade da UnB e da sociedade na avaliação das ações desenvolvidas pela Universidade.

Por fim, cabem o reconhecimento e o registro do apoio e contribuições das instâncias gestoras da Universidade de Brasília e dos membros da Comissão Própria de Avaliação e do Grupo Técnico de Avaliação, que possibilitaram a captação de dados e informações, a consolidação e sistematização das dimensões e a articulação entre os segmentos da comunidade universitária, garantindo o caráter participativo do processo.

Lista de Siglas e Denominações

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB)

CONSELHO DIRETOR

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

CONSELHOS SUPERIORES

CONSUNI Conselho Universitário

CEPE Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CEG Câmara de Ensino de Graduação

CEX Câmara de Extensão

CPP Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação

CCD Câmara da Carreira Docente

CAD Conselho de Administração

CAC Câmara de Assuntos Comunitários

CAF Câmara de Administração e Finanças

CONSELHO COMUNITÁRIO

REITORIA

VRT Vice-Reitoria

GRE Gabinete do Reitor

SCA/Subsecretaria de Comunicação Administrativa

SOC/Subsecretaria de Órgãos Colegiados

PRC Prefeitura do *Campus*

DAL Diretoria de Administração e Logística

DSG Diretoria de Serviços Gerais

DENA Diretoria de Engenharia e Arquitetura

PJU Procuradoria Jurídica

AUD Auditoria

DECANATOS

DEG Decanato de Ensino de Graduação

DTG Diretoria Técnica de Graduação

DAIA Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica

DGD Diretoria de Ensino de Graduação a Distância

DLG Diretoria de Logística de Graduação

DEX Decanato de Extensão

CAL Casa da Cultura da América Latina

DTE Diretoria Técnica de Extensão

Interfoco Centro Interdisciplinar de Formação Continuada

DPP	Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação
CAP	Coordenadoria de Apoio à Pesquisa
CPG	Coordenadoria de Apoio à Pós-Graduação
	Coordenadoria de Apoio à Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>
	Coordenadoria de Projetos
PIC	Coordenadoria do Programa de Iniciação Científica

DAC Decanato de Assuntos Comunitários

DDS	Diretoria de Desenvolvimento Social
DEA	Diretoria de Esporte, Arte e Cultura
DAS	Diretoria de Saúde

DAF Decanato de Administração

DOR	Diretoria de Orçamento
DCF	Diretoria de Contabilidade e Finanças
DRM	Diretoria de Recursos Materiais

ASSESSORIAS E SECRETARIAS

SAA	Secretaria de Administração Acadêmica
SECOM	Secretaria de Comunicação
SEI	Secretaria de Empreendimentos Imobiliários
SGP	Secretaria de Gestão Patrimonial
SPL	Secretaria de Planejamento
SRH	Secretaria de Recursos Humanos
INT	Assessoria de Assuntos Internacionais
CERI	Coordenação do Cerimonial
CEPLAN	Centro de Planejamento

ÓRGÃOS COMPLEMENTARES

BCE	Biblioteca Central
CPD	Centro de Informática
EDU	Editora Universidade de Brasília
FAL	Fazenda Água Limpa
HUB	Hospital Universitário
RAD	Rádio e Televisão Universitárias

CENTROS

CCOM	Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CDT	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico
CEAD	Centro de Educação a Distância
CEDOC	Centro de Documentação
CEFTRU	Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes

CET	Centro de Excelência em Turismo
CETEC	Centro Transdisciplinar de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural
CESPE	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos
RU	Restaurante Universitário
CIFMC	Centro Internacional de Física da Matéria Condensada
CIORD	Centro Integrado de Ordenamento Territorial
CIRPS	Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social
CME	Centro de Manutenção de Equipamentos Científicos
CPAB	Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras Naturais
CPCE	Centro de Produção Cultural e Educativa
CRAD	Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas
DATAUnB	Centro de Pesquisas de Opinião Pública
CEAM	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
NEA	Núcleo de Estudos Ambientais
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NEAGRI	Núcleo de Estudos Agrários
NEAL	Núcleo de Estudos e Acompanhamento das Licenciaturas
NEASIA	Núcleo de Estudos Asiáticos
NEAZ	Núcleo de Estudos da Amazônia
NEBC	Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo
NECLA	Núcleo de Estudos Caribenhos e Latino-Americanos
NECOIM	Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória do Centro-Oeste
NEE	Núcleo de Estudos Europeus
NEFP	Núcleo de Estudos dos Fenômenos Paranormais
NEGEP	Núcleo de Estudos em Gestão Pública
NEIJ	Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude
NELI	Núcleo de Estudos da Linguagem e da Ideologia
NEM	Núcleo de Estudos do Mercosul
NEMP	Núcleo de Estudos sobre a Mídia e Política
NEORG	Núcleo de Estratégias Organizacionais
NEP	Núcleo de Estudos para a Paz e dos Direitos Humanos
NEPeB	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética
NEPeM	Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher
NEPPOS	Núcleo de Estudos em Política Social
NEPTI	Núcleo de Estudos e Pesquisa da Terceira Idade
NESCUBA	Núcleo de Estudos Cubanos
NESP	Núcleo de Estudos de Saúde Pública

NESPROM	Núcleo de Estudos em Educação e Promoção da Saúde e Projetos Inclusivos
NESUB	Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior da Universidade de Brasília
NEUR	Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais
NEVIS	Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança
NP3	Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas, Governo e Gestão
OMNI/TEL – TEC	Núcleo de Estudos de Organização Multilaterais, Negociações Internacionais, Turismo, Logística e Tecnologia
TRANSE	Núcleo Transdisciplinar de Estudos sobre a Performance

UNIDADES ACADÊMICAS

FACE Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação

ADM	Departamento de Administração
CCA	Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
CID	Departamento de Ciência da Informação e Documentação
ECO	Departamento de Economia

FAC Faculdade de Comunicação

DAP	Departamento de Audiovisuais e Publicidade
JOR	Departamento de Jornalismo

FAU Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

PRO	Departamento de Projeto, Expressão e Representação em Arquitetura e Urbanismo
TEC	Departamento de Tecnologia em Arquitetura e Urbanismo
THAU	Departamento de Teoria e História em Arquitetura e Urbanismo

FAV Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária

FCE Faculdade de Ceilândia

FD Faculdade de Direito

FE Faculdade de Educação

MTC	Departamento de Métodos e Técnicas
PAD	Departamento de Planejamento e Administração
TEF	Departamento de Teoria e Fundamentos

FEF Faculdade de Educação Física

CO	Centro Olímpico
----	-----------------

FGA Faculdade do Gama

FM Faculdade de Medicina

NMT	Núcleo de Medicina Tropical
-----	-----------------------------

FS Faculdade de Ciências da Saúde

DSC	Departamento de Saúde Coletiva
ENF	Departamento de Enfermagem
NUT	Departamento de Nutrição

ODT	Departamento de Odontologia
FT	Faculdade de Tecnologia
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
EFL	Departamento de Engenharia Florestal
ENC	Departamento de Engenharia Civil e Ambiental
ENE	Departamento de Engenharia Elétrica
ENM	Departamento de Engenharia Mecânica
FUP	Faculdade de Planaltina
IB	Instituto de Ciências Biológicas
BOT	Departamento de Botânica
CEL	Departamento de Biologia Celular
CFS	Departamento de Ciências Fisiológicas
ECL	Departamento de Ecologia
FIT	Departamento de Fitopatologia
GEM	Departamento de Genética e Morfologia
ZOO	Departamento de Zoologia
ICS	Instituto de Ciências Sociais
CEPPAC	Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas
DAN	Departamento de Antropologia
SOL	Departamento de Sociologia
IdA	Instituto de Artes
CEN	Departamento de Artes Cênicas
DIN	Departamento de Desenho Industrial
MUS	Departamento de Música
VIS	Departamento de Artes Visuais
IE	Instituto de Ciências Exatas
CIC	Departamento de Ciência da Computação
EST	Departamento de Estatística
MAT	Departamento de Matemática
IF	Instituto de Física
IG	Instituto de Geociências
IH	Instituto de Ciências Humanas
FIL	Departamento de Filosofia
GEA	Departamento de Geografia
HIS	Departamento de História
SER	Departamento de Serviço Social
IL	Instituto de Letras
LET	Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução
LIP	Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

TEL	Departamento de Teoria Literária e Literaturas
IP	Instituto de Psicologia
CAEP	Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos
PCL	Departamento de Psicologia Clínica
PED	Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento
PPB	Departamento de Processos Psicológicos Básicos
PST	Departamento de Psicologia Social e do Trabalho
IPOL	Instituto de Ciência Política
IQ	Instituto de Química
IREL	Instituto de Relações Internacionais

Lista de Tabelas

Tabela 1.01:	Atividades planejadas e executadas, por área de planejamento, no Plano Anual de Trabalho - 2009	38
Tabela 2.01:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2006 que considera o currículo do seu curso relativamente integrado, já que as disciplinas se vinculam apenas por blocos ou áreas de conhecimento afins.	62
Tabela 2.02:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2007 que considera o currículo do seu curso relativamente integrado, já que as disciplinas se vinculam apenas por blocos ou áreas de conhecimento afins.	62
Tabela 2.03:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2008 que considera o currículo do seu curso relativamente integrado, já que as disciplinas se vinculam apenas por blocos ou áreas de conhecimento afins.	63
Tabela 2.04:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2006 que considera que todos os planos de ensino contêm todos os seguintes aspectos: objetivos, procedimentos de ensino e de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina.	63
Tabela 2.05:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2007 que considera que todos os planos de ensino contêm todos os seguintes aspectos: objetivos, procedimentos de ensino e de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina.	64
Tabela 2.06:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2008 que considera que todos os planos de ensino contêm todos os seguintes aspectos: objetivos, procedimentos de ensino e de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina.	64
Tabela 2.07:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2006 que considera que a maior parte dos docentes discute o plano de ensino com os estudantes ao iniciarem os trabalhos em cada disciplina.	65
Tabela 2.08:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2007 que considera que a maior parte dos docentes discute o plano de ensino com os estudantes ao iniciarem os trabalhos em cada disciplina.	65
Tabela 2.09:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2008 que considera que a maior parte dos docentes discute o plano de ensino com os estudantes ao iniciarem os trabalhos em cada disciplina.	66
Tabela 2.10	– Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2006 que considera que a maioria dos professores do curso tem disponibilidade para orientação extraclasse.....	66

Tabela 2.11:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2007 que considera que a maioria dos professores do curso tem disponibilidade para orientação extraclasse.....	67
Tabela 2.12:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2008 que considera que a maioria dos professores do curso tem disponibilidade para orientação extraclasse.....	67
Tabela 2.13:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2006 que considera a aquisição de formação profissional a principal contribuição do curso.....	73
Tabela 2.14:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2007 que considera a aquisição de formação profissional a principal contribuição do curso.....	73
Tabela 2.15:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2008 que considera a aquisição de formação profissional a principal contribuição do curso.....	74
Tabela 2.16:	FUB/UnB: Apoio ao envolvimento do aluno em atividades acadêmicas, 2004 a 2009.....	101
Tabela 3.01:	Tipos, quantidades e valores dos instrumentos firmados entre a FUB e entidades externas.	108
Tabela 3.02:	Estatísticas dos atendimentos da Diretoria de Saúde do DAC em 2009.....	117
Tabela 3.03:	Quantitativo de servidores da FUB e seus dependentes e sua distribuição nos planos de saúde suplementar existentes na UnB.	118
Tabela 3.04:	Dados referentes ao programa de auxílio-alimentação para estudantes de graduação dos campi de Ceilândia, Gama e Planaltina.....	130
Tabela 3.05:	Quantitativo de bolsas de permanência para estudantes dos <i>campi</i> Darcy Ribeiro, Ceilândia e Planaltina.	130
Tabela 5.01:	FUB – Demonstrativo do Número de Docentes Ativos, por Classe – 1999 e 2009.....	149
Tabela 5.02:	Evolução de Docentes Ativos, por Titulação - 1999–2009	150
Tabela 5.03:	Relação entre Alunos Registrados ativos: Graduação e Pós-Graduação – 2002 – 2009	151
Tabela 5.04:	Evolução do Aluno Equivalente, definido segundo critérios do TCU ⁽¹⁾ (2002 a 2008)	152
Tabela 5.05:	Quantitativo de Técnico-administrativo, 1999 a 2009.....	156
Tabela 5.06:	Evolução das Atividades de Educação Corporativa, 1998 a 2009.....	156
Tabela 7.01:	UnB/ Áreas, em m ² , de Unidades Acadêmicas e Alunos Matriculados 2006 e 2009.....	180
Tabela 7.02:	REUNI: Obras e Reformas de uso comum previstas.....	182

Tabela 7.03:	Obras e reformas para atender às necessidades das Unidades Acadêmicas no âmbito do REUNI. Obras de recuperação do ICC e construções	182
Tabela 7.04:	FUB: Equipamentos de Informática, em 2006 e 2009	186
Tabela 7.05:	Espaços Destinados a Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e de Apoio Acadêmico – 2009.....	188
Tabela 7.06:	Colaboradores da BCE (fevereiro de 2010).....	191
Tabela 7.07	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2008 que considera que, quanto aos livros mais usados no curso, o número de exemplares disponíveis na biblioteca atende precariamente ao alunado.....	194
Tabela 8.01:	UnB: Indicadores Gerais de Desempenho (1998-2008).	213
Tabela 8.02:	UnB – Evolução das Atividades de Educação Corporativa na UnB, 1998 a 2008.....	215
Tabela 8.03:	Evolução dos Resultados da UnB no Provão 1999–2003	217
Tabela 8.04:	Resultado da UnB no ENADE 2008.	218
Tabela 9.01:	Evolução do número de alunos matriculados nos cursos de graduação da UnB.....	227
Tabela 9.02:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2006 que se considera de cor branca.	227
Tabela 9.03:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2007 que se considera de cor branca.	228
Tabela 9.04:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2008 que se considera de cor branca.	228
Tabela 9.05:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2006 com faixa de renda mensal da família de mais de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 1.751,00 até R\$ 3.500,00).....	229
Tabela 9.06:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2007 que possuem faixa de renda mensal da família de mais de 10 até 20 salários mínimos (R\$ 3.801,00 até R\$ 7.600,00).	229
Tabela 9.07:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2008 que possuem faixa de renda mensal da família de mais de 3 até 10 salários mínimos (R\$ 1.246,00 até R\$ 4.150,00).	230
Tabela 9.08:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2006 que não trabalha / nunca exerceu atividade remunerada.....	230
Tabela 9.09:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2007 que não trabalha / nunca exerceu atividade remunerada.....	231
Tabela 9.10:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2008 que não trabalha / nunca exerceu atividade remunerada.....	231

Tabela 9.11:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2006 que cursou todo o ensino médio em escola privada.....	232
Tabela 9.12:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2007 que cursou todo o ensino médio em escola privada.....	232
Tabela 9.13:	Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2008 que cursou todo o ensino médio em escola privada.....	233
Tabela 9.14:	Rendimento dos estudantes indígenas em 2009, por ano/semestre de ingresso.	236
Tabela 9.15:	Distribuição da forma de saída dos estudantes segundo o sistema de ingresso.	240
Tabela 9.16:	Número de estudantes que participaram do Programa de Mobilidade Acadêmica, convênio ANDIFES.	245
Tabela 10.01:	Orçamento da FUB – 2009, por Grupos de Despesa, nas fontes: Tesouro e Próprios (exclusive destaques recebidos)	254
Tabela 10.02:	Recursos destacados no Orçamento interno para o programa de capacitação de servidores.	264
Tabela 10.03:	DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA DA FUB – 2009 (exclusive destaques recebidos)	267
Tabela 10.04:	UnB – Evolução do Alunado, 1997 a 2008	267

Lista de Quadros

Quadro 3.01:	Atividades realizadas em 2009 pelo Centro de Convivência Negra.	119
Quadro 3.02:	Projetos realizados ou apoiados pela DEA.....	123
Quadro 7.01:	FUB: Dados sobre a Execução do REUNI, até dezembro de 2009.....	183
Quadro 7.02:	Oportunidades, ameaças, forças e fraquezas relacionadas às atividades	193
Quadro 8.01:	Conceitos Capes nos Cursos de Mestrado e de Doutorado – 2008.....	219

Lista de Gráficos

Gráfico 3.01:	Refeições Servidas em 2009 no RU.....	131
---------------	---------------------------------------	-----

Lista de Figuras

Figura 2.01:	Comparação entre as médias gerais na prova dos estudantes ingressantes da UnB que participaram do ENADE/2006 e a média do Brasil. (Fonte: MEC/INEP/DAES.)	58
Figura 2.02:	Comparação entre as médias gerais na prova dos estudantes concluintes da UnB que participaram do ENADE/2006 e a média do Brasil. (Fonte: MEC/INEP/DAES.)	58
Figura 2.03:	Comparação entre as médias gerais na prova dos estudantes ingressantes da UnB que participaram do ENADE/2007 e a média do Brasil. (Fonte: MEC/INEP/DAES.)	59
Figura 2.04:	Comparação entre as médias gerais na prova dos estudantes concluintes da UnB que participaram do ENADE/2007 e a média do Brasil. (Fonte: MEC/INEP/DAES.)	59
Figura 2.05:	Comparação entre as médias gerais dos estudantes ingressantes da UnB que participaram do ENADE/2008 e a média do Brasil. (Fonte: MEC/INEP/DAES.)	60
Figura 2.06:	Comparação entre as médias gerais na prova dos estudantes concluintes da UnB que participaram do ENADE/2008 e a média do Brasil. (Fonte: MEC/INEP/DAES.)	61
Figura 2.07:	Estrutura organizacional do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação.	78
Figura 2.08:	Evolução dos Cursos de Mestrado e Doutorado na UnB	79
Figura 6.01:	Estrutura organizacional.	174
Figura 8.01:	Estrutura e Fluxo do Sistema de Planejamento da Universidade de Brasília.....	206
Figura 8.02:	UnB – Ciclo Quinquenal de Acompanhamento e Avaliação	209

Figura 8.03:	UnB – Ciclo Anual de Acompanhamento e Avaliação do Sistema de Planejamento e dos Planos Institucionais	209
Figura 9.01:	Evolução da oferta de vagas nos cursos de graduação presencial da UnB (por semestre).	225
Figura 9.02:	Evolução da oferta de vagas nos cursos de graduação presencial noturnos da UnB.....	226
Figura 9.03:	Evolução do número de alunos matriculados nos cursos de graduação presencial da UnB (por semestre).	226
Figura 9.04:	Índice de Rendimento Acadêmico médio dos estudantes da UnB, por forma de ingresso.	237
Figura 9.05	Evolução do número de formados nos cursos de graduação da UnB.....	241
Figura 9.06:	Evolução da oferta e preenchimento de vagas por transferência facultativa na UnB.....	244

SUMÁRIO

Introdução.....	27
Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	29
1 Finalidades, Objetivos e Compromissos da Instituição	29
2 Estrutura do Plano de Desenvolvimento Institucional	32
3 Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional	34
4 Grau de conhecimento dos instrumentos de planejamento (PDI, Plano Quinquenal e PPA), pela comunidade universitária	35
5 Coerência entre ações e práticas realizadas na instituição e os propósitos formulados no PDI.....	36
6 Acompanhamento do planejamento, prestação de contas trimestral pelas unidades internas integrantes do PDI	38
7 Articulação entre o PDI e as políticas de ensino, pesquisa e extensão, da gestão acadêmica e administrativa institucional.....	39
8 Perfil esperado dos ingressantes e egressos da instituição.....	40
9 Efetiva utilização do PDI como referência para programas e projetos desenvolvidos pelas unidades acadêmicas e pela administração central da instituição	41
10 Atualização e avaliação do PDI	49
11 Aspectos positivos	50
12 Aspectos que merecem atenção.....	51
Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.....	53
A ENSINO DE GRADUAÇÃO	53
1 Sobre a organização do item 2A.....	53
2 Organização didático-pedagógica e práticas pedagógicas	54
2.1 Descrição da Dimensão na Instituição	54
2.2 Avaliação e análise - potencialidades/fragilidades	57
2.3 Propostas de enfrentamento	69
3 Currículos: concepção e prática.....	69
3.1 Descrição da Dimensão na Instituição:	70
3.2 Avaliação e Análise - Potencialidades/fragilidades	72

3.3	Propostas de enfrentamento	76
B	PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	77
1	Pós-graduação stricto sensu e lato sensu - reúne 7 objetivos do PDI (3, 4, 5, 10, 16, 17, 19).	78
2	Pesquisa e inovação: responde por 5 objetivos do PDI (objetivos 6, 7 12, 21, 22)	87
3	Iniciação Científica: responde por 01 objetivo do PDI (Objetivo 02)	92
4	Evolução dos recursos do DPP em 2009, todas as fontes	93
5	Considerações finais - DPP - DESAFIOS	93
C	EXTENSÃO	94
1	Políticas institucionais para o desenvolvimento das atividades de extensão, órgão interno responsável pela coordenação dessas políticas e atividades	94
2	Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI	95
3	Atividades e programas de extensão junto à comunidade regional, em termos sociais, culturais, da saúde e outros	97
4	Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.....	100
5	Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social	101
6	Sistemáticas de acompanhamento e avaliação das atividades de extensão.....	103
7	Incentivos institucionais para desenvolvimento das atividades de extensão	104
8	Aspectos positivos	104
9	Aspectos que merecem atenção.....	105
Dimensão 3:	A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio.....	106
1	Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional.	106
2	Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis, em especial mediante convênios ou acordos	107
3	Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa.....	108
4	Critérios adotados pela Instituição para ampliar o acesso, inclusive das pessoas com necessidades especiais:.....	109

5	Ações desenvolvidas pela universidade no sentido da inclusão e assistência a setores ou grupos sociais discriminados e/ou sub-representados no interior de cada segmento da comunidade universitária (professores, estudantes e funcionários):.....	115
6	Atividades institucionais em interação com o meio social (nas áreas de: educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico) ou vinculadas com cooperativas, ONGs, corais, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos.	116
7	Políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida (subsídio no RU, bolsas, descontos, vale-livro, entre outros e também os portadores de necessidades especiais.	127
8	Ações para promover iniciativas de incubadoras de empresas, empresas juniores.	133
9	Critérios para a abertura de cursos e ampliação de vagas.	134
10	Aspectos positivos	137
11	Aspectos que merecem atenção..	138
Dimensão 4: A comunicação com a sociedade.....		139
1	Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa, e compatibilização com a missão e objetivos institucionais	139
2	Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social	140
3	Meios e canais de comunicação, interna e externa, utilizados pela universidade.....	140
4	Qualidade da informação entregue aos usuários internos.....	141
5	Formas e intensidade de divulgação das atividades da Instituição, diretamente relacionadas aos interesses de docentes, técnico-administrativos e alunos.....	142
6	Ouvidoria.....	143
7	Estrutura de informação sobre a realidade institucional, as características do meio, os recursos e outros elementos semelhantes para avaliar o cumprimento das metas e objetivos.	143
8	Guia do Calouro e Manual do Aluno	143
9	Mecanismos de avaliação sobre a efetividade da comunicação e da circulação de informações na Instituição.....	144
10	Aspectos positivos	144
11	Aspectos negativos.....	144
Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.....		145

1	Planos de Carreiras Regulamentados para Servidores Docentes e Técnico-Administrativos.....	145
1.1	Plano de Carreira Docente.....	145
1.1.1	Ingresso e Contratação de Docentes, Progressão Funcional, Qualificação Funcional e Aperfeiçoamento	145
1.1.2	Programas de Assistência, de Melhoria da Qualidade de Vida e de Condições Trabalho de Docentes	147
1.1.3	Avaliação de Desempenho.....	148
1.1.4	Dados Institucionais sobre Docentes	148
1.1.5	Indicadores/Docentes (metodologia do TCU).....	151
1.2	Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos	153
1.2.1	Estrutura, Mecanismos Ingresso e Contratação de Técnico-Administrativo	153
1.2.2	Progressão Funcional, Qualificação Profissional e Aperfeiçoamento.....	154
1.2.3	Programas de Assistência, de Melhoria da Qualidade de Vida e de Condições de Trabalho de Técnico-Administrativos.....	155
1.2.4	Avaliação de Desempenho.....	155
1.2.5	Dados Institucionais sobre Técnico-Administrativos.....	155
1.2.6	Indicadores (aluno em tempo integral/servidor técnico-administrativo)	157
1.3	Clima Institucional, Relações Inter-Pessoais, Estrutura de Poder, Graus de Satisfação Pessoal e Profissional.	158
1.4	Educação a Distância : formação do corpo de Tutores.....	159
1.5	Avaliação da Gestão de Meios - Área: Recursos Humanos	159
1.5.1	Resultados da Avaliação da Gestão de Pessoas	160
1.5.2	Análise e Comentários	163
1.5.3	Sugestões e Recomendações.....	165
1.5.4	Repercussão Interna da Avaliação da Gestão de Pessoas - Decisões.....	167
1.6	Aspectos Positivos e Aspectos que Merecem Atenção, Relacionados às Políticas de Pessoal	167
Dimensão 6:	Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.....	169
1	Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais (PDI) e coerência com a estrutura organizacional oficial e real.....	169
2	Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.....	169

3	Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.....	170
4	Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).	171
5	Instâncias de apoio, participação e consulta para a tomada de decisões, grau de centralização e descentralização.	171
6	Sistemas de arquivo e registro.....	172
7	Estatutos, regulamentos, regimentos internos, organogramas, normas acadêmicas, entre outros.	172
8	Organograma institucional, hierarquia de funções e dinâmica de funcionamento.....	173
9	Autonomia e independência da Universidade em relação à mantenedora, a FUB.....	175
10	Atas dos órgãos colegiados.....	175
11	Funcionamento do sistema de registro acadêmico.....	175
12	Aspectos positivos.	176
13	Aspectos que merecem atenção.....	177
Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.....		178
1	Adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.....	178
1.1	Descrição dos espaços existentes, estado de conservação, funcionalidade, adequação para as necessidades da instituição em relação aos cursos e quantidade de estudantes, adaptação para acesso de estudantes com necessidades especiais.	179
1.1.1	Áreas por Unidades Acadêmicas, Obras e Reformas, Ações do REUNI	179
1.1.2	Equipamentos de Informática e Rede de informações	185
1.1.3	Quantificação de Espaços Destinados a Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e de Apoio Acadêmico	188
1.1.4	Hospital Universitário de Brasília e Hospital Veterinário.....	189
1.1.5	Áreas de Lazer	189
1.1.6	Características da Biblioteca	189
1.2	Existência de mecanismo de aferição do grau de satisfação dos discentes em relação à infraestrutura	197
2	Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins.	198

3	Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.....	200
4	Aspectos positivos.....	200
5	Aspectos que merecem atenção.....	201
Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.....		203
1	Adequação do planejamento geral da UnB e sua relação com os objetivos institucionais estatutários:	203
2	Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional:	206
2.1	Modificações no processo de elaboração do planejamento 2006-2010.....	210
2.2	Monitoramento dos resultados institucionais	212
3	Avaliação das Atividades Educativas:.....	214
4	Avaliação dos Cursos de Graduação.....	217
5	Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação:	218
6	Coleta e sistematização das informações para a autoavaliação:.....	221
7	Temas a serem discutidos pela CPA:	221
Dimensão 9: Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos		223
1	Sobre a organização da Dimensão 9:.....	223
2	Acesso e Perfil dos estudantes.....	223
2.1	Descrição da Dimensão na Instituição:	223
2.2	Avaliação e análise - potencialidades/fragilidades.....	225
2.3	Propostas de enfrentamento das dificuldades	233
3	Políticas de permanência de estudantes	234
3.1	Descrição da Dimensão na Instituição:	234
3.2	Avaliação e análise - potencialidades/fragilidades.....	240
3.3	Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas.....	242
4	Política de ocupação de vagas ociosas	243
4.1	Descrição da Dimensão na Instituição:	243
4.2	Avaliação e análise - potencialidades/fragilidades.....	243
4.3	Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas.....	244
5	Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), Iniciação Científica, Extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil	245
5.1	Descrição da Dimensão na Instituição:	245

5.2	Avaliação e análise - potencialidades/fragilidades	247
5.3	Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas.....	248
6	Perfil e acompanhamento de egressos.....	248
6.1	Descrição da Dimensão na Instituição:	248
6.2	Avaliação e análise - potencialidades/fragilidades	249
6.3	Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas.....	249
7	Acesso a dados, informações e registro acadêmico	250
7.1	Descrição da Dimensão na Instituição:	250
7.2	Avaliação e análise - potencialidades/fragilidades	251
7.3	Propostas de enfrentamento das dificuldades e ações a serem continuadas.....	252
Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior		253
1	Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos	253
Conclusão		271
REFERÊNCIAS		273

Introdução

O presente relatório de autoavaliação institucional constitui-se de descrição, análise e autoavaliação das dez dimensões previstas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, em conformidade, também, com o art. 16 do Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006, apresentadas em forma de capítulos, conforme relacionadas, abaixo:

1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.
2. A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação, a Extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
3. A Responsabilidade Social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
4. A Comunicação com a Sociedade.
5. As Políticas de Pessoal, de Carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
6. Organização e Gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
7. Infraestrutura Física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.
8. Planejamento e Avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.
9. Políticas de Atendimento aos Estudantes.
10. Sustentabilidade Financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Para desenvolvimento das dimensões, procurou-se adotar as orientações constantes do documento de Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições,

2004, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) do SINAES/Ministério da Educação (MEC), especialmente, no que diz respeito aos temas sugeridos para cada dimensão.

Assim, praticamente, todas as dimensões são precedidas de breve texto descritivo, destacando-se os principais aspectos que as caracterizam, para, depois, sintetizar as informações mais significativas sobre os temas sugeridos para cada dimensão, acompanhadas de análises e autoavaliações, procurando-se fazer compatibilização com as ações propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

De acordo com o modelo-padrão adotado, ao final de cada dimensão, são apresentados os aspectos positivos relevantes e, também, os negativos, em termos de potencialidade e fragilidades, assim como as medidas e ações propostas para enfrentar os desafios que se apresentam, com foco na melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, na gestão e no cumprimento de sua pertinência, e de sua responsabilidade social.

Com a participação representativa de todos os segmentos da comunidade universitária e, também, da sociedade na Comissão Própria de Avaliação (CPA), assim como de representantes de todos os Decanatos, da Secretaria de Planejamento, do Cespe, do CPD e da Secretaria de Administração Acadêmica, como membros do Grupo Técnico de Avaliação (GTA), da CPA, além da contribuição de outros gestores acadêmicos e administrativos, foi possível obter um conjunto de informações valiosas sobre atividades e áreas da Universidade e de sistemas avaliativos específicos, em vigor.

Cabe destacar que, no início do processo de autoavaliação, foram apresentados aos Decanos e Diretores de Unidades Acadêmicas e demais gestores da Universidade os objetivos, os princípios norteadores da autoavaliação e as linhas mestras do modelo integrado de avaliação institucional, visando à estruturação compartilhada e desenvolvimento dos elementos constitutivos desse processo, no âmbito da instituição.

Coletados dados e informações, junto aos Decanatos e a outras macro unidades internas, de acordo com o modelo e orientações pré-definidos e com os objetivos e diretrizes institucionais das respectivas áreas, incluindo-se análises críticas, avaliações específicas e autoavaliações das dimensões, foi possível elaborar relatórios preliminares, para, depois, consolidá-los em documento único, na forma de relatório de autoavaliação da Universidade de Brasília.

Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional¹

Esta dimensão trata do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), abordando aspectos relacionados às finalidades, objetivos e compromissos institucionais, aos elementos estratégicos básicos, à estrutura e composição do plano, além de focar as articulações entre o PDI e as políticas de ensino, pesquisa e extensão, da gestão acadêmica e administrativa e avaliação institucional. São apresentados, ainda, os instrumentos internos de acompanhamento do planejamento e, por último, os aspectos positivos e aqueles que merecem atenção, relacionados ao processo de planejamento institucional.

1 Finalidades, Objetivos e Compromissos da Instituição

Conforme rege o Estatuto da Universidade de Brasília no artigo 1º: “A Universidade de Brasília é uma instituição pública de ensino superior, integrante da Fundação Universidade de Brasília (Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961), com sede na Capital Federal”. O art. 3º ressalta que “são finalidades essenciais da Universidade de Brasília o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais”.

Os elementos de Planejamento da UnB (Missão, Princípios, Visão, Perspectivas e Desafios Estratégicos e Objetivos Institucionais) referem-se às Bases do Planejamento Estratégico e Tático aprovado para o período 2006 a 2010, aprovado pelo CONSUNI, em 2007. Destacam-se, a seguir, os elementos básicos do planejamento estratégico da UnB explicitados no PDI e outros recolhidos pela CPA.

¹ Informações extraídas do Plano de Desenvolvimento Institucional da UnB, para o período 2006 a 2010, aprovado pelo Conselho Universitário, em sua 332ª reunião, de 5/10/2007.

Missão

“A missão da Universidade de Brasília é produzir, integrar e divulgar conhecimento, formando cidadãos comprometidos com a ética, a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.”.

Princípios

- Ética e respeito à diversidade.
- Autonomia institucional com transparência e responsabilidade social.
- Busca permanente de excelência.
- Universalização do acesso.
- Respeito à dignidade, à liberdade intelectual e às diferenças.
- Preservação e valorização da vida.

À luz desses princípios, é possível dar à Universidade condições de promover a autonomia da instituição, visando a garantir a inclusão, a liberdade de pensamento, de produção e a transmissão do conhecimento, estabelecendo políticas quanto à responsabilidade coletiva de respeitar e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade.

Perspectivas dos gestores para a UnB

- Implementar o Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília (REUNI-UnB), com o cumprimento das metas de expansão, reestruturação acadêmica, pedagógica e de infraestrutura da Universidade, conforme aprovado pelo CONSUNI em 04/07/2008
- Alcançar excelência nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, sendo reconhecida pela sociedade como referência acadêmica nacional e internacional.
- Ter Compromisso com a sociedade e com o desenvolvimento econômico e social da Região.
- Implementar modelo de gestão que assegure maior autonomia financeira e administrativa; viabilização de excelência na gestão de pessoas, de processos e do patrimônio; e, implantação de nova estrutura organizacional.

- Mensurar desempenho acadêmico e administrativo, por meio da adoção de indicadores de qualidade considerados de referência.
- Adequar qualitativa e quantitativamente o quadro de servidores docentes e técnico-administrativos às necessidades das atividades acadêmicas, de extensão, de gestão universitária e de prestação de serviços à sociedade.

Desafios estratégicos

- Vencer a resistência à definição e à implementação de novo modelo de gestão que busque a excelência acadêmica e administrativa; à adoção de instrumentos de gestão da inteligência; e, à substituição de modelo ineficaz de gestão da informação, da tecnologia e de processos.
- Superar a escassez e a gestão inadequada de recursos humanos e financeiros e a falta de integração e articulação interna.
- Adotar práticas político-pedagógicas inovadoras e que respeitem a diversidade da comunidade.
- Elaborar plano de comunicação institucional que elimine as deficiências do processo e a insuficiente infraestrutura de comunicação.
- Modernizar e integrar os sistemas informatizados de gestão administrativa da Universidade.

Objetivos estratégicos

1. Formar pessoas com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças e capazes de promover inovações e de se manterem atualizadas ao longo do tempo.
2. Garantir condições e mecanismos que permitam alcançar a excelência, ampliar a produção científica e gerar conhecimento adequado às necessidades da sociedade.
3. Implantar política de valorização, ampliação e consolidação da extensão universitária.
4. Implementar políticas de apoio, integração e bem-estar da comunidade universitária.
5. Ter quadro permanente de pessoal qualificado suficiente para o desenvolvimento da Instituição.

6. Implementar modelo de gestão que viabilize a infraestrutura e a sustentabilidade institucional.

2 Estrutura do Plano de Desenvolvimento Institucional

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o instrumento de planejamento da Universidade que identifica o perfil institucional e sua estrutura organizacional e define os elementos básicos do planejamento estratégico, a missão, a visão, os princípios e os objetivos institucionais, as diretrizes pedagógicas, que orientam seus programas e ações, as áreas de atuação e os indicadores da FUB/UnB, com abrangência para o período de 2006 a 2010.

O atual plano foi elaborado a partir de amplo diagnóstico institucional com a participação representativa de unidades acadêmicas e administrativas que compõem a estrutura organizacional da Universidade, resultando na construção das Bases do Planejamento Estratégico Institucional, que orientaram a elaboração do PDI em todos os seus níveis: estratégico, tático e operacional.

O PDI contempla os dispositivos que regulamentam a necessidade de adoção do planejamento como ferramenta essencial na elaboração e acompanhamento dos projetos organizacionais. Além de atender exigência legal e se constituir em compromisso da Instituição com o MEC, é requisito aos atos de credenciamento e credenciamento da Universidade, assim como exigido nos processos de autorização e reconhecimento de cursos.

O instrumento global de planejamento é também importante para o processo de avaliação externa, ao conferir à instituição um retrato da sua autoavaliação, abordando aspectos relacionados às estratégias institucionais, à gestão e organização acadêmica e administrativa, a procedimentos de autoavaliação institucional e a aspectos orçamentários. Internamente, a Instituição dispõe de um documento consistente, com os preceitos estratégicos que orientam a comunidade universitária na consecução dos objetivos e metas, a médio e longo prazos.

No processo de planejamento, as Unidades tiveram ampla liberdade na programação de suas demandas, inclusive quanto à proposição de recursos, visando à consecução de seus objetivos estratégicos e táticos. Entretanto, como os recursos são finitos, estar no PDI não é garantia de que todos os objetivos e ações propostos serão atendidos na sua

integralidade. Assim, a decisão colegiada foi no sentido de que os atendimentos ocorreriam de acordo com os objetivos e prioridades definidos pelas próprias unidades, desde que estivessem alinhados às diretrizes, objetivos, metas e prioridades institucionais, limitados às disponibilidades de recursos previstos nos Orçamentos Programas Internos Anuais. Nessa condição, as programações constantes dos planos anuais de atividades, integrantes do PDI/Plano Quinquenal 2006 a 2010, não contempladas com recursos previstos nos orçamentos programas internos anuais, iniciais, poderão ser subvencionados no decorrer de cada exercício financeiro, mediante recursos captados externamente, créditos suplementares da União ou eventuais excessos de arrecadação de receita própria.

O PDI da Universidade de Brasília tem sido aperfeiçoado continuamente, mediante atualizações anuais, com a inclusão ou revisão de objetivos e metas ou de novas unidades, mantidos, contudo, os elementos estruturais básicos do planejamento, em seus níveis estratégico, tático e operacional.

Merecem destaque, nesse sentido, as ações do Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que foram incluídas no PDI, após a aprovação pelo CONSUNI, em 04/07/2008, da revisão da proposta da UnB de participação no Programa instituído pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. O REUNI nacional tem como um de seus objetivos dotar a Universidade das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, assim como procurar garantir a qualidade da graduação da educação pública, com o melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do qualificado do contingente de recursos humanos existentes na Universidade. Na UnB, a adesão ao REUNI ocorreu por meio de discussões fundamentadas nas dimensões do Programa. As reestruturações acadêmica e pedagógica são os pilares da expansão das vagas discentes disponibilizadas pela Universidade à sociedade, associadas à renovação, adequação e aperfeiçoamento da infraestrutura e ancoradas na ampliação do quantitativo de docentes e servidores técnico-administrativos.

O PDI 2006 – 2010, revisto e editado em 2009, foi desenvolvido em dez capítulos. O primeiro aborda o perfil institucional com base normativa de criação da FUB e UnB, legislação pertinente ao PDI e bases do planejamento estratégico e tático; o segundo congrega a evolução do Sistema de Planejamento Institucional e um estudo do diagnóstico institucional, a partir da análise do ambiente externo e interno; o terceiro apresenta a organização didática e pedagógica da Instituição; o quarto mostra o processo de gestão acadêmica voltada aos cursos de Graduação, Pós-Graduação e sua expansão; o quinto

aborda o perfil do corpo Docente e técnico-administrativo; o sexto contempla a organização acadêmica e administrativa, de acordo com os Estatutos e Regimento; o sétimo expõe as políticas de atendimento aos discentes; o oitavo detalha a infraestrutura física da Universidade, seus laboratórios e bibliotecas; o nono evidencia os objetivos, metodologia e modelo da avaliação institucional e, por fim, o último trata dos aspectos financeiros e físicos, como a evolução do orçamento programa interno e sua alocação de recursos. Incorpora também as metas do Plano de Reestruturação e Expansão da UnB 2008-2012 (REUNI).

O processo de modernização da gestão universitária contempla projetos estratégicos relacionados à reestruturação organizacional da FUB, revitalização da área de Tecnologia da Informação e Comunicação institucional, implantação de um modelo de gestão por processos, gestão estratégica de custos e projeto de educação corporativa. Para a sua construção e implantação, faz-se necessário o apoio efetivo dos parceiros estratégicos, gestores acadêmicos e administrativos e comunidade universitária.

Na UnB, todo o processo de planejamento institucional é fundamentado nas bases do planejamento estratégico e tático constantes do PDI, que orientam a elaboração do Plano Quinquenal e dos Planos Anuais de Atividades. Por outro lado, Os ajustes anuais tornam possível a revisão dos planos anuais integrantes do Plano Quinquenal, assim como permite o aperfeiçoamento do processo administrativo e otimização dos recursos orçamentário-financeiros.

3 Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UnB, criado em 1962, data da inauguração da Universidade, como Plano Orientador da Universidade de Brasília², foi o resultado do trabalho de duas comissões de planejamento coordenadas pelo Prof. Darcy Ribeiro. O projeto aborda como a UnB deveria se constituir e, sobretudo, apresenta orientações a serem cumpridas desde o seu funcionamento.

O PPI de 1962 trata, em sua essência, de aspectos sobre a criação da UnB, sua estrutura e organização autônoma, baseada na integração de três modalidades de órgãos: os Institutos Centrais, as Faculdades e os Órgãos Complementares, definindo suas competências e funcionamento. O plano define, ainda, o modelo de administração da

² Plano Orientador da Universidade de Brasília, 1962, São Paulo Editora S.A.

Universidade, seus órgãos auxiliares, estimativa de matrículas e formas de acesso, corpo docente, programa de cursos, plano de obras, programa financeiro, entre outros elementos.

Neste momento de forte reestruturação e de expansão da Universidade, inclusive com a criação de novos campi, identificou-se a necessidade de revisão do atual projeto pedagógico da Instituição, o qual foi sendo construído ao longo do processo histórico da UnB. A elaboração do novo PPI da Universidade configura-se, portanto, como uma das grandes metas institucionais inseridas no Programa REUNI. Para isso, durante o ano de 2009 foram realizados seminários e fóruns para discussão sobre estratégias para a construção do PPI, envolvendo docentes, servidores e discentes. Para 2010, planeja-se a redação do documento final, com a continuidade dos trabalhos em um processo democrático e participativo, a fim de que a diversidade, a complexidade, a criatividade e as expectativas da Universidade e da sociedade possam estar ali traduzidas, possibilitando que, nesse novo PPI, a Universidade de Brasília se reconheça e seja reconhecida. Ao final de 2010, o documento será submetido à aprovação pelos conselhos superiores.

4 Grau de conhecimento dos instrumentos de planejamento (PDI, Plano Quinquenal e PPA), pela comunidade universitária

O atual sistema de planejamento da UnB conta com nove instrumentos: cinco relacionados à elaboração e atualização dos planos institucionais elaborados pelas unidades administrativas e acadêmicas (Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI, Plano Quinquenal/PQ, Plano Anual de Atividades/PAA, Matriz de planejamento, Matriz de Indicadores Institucionais) e quatro associadas ao acompanhamento das atividades desenvolvidas por todas as unidades integrantes do sistema de planejamento institucional (Relatórios Trimestrais de Planejamento, Relatório Anual de Gestão, Seminário de Planejamento, Relatório de Planejamento Plurianual), conforme consta do Manual do Sistema de Planejamento da UnB, 2007.

Todos os instrumentos listados acima visam a atender tanto às demandas internas (comunidade acadêmica, Comissão Própria de Avaliação), quanto às demandas externas (exigências de órgão governamentais, órgãos fiscalizadores externos e sociedade como um todo). Para tanto, os documentos são amplamente divulgados em meio acadêmico e estão disponíveis para *download* no site da Universidade.

A partir de 2002, com a adoção do sistema de planejamento, de forma estruturada, nos níveis estratégico, tático e operacional, conseguiu-se, pela primeira vez, a sensibilização

e o envolvimento efetivo da comunidade universitária em sua implantação e desenvolvimento. Nesse processo, foi fundamental a ampla adesão das unidades acadêmicas, que assimilaram rapidamente o modelo então proposto, embasado em três conceitos fundamentais: participação, transparência e flexibilidade.

Atualmente, mais de sessenta unidades internas (acadêmicas, administrativas, decanatos, secretarias, órgãos complementares, centros, reitoria, vice-reitoria, assessorias, auditoria interna, procuradoria jurídica, prefeitura do campus) participam da elaboração do planejamento institucional, com acompanhamento trimestral de sua execução.

Todos os instrumentos de planejamento (PDI, plano quinquenal e planos anuais de atividades) passam por amplo processo de discussão e aprovação, desde os colegiados dos departamentos e das unidades, passando por órgãos da Administração Central, até os colegiados superiores: Câmara de Administração e Finanças (CAF), Conselho de Administração (CAD) e Conselho Universitário (CONSUNI), órgão máximo deliberativo da Universidade. A aplicação sistemática desses instrumentos e a participação dos três segmentos da comunidade universitária nos órgãos colegiados trouxeram avanços importantes na disseminação da cultura de planejamento no meio universitário. Dessa forma, também é possível dizer que o nível de conhecimento desses instrumentos é significativo no âmbito da Universidade. No sentido de conhecer e fazer avançar o processo de planejamento, a Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB³ está elaborando um diagnóstico e avaliação da gestão de meios, relativamente ao processo de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças. No trabalho, em fase de conclusão, foram feitas entrevistas, envolvendo cerca de sessenta e seis gestores de unidades acadêmicas e administrativas, em que constam perguntas, entre outras, sobre o nível de conhecimento desses dirigentes, em relação aos instrumentos de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças. A partir dos resultados que serão apresentados em relatórios, será possível avaliar, com mais exatidão, o grau de conhecimento desses instrumentos.

5 Coerência entre ações e práticas realizadas na instituição e os propósitos formulados no PDI

A coerência entre a prática acadêmica e o PDI se dá no acompanhamento do planejamento, fase importante do processo de planejamento institucional integrado. Na UnB, esse acompanhamento se faz trimestralmente, por meio do qual todas as unidades

3 Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB, instituída pelo Reitor da UnB em 2009, sob presidência do vice-reitor da UnB;

integrantes do sistema prestam contas, em termos físico e financeiro, da execução das ações, objetivos e metas previstos no PDI. Ao final do exercício financeiro, esses relatórios trimestrais subsidiarão a elaboração do relatório anual de gestão.

Apresenta-se, por meio da Tabela 1.01, dados que mostram o percentual de objetivos concluídos, parcialmente concluídos e não iniciados, por área de atuação durante o ano de 2009, assim como o total gasto na execução.

A análise da tabela revela que 27,2% dos objetivos das dez macro áreas foram concluídos, 56,4% encontram-se parcialmente concluídos, e apenas 16,4% não foram iniciados. Dos objetivos concluídos ou parcialmente concluídos, as áreas com melhor desempenho foram as de Ensino de Graduação e de Ensino de Pós-Graduação, que tiveram os índices de 90,5% e 88,3%, respectivamente, de objetivos total ou parcialmente alcançados, vindo, em seguida, a área de Planejamento e Gestão, com 82,2%.

Quanto à execução, verifica-se que as áreas destacadas acima apresentaram os seguintes índices de execução: Ensino de Graduação: 19,8%, Ensino de Pós-Graduação: 44,7%, e Planejamento e Gestão: 37,3%, em relação aos respectivos valores demandados. Esse desempenho pode ser considerado positivo, vez que as unidades tiveram ampla liberdade de previsão em suas demandas, sem qualquer restrição. Há, inclusive, unidades que até ultrapassaram os montantes demandados, como a Extensão e a área de Recursos Humanos, que ultrapassaram as previsões em cerca de 33,2% e 50,8%, respectivamente, cabendo esclarecer que, no caso de RH, incluem os valores da folha de pessoal.

Com esses resultados, é possível tirar conclusões, no sentido de que há coerência satisfatória entre as ações realizadas na universidade e os objetivos que constam no PDI. Os relatórios trimestrais de acompanhamento do planejamento apresentam, de forma mais detalhada, dados de execução física e financeira, relativamente a todas as unidades integrantes do sistema de planejamento institucional.

Tabela 1.01: Atividades planejadas e executadas, por área de planejamento, no Plano Anual de Trabalho - 2009

Detalhamento Área de Trabalho	PPA 2009 - Planejamento inicial				Execução								% Alcançados (total/parcial)	
	Objetivos Operac.		Valores		Obj. total	%	Obj. parcial	%	Não iniciados	%	Valores Executados	Obj. j.	Valores	
	Nº.o Obj	%	Demandas	%										
Ensino de Graduação	284	20,8	59.032.402	6,5	101	27,2	156	20,3	27	12,1	11.713.167	90,5	19,8	
Ensino de Pós-Graduação	137	10,0	13.385.525	1,5	38	10,2	83	10,8	16	7,1	5.982.044	88,3	44,7	
Pesquisa	148	10,8	20.025.549	2,2	35	9,4	85	11,0	28	12,5	14.123.810	81,1	70,5	
Extensão	119	8,7	32.338.743	3,6	42	11,3	55	7,1	22	9,8	43.088.948	81,5	133,2	
Desenvolvimento Comunitário	43	3,2	8.018.010	0,9	17	4,6	18	2,3	8	3,6	2.440.505	81,4	30,4	
Recursos Humanos	171	12,5	424.690.481	46,8	32	8,6	106	13,8	33	14,7	640.422.954	80,7	150,8	
Planejamento e Gestão	192	14,1	128.775.089	14,2	48	12,9	111	14,4	33	14,7	47.998.686	82,8	37,3	
Obras e Espaço Físico	114	8,4	208.197.175	22,9	20	5,4	71	9,2	23	10,3	64.142.458	79,8	30,8	
Comunicação Institucional	77	5,6	1.380.030	0,2	25	6,7	37	4,8	15	6,7	189.288	80,5	13,7	
Tecnologia da Informação	80	5,9	11.523.346	1,3	13	3,5	48	6,2	19	8,5	6.541.420	76,3	56,8	
Total	1.365	100,0	907.366.350	100,0	371	100,0	770	100,0	224	100,0	836.643.280	83,6	92,2	

Fonte: PDI, 2006-2010

6 Acompanhamento do planejamento, prestação de contas trimestral pelas unidades internas integrantes do PDI

O acompanhamento do planejamento tem como produto os Relatórios Trimestrais de Planejamento que, consolidados, resultam no Relatório Anual de Gestão. Os relatórios originam-se das informações prestadas, via sistema eletrônico de planejamento, pelas 66 unidades acadêmicas e administrativas que o integram e representam a consolidação da execução dos objetivos, metas globais e anuais estabelecidos no PDI, desdobrados no Plano Anual de Atividades/PAA. Compõem também os relatórios: as informações referentes à execução das ações governamentais consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), a

movimentação financeira das fundações de apoio, a gestão do patrimônio da FUB, a educação corporativa, o balanço social, entre outras.

Paralelamente, são feitos, mensalmente, por servidores da FUB, designados Coordenadores de Ação, via SIMEC, o registro e a atualização das informações do desempenho físico das ações governamentais e da gestão de restrições, a fim de subsidiar a elaboração de relatórios gerenciais e de prestações de contas da atuação governamental, em cumprimento ao que determinam as Portarias n. 198/2005 e n. 731/2009.

A elaboração dos relatórios trimestrais de planejamento permite à Administração Superior da Universidade de Brasília acompanhar a execução dos projetos e atividades das unidades integrantes do Sistema de Planejamento Institucional, estabelecidos no Plano Anual de Atividades/PDI. Permite também aos gestores das unidades apontar e implantar sugestões de aperfeiçoamento da execução do planejamento, corrigir desvios e consolidar projetos identificados como estratégicos e, assim, possibilitar à Administração Superior avaliar o nível de alcance dos objetivos e metas definidos pelas unidades acadêmicas e administrativas.

7 Articulação entre o PDI e as políticas de ensino, pesquisa e extensão, da gestão acadêmica e administrativa institucional

Todas as políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão são formuladas com base no PDI da Instituição. Os elementos estratégicos, alinhados aos objetivos institucionais e diretrizes pedagógicas, referentes às áreas de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, entre outras, estão consubstanciados no PDI.. A partir desses níveis, são definidos, por áreas, as estratégias, as metas e indicadores de gestão, para o período.

As ações e metas propostas pelas áreas são acompanhadas, trimestralmente, no sistema informatizado de planejamento institucional, mediante informações prestadas pelos próprios gestores das unidades acadêmicas e administrativas, quando se faz, então, um confronto entre o planejado no PDI e o executado efetivamente.

Além das avaliações regulares feitas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), ao final do primeiro ciclo do planejamento, no modelo atual, foi elaborado, em 2008, um Relatório de Resultados Plurianuais, referente ao período de 2002 a 2006.

8 Perfil esperado dos ingressantes e egressos da instituição

A Universidade de Brasília, instituição federal de ensino superior, gratuita, possui, como as demais IFES, uma demanda maior que a sua capacidade de vagas. Devido a isso e apesar da política de ampliação das vagas, o processo seletivo da Universidade é bastante rigoroso, sendo considerado um dos mais competitivos do país.

O perfil esperado dos ingressantes e egressos da UnB estão intrinsecamente relacionados com os princípios da Universidade de Brasília, definidos em seu Estatuto, e com as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação, no caso de existirem. O perfil do egresso de cada curso de graduação oferecido pela UnB está explicitado no projeto pedagógico do curso, aprovado no colegiado do curso e demais órgãos colegiados pertinentes. Em pesquisa realizada junto aos colegiados de curso de graduação em 2009 a respeito do perfil desejado do ingressante nos cursos oferecidos pela UnB, constata-se que, de maneira geral, são atributos desejados do ingressante (Tabela 1.02):

- Capacidade oral e escrita na língua portuguesa;
- capacidade de trabalho em equipe e em equipes multidisciplinares;
- capacidade de aprendizagem continuada;
- criatividade;
- capacidade de compreensão crítica, leitura e interpretação de textos;
- capacidade de raciocínio lógico e analítico;
- ter domínio de língua estrangeira, preferencialmente inglês;
- ter bom conhecimento em disciplinas específicas, dependendo da área.

Além do perfil geral, os cursos de graduação da UnB possuem perfil específico desejado de ingressantes, conforme detalhado na tabela 1.02.

Os exames de seleção primária da UnB são compostos de provas escritas gerais para todos os cursos, elaboradas com base nos parâmetros curriculares do ensino médio. No momento da inscrição, o candidato opta por uma língua estrangeira a ser avaliada em seu exame: inglês, francês ou espanhol. A capacidade de expressão escrita em língua portuguesa é avaliada por meio de uma redação, de caráter eliminatório, porém não classificatório.

De maneira geral, os exames de seleção da UnB são elaborados em consonância com o perfil desejado do ingressante. Entretanto, considerando-se as respostas dos colegiados dos cursos de graduação, deve-se procurar avaliar de forma mais efetiva a capacidade de expressão escrita na língua portuguesa.

9 Efetiva utilização do PDI como referência para programas e projetos desenvolvidos pelas unidades acadêmicas e pela administração central da instituição

O PDI, da forma atual como é elaborado, atende à demandas internas (unidades acadêmicas e administrativas e Comissão Própria de Avaliação), às exigências de órgãos governamentais (Ministério da Educação, Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, entre outros) e aos órgãos fiscalizadores externos (Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União), além de subsidiar a elaboração de outros documentos institucionais (Anuário Estatístico, Relatório de Autoavaliação Institucional, Relatório Anual de Gestão, Plano Plurianual de Atividades, Plano Anual de Atividades).

Outra importante utilização do PDI, como fora citado no item 3, é no processo de avaliação externa da Universidade, pois permite às instituições um retrato da sua autoavaliação, ao considerar as estratégias institucionais, gestão e organização acadêmica e administrativa, procedimentos de autoavaliação institucional e aspectos orçamentários.

Tabela 1.02 – Perfil desejado do ingressante nos cursos de graduação da UnB, conforme aprovado nos respectivos colegiados de curso.

CURSO	CAPACIDADE ORAL E ESCRITA NA LÍNGUA PORTUGUESA	CAPACIDADE DE TRABALHO EM EQUIPE E EQUIPES MULTIDISCIPLINARES.	CAPACIDADE DE APRENDIZAGEM CONTINUADA E CRIATIVIDADE	CAPACIDADE DE COMPRENSÃO, CRÍTICA, LEITURA E INTERPRETAÇÃO	CAPACIDADE DE RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO	TER BOM CONHECIMENTO EM DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	OUTROS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS							
MATEMÁTICA	X	X	X	X		Matemática	*Visão abrangente do papel do aluno *Capacidade de análise e aceitação de materiais didáticos assim como elaboração de propostas alternativas; *Capacidade de acompanhamento de cursos com criação e adaptação de métodos pedagógicos; *Capacidade de interpretação e representação gráfica
ESTATÍSTICA	X	X	X	X	X	Matemática	*Interesse na interação com outras áreas do conhecimento; *Familiaridade com o uso de recursos computacionais; *Conhecimento de língua estrangeira, em particular, língua inglesa.
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (BACHARELADO)	X			X	X	Disciplinas da área de ciências exatas e tecnologia	*Compreensão básica da língua inglesa; *Tenha prévio conhecimento sobre o curso e a profissão
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (LICENCIATURA)				X	X	Disciplinas da área de ciências exatas e suas aplicações	*Tenha interesse em desenvolver tecnologias para o ensino/aprendizagem em qualquer domínio de conhecimento.
FACULDADE DE TECNOLOGIA							
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FT		X	X		X	Matemática, Física e Computação	*Ter o desejo de, a partir de uma abstração matemática inicial, conceber ou materializar sua intenção em um sistema físico real; *Ter capacidade de compreender que a natureza do mundo físico impõe limites aos seus anseios, mas sem deixar que sua

CURSO	CAPACIDADE ORAL E ESCRITA NA LÍNGUA PORTUGUESA	CAPACIDADE DE TRABALHO EM EQUIPE E EQUIPES MULTIDISCIPLINARES.	CAPACIDADE DE APRENDIZAGEM CONTINUADA E CRIATIVIDADE	CAPACIDADE DE COMPRENSÃO, CRÍTICA, LEITURA E INTERPRETAÇÃO	CAPACIDADE DE RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO	TER BOM CONHECIMENTO EM DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	OUTROS
							criatividade seja limitada
FACE							
ECONOMIA						Não ter aversão às disciplinas de História, Filosofia ou Sociologia	*Não deve ter restrições a nenhum campo específico do saber.
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	x	X	X	x	x		*Capacidade de leitura em outros idiomas
ADMINISTRAÇÃO	x			x	x		*Demonstrar visão sistêmica; *Ter capacidade de resolução de problemas; *Ler e interpretar textos em línguas estrangeiras como instrumento de acesso a informações técnico-científicas em Administração.
ARQUIVOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> • IDENTIFICAR FRONTEIRAS QUE DEMARCAM O CAMPO DE ATUAÇÃO DO ARQUIVISTA; • GERAR PRODUTOS A PARTIR DOS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS E DIVULGÁ-LOS; • FORMULAR E EXECUTAR POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS ADEQUADAS AO PERFIL INSTITUCIONAL; • ELABORAR, COORDENAR, EXECUTAR E AVALIAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS INERENTES ÀS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS; • ASSIMILAR E UTILIZAR NOVOS CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS QUE POSSAM CONTRIBUIR PARA A SUA ATUAÇÃO; • PROPICIAR O ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA A TODOS OS INDIVÍDUOS, GRUPOS E COMUNIDADES QUE DELA NECESSITEM; • ORIENTAR, DIRIGIR, ASSESSORAR, PRESTAR CONSULTORIA, REALIZAR PERÍCIAS E EMITIR LAUDOS TÉCNICOS E PARECERES REFERENTES AOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO; • COMPREENDER O ESTATUTO PROBATÓRIO DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO; • ASSEGURAR A AUTENTICIDADE E A INTEGRIDADE DOS DOCUMENTOS NOS TRABALHOS DE PROCESSAMENTO TÉCNICO E DE CONSERVAÇÃO; • IDENTIFICAR O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS; • PLANEJAR E ELABORAR INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO QUE PERMITAM SUA ORGANIZAÇÃO, AVALIAÇÃO, PRESERVAÇÃO E ACESSO; • REALIZAR OPERAÇÕES DE ARRANJO E DESCRIÇÃO A FIM DE FACILITAR AS ROTINAS DE ARQUIVAMENTO, O CONTROLE DO ACERVO E A RECUPERAÇÃO E DIFUSÃO DAS INFORMAÇÕES; • ORIENTAR, ACOMPANHAR E ASSESSORAR A PRODUÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS. 						
BIBLIOTECONOMIA	<ul style="list-style-type: none"> • PREFERENCIALMENTE QUE ATUAM/ATUARAM OU QUE POSSAM ATUAR EM AMBIENTES VOLTADOS À INFORMAÇÃO, VISANDO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL; • PREFERENCIALMENTE POSSUAM COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS RELACIONADAS ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS); 						

CURSO	CAPACIDADE ORAL E ESCRITA NA LÍNGUA PORTUGUESA	CAPACIDADE DE TRABALHO EM EQUIPE E EQUIPES MULTIDISCIPLINARES.	CAPACIDADE DE APRENDIZAGEM CONTINUADA E CRIATIVIDADE	CAPACIDADE DE COMPRENSÃO, CRÍTICA, LEITURA E INTERPRETAÇÃO	CAPACIDADE DE RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO	TER BOM CONHECIMENTO EM DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	OUTROS
	<ul style="list-style-type: none"> PREFERENCIALMENTE POSSAM ATENDER AS POLÍTICAS E DEMANDAS PÚBLICAS EXPRESSAS NOS PROJETOS DA UAB, PROGRAMA MOBILIZADOR BIBLIOTECA ESCOLAR DO CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOLOGIA (CFB), PROJETO + CULTURA (BIBLIOTECA EM CADA MUNICÍPIO), PROGRAMA DE INCENTIVO À LEITURA E OUTROS PROJETOS DE INTERESSE DA ÁREA. 						
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS							
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	X		X			História (Brasil e Universal) e Geografia	<ul style="list-style-type: none"> Domínio da língua inglesa na parte de leitura; Bom nível de conhecimentos gerais sobre atualidades na política, economia e na cultura.
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA							
CIÊNCIA POLÍTICA	X			X		Sociologia, Filosofia, Relações Internacionais, História, etc.	<ul style="list-style-type: none"> *disposição para leitura sobre assuntos de política; *interesse por cultura geral;
FACULDADE DE DIREITO							
DIREITO	X						
INSTITUTO DE LETRAS							
LETRAS – TRADUÇÃO INGLÊS E LETRAS – TRADUÇÃO FRANCÊS (BACH.)	X		X				<ul style="list-style-type: none"> Tenha conhecimento lingüístico compatível com o equivalente a uma média de cinco anos de estudo de língua estrangeira.
INSTITUTO DE ARTES							
ARTES CÊNICAS		X	X				<ul style="list-style-type: none"> *Conhecimentos básicos sobre a linguagem teatral em suas dimensões ética e estética; *Compreensão mínima sobre a profissão de ator(atriz) e/ou professor(a) de teatro; *Capacidade de abordagem de textos teatrais, de desenvolvimento de raciocínio e argumento, e potencial para relacionar aspectos teatrais e sócio-culturais; *Compreensão básica sobre ação, personagem, gêneros; *Habilidade para organizar mínima

CURSO	CAPACIDADE ORAL E ESCRITA NA LÍNGUA PORTUGUESA	CAPACIDADE DE TRABALHO EM EQUIPE E EQUIPES MULTIDISCIPLINARES.	CAPACIDADE DE APRENDIZAGEM CONTINUADA E CRIATIVIDADE	CAPACIDADE DE COMPRENSÃO, CRÍTICA, LEITURA E INTERPRETAÇÃO	CAPACIDADE DE RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO	TER BOM CONHECIMENTO EM DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	OUTROS
							e criativamente uma cena de no máximo 5 minutos.
DESENHO INDUSTRIAL			X				*Habilidade para interpretar textos, situações e objetos (olhar e sensibilidade); *Habilidade para expressar, através do desenho, novas idéias, sentimentos e sensações (pensamento por imagens); *Habilidade para representar, através do desenho, dados da experiência sensorial (expressão); *Habilidade de raciocínio espacial (pensamento por imagens)
INSTITUTO DE QUÍMICA							
QUÍMICA	<ul style="list-style-type: none"> O CCGIQ entende que a elaboração das provas do Vestibular e do Programa de Avaliação Seriada da UnB é mais que suficientes para selecionar os ingressantes que possam cursar com desempenho adequado o curso de graduação. Os processos de seleção, nos moldes em que têm sido promovidos, especificamente no que tange às habilidades avaliadas, conforme demonstrados pelo reconhecimento que conquistaram em nível nacional atendem muito bem ao que se espera dos ingressantes. O IQ tem realizado esforços no sentido de se atingir um perfil esperado dos concluintes, haja vista ser esse, no entendimento do CCGIQ, o desafio a ser enfrentado em qualquer curso. Entende o Colegiado que o papel primordial, previsto nas respectivas propostas curriculares, seja o de desenvolver perfis por meio da formação inicial, a despeito das naturais e esperadas limitações que caracterizam os ingressantes 						
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO							
ARQUITETURA E URBANISMO	<ul style="list-style-type: none"> Seja capaz de se expressar corretamente e apresente habilidades pessoais específicas como o raciocínio espacial, memória visual, capacidade de observação, senso de proporção; Apresente aptidão para compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação à concepção, organização e construção do espaço. 						
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS							
FILOSOFIA	X			X		Cultura Geral	<ul style="list-style-type: none"> Disposição para leitura de textos filosóficos
SERVIÇO SOCIAL							*Habilidade para análise crítica quanto às questões de desigualdades e exclusões sociais e econômicas; *Ter interesse em participar de elaboração e execução de pesquisa, projetos, programas e políticas destinadas à promoção da

CURSO	CAPACIDADE ORAL E ESCRITA NA LÍNGUA PORTUGUESA	CAPACIDADE DE TRABALHO EM EQUIPE E EQUIPES MULTIDISCIPLINARES.	CAPACIDADE DE APRENDIZAGEM CONTINUADA E CRIATIVIDADE	CAPACIDADE DE COMPREENSÃO, CRÍTICA, LEITURA E INTERPRETAÇÃO	CAPACIDADE DE RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO	TER BOM CONHECIMENTO EM DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	OUTROS
							justiça e da igualdade sociais.
INSTITUTO DE PSICOLOGIA							
PSICOLOGIA				X		Ciências Humanas, Sociais e da Vida.	
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS							
GEOFÍSICA		X				Física, Matemática, Geologia e Computação	<ul style="list-style-type: none"> Goste de viajar e tenha desprendimento para mudanças constantes; Esteja preparado para realizar trabalhos de campo em regiões ínvias com pouca infra-estrutura; Conhecimento básico em inglês.
GEOLOGIA	X					Ciências Exatas	*Visão espacial mais acurada; * aptidão para trabalhos de campo; * conhecimento da língua inglesa.
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA							
AGRONOMIA						Ciência que estuda as leis físicas, matemáticas, químicas e biológicas	
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS							
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BACH./LICENC.)				X	X	Matemática, Física, Química (domínio dos conceitos fundamentais); História, Filosofia da Ciências (conhecimentos básicos)	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimentos básicos em língua inglesa; Consciência de sua atuação constante como educador; Consciência de sua atuação profissional como agente de transformação social em sua comunidade ou até mesmo além dessas fronteiras.
FACULDADE DE MEDICINA							

CURSO	CAPACIDADE ORAL E ESCRITA NA LÍNGUA PORTUGUESA	CAPACIDADE DE TRABALHO EM EQUIPE E EQUIPES MULTIDISCIPLINARES.	CAPACIDADE DE APRENDIZAGEM CONTINUADA E CRIATIVIDADE	CAPACIDADE DE COMPRENSÃO, CRÍTICA, LEITURA E INTERPRETAÇÃO	CAPACIDADE DE RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO	TER BOM CONHECIMENTO EM DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	OUTROS
MEDICINA	X	X	X	X		Português, Matemática, Física, Química.	<ul style="list-style-type: none"> Tenha interesse pelos problemas sociais e suas soluções; Hábito de leitura; Capacidade de uso efetivo de computador Conhecimento da língua inglesa.
FACULDADE DE SAÚDE							
ENFERMAGEM						Área de humanas e sociais, como: Anatomia, Fisiologia, Química, Sociologia, Psicologia, entre outras.	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer sumariamente os fundamentos da Constituição Brasileira que fundamentam o SUS e seu funcionamento; Interessar-se centralmente pelo cuidado integral às pessoas; Conhecer as possibilidades de inserção e atuação profissional: hospitais, comunidades, empresas, laboratórios de pesquisa, etc.; Conhecimentos técnicos-científicos como atividades de educação, pesquisa e extensão comunitária; Desenvolver habilidades comunicacionais, relacionais e psicomotoras para o cuidado em saúde nas dimensões individuais, familiares e coletivas do cuidado, reabilitação e promoção da saúde.
ODONTOLOGIA	X	X	X	X		Área biológica	

CURSO	CAPACIDADE ORAL E ESCRITA NA LÍNGUA PORTUGUESA	CAPACIDADE DE TRABALHO EM EQUIPE E EQUIPES MULTIDISCIPLINARES.	CAPACIDADE DE APRENDIZAGEM CONTINUADA E CRIATIVIDADE	CAPACIDADE DE COMPRENSÃO, CRÍTICA, LEITURA E INTERPRETAÇÃO	CAPACIDADE DE RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO	TER BOM CONHECIMENTO EM DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	OUTROS
FARMÁCIA	X	X	X	X		Química e Biologia	
NUTRIÇÃO	X	X	X	X		Área biológica	
FACULDADE DE CEILÂNDIA							
SAÚDE COLETIVA, FISIOTERAPIA, TERAPIA OCUPACIONAL, ENFERMAGEM E FARMÁCIA						Áreas Biológica, Exatas e Humana	
FACULDADE DE PLANALTINA							
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO							<ul style="list-style-type: none"> Educadores de escolas públicas de Educação Básica do campo em exercício atual ou em processo de inserção nas escolas de ensino fundamental ou médio do campo (especialmente assentamentos, reassentamentos e outras comunidades camponesas); Pessoas que atuam como educadores ou coordenadores de escolarização básica de jovens e adultos em comunidades camponesas; Pessoas que atualmente coordenam ou fazem o acompanhamento político-pedagógico dos cursos formais apoiados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; Jovens e adultos de comunidades do campo.
GESTÃO AMBIENTAL	X		X	X			<ul style="list-style-type: none"> Apresentar boa compreensão estética e simbólica do seu território e territorialidades culturais; Apresentar boa interpretação numérica.
CURSOS INTERDISCIPLINARES SOB RESPONSABILIDADE DE MAIS DE UMA UNIDADE ACADÊMICA							
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO		X	X		X	Ciências Exatas	<ul style="list-style-type: none"> Domínio básico da língua inglesa
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	X			X	X		<ul style="list-style-type: none"> Domínio de línguas estrangeiras; Elaborar propostas de intervenção solidária; Valorizar a diversidade cultural
MUSEOLOGIA			X	X	X	Artes, Cultura e História	

10 Atualização e avaliação do PDI

Neste tópico, é importante ressaltar que as definições estratégicas da Universidade constam no PDI, enquanto que as ações e os projetos anuais detalhados pelas 66 unidades que compõem o planejamento, bem como os seus elementos físicos e financeiros integram o Plano Quinquenal (PQ) e o Plano Anual de Atividades (PAA).

A atualização do PAA é realizada por meio de ajustes periódicos promovidos por técnicos da Secretaria de Planejamento (SPL), órgão gestor central do Sistema de Planejamento Institucional. No ajuste, é possível realizar modificações quanto aos projetos, aos objetivos, às metas, à fonte de recursos e aos elementos de despesa constantes do plano das unidades. Sempre que necessário, a SPL também elabora eventos como seminários, palestras e reuniões de orientação sobre o PDI. Não raro são realizadas reuniões entre a equipe de planejamento e membros de outras unidades para tratar de assuntos ligados ao preenchimento do sistema que alimenta o PDI da instituição. Além disso, sempre que ocorrem mudanças e/ou aperfeiçoamento do plano, a SPL elabora treinamentos e os ministra aos gestores da Universidade.

A universidade não dispõe, ainda, de um instrumento regular de avaliação específica do planejamento institucional. Entretanto, são realizados, a cada trimestre, estimativas sobre o desempenho das unidades integrantes do sistema de planejamento, como pode ser verificado na Tabela 1.01, item 5.

Analisando-se a tabela citada, é possível verificar qual o percentual de objetivos concluídos, parcialmente concluídos ou não iniciados no ano de 2009 por área de atuação das unidades. Dessa forma, é possível averiguar quais são as áreas que apresentam melhor desempenho e as unidades que estão mais comprometidas com os objetivos traçados no PDI.

Com relação ao processo de autoavaliação institucional, exigido por lei, a Universidade, além de instituir, por meio da Resolução do Conselho Universitário n. 1/2009, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituiu, por meio de Ato da Reitoria n. 362/2010, o Grupo Técnico de Avaliação (GTA) da Comissão Própria de Avaliação da Universidade de Brasília.

O GTA, composto por representantes de todos os Decanatos, da Secretaria de Planejamento, do CESPE, do CPD e da Secretaria de Administração Acadêmica, tem “... a função precípua de auxiliar a CPA na institucionalização do processo de autoavaliação na

UnB, assim como na efetivação das ações e procedimentos inerentes à autoavaliação, visando a possibilitar a elevação dos padrões de qualidade, do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica”.

Ainda de acordo com a Resolução da Reitoria n. 362/2010, compete ao GTA, entre outras atribuições, *“elaborar proposta de Plano de autoavaliação Institucional da Universidade de Brasília (PAAI), o qual deverá ser submetido à apreciação da CPA”.*

Essas iniciativas mostram a importância que a Universidade de Brasília está dando ao processo de avaliação institucional, cujos resultados, ao mostrar suas potencialidades e fragilidades, permitirão a adoção de medidas efetivas, visando ao aprimoramento do processo de gestão acadêmica e administrativa, em prol de um ensino superior de qualidade.

11 Aspectos positivos

A avaliação dos principais avanços ocorridos no PDI da Universidade, desde a implantação do novo Sistema de Planejamento, apresenta um breve retrato do processo de mudança ocorrido na instituição. Entre as mudanças mais relevantes, destacam-se as seguintes:

- Iniciativa de revisão do Projeto Pedagógico Institucional;
- Alterações positivas no processo decisório, que efetivamente passou a valer-se das estruturas colegiadas;
- Iniciativa de fazer avaliação do processo de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças;
- ampliação da participação de gestores universitários, de todos os níveis, no processo de planejamento;
- maior envolvimento de gestores e colegiados na definição de políticas de financiamento institucional;
- o ciclo de planejamento, que abrange o período de 2006 a 2010, passou a adotar a utilização de indicadores gerais, permitindo o acompanhamento das atividades desenvolvidas, em todos os níveis da instituição;
- utilização de instrumentos de planejamento reconhecidos, como a matriz de análise situacional, na elaboração dos planejamentos plurianuais das unidades;

- evolução do número de unidades integrantes do sistema de planejamento de 60, em 2006, para 66, em 2009;
- estruturação do PDI, em estreita observância aos eixos temáticos definidos no Decreto n. 5.773/2006;
- decisão da Administração Superior de institucionalização do processo de autoavaliação na UnB;
- maior transparência sobre as práticas e os gastos da FUB, o processo de reestruturação e modernização, e a elaboração do PDI, conforme disponibilizado em www.unb.br/transparencia.

Por fim, outro ponto que merece destaque é a inclusão, no PDI, do REUNI, em 2008, dada a importância desse programa na reestruturação e expansão da Universidade, em todas as suas dimensões: Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública; Reestruturação Acadêmico-Curricular; Renovação Pedagógica da Educação Superior; Mobilidade Intra e Interinstitucional; Compromisso Social da Instituição; e Suporte da Pós-Graduação ao Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Qualitativo dos Cursos de Graduação.

12 Aspectos que merecem atenção

Em face da realidade da instituição e das dificuldades enfrentadas pela Universidade, no âmbito do sistema de planejamento, cabe destacar os seguintes aspectos negativos:

- instrumentos de avaliação desatualizados, restritos a algumas áreas;
- a interrupção da pesquisa de egressos, em 2005;
- alto grau de complexidade no alinhamento dos elementos de planejamento, sobretudo nos níveis táticos e estratégicos;
- dificuldades no processo de tramitação do planejamento das unidades nos seus respectivos colegiados;
- alta rotatividade de pessoal nas unidades, o que gera impactos negativos na prestação de informações que compõem os relatórios trimestrais e anuais de gestão;
- dificuldade na elaboração do planejamento institucional, face à separação da área de planejamento da área de orçamento, que, hoje, pertencem a unidades distintas;
- ausência de modelo próprio de distribuição de recursos destinados às demandas do PDI;

- necessidade de aperfeiçoamento do modelo de matriz de variáveis, utilizado na alocação de recursos para a área acadêmica;
- necessidade de tornar o PDI mais objetivo e didático, com o intuito de facilitar sua divulgação à comunidade acadêmica.
- Dificuldade de conscientização da comunidade universitária da aplicação do PDI como efetivo instrumento de planejamento das atividades acadêmicas e administrativas..
- Falta de avaliação anual do PDI.

O atual PDI da Universidade passou por uma série de aprimoramentos ao longo do período, entretanto há muitos desafios a serem superados até alcançar a excelência no planejamento da UnB. Há um grande esforço institucional na realização constante de melhorias, prova disso foi a elaboração do Diagnóstico Institucional 2006-2010, instrumento utilizado para embasar elementos e conceitos no novo ciclo de planejamento.

Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

“O que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação de oportunidades de educação asseguradas à juventude, trazendo para seus Institutos e Escolas a mocidade de todos os Estados da Federação. É que enriqueça as modalidades de formação superior ministradas no País, contribuindo decisivamente para o preparo dos cientistas e dos técnicos capazes de empreenderem a exploração racional do imenso patrimônio de recursos de que somos herdeiros para colocá-lo a serviço do desenvolvimento nacional. E é, sobretudo, que constitua o centro cultural de Brasília, dotado da necessária criatividade para que esta cidade seja capaz de imprimir aos empreendimentos nacionais que aqui se conceberão o mesmo espírito inovador e o mesmo padrão de excelência que presidiram seu planejamento, fazendo da Capital da República um motivo de orgulho nacional.” (parágrafo final da fala do Presidente da República ao sancionar a lei que instituiu a Fundação Universidade de Brasília).

A ENSINO DE GRADUAÇÃO

1 Sobre a organização do item 2A

O texto do item 2A (Ensino de Graduação) tem como base os tópicos sugeridos pelo documento *Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-avaliação das Instituições* (www.inep.gov.br). Os tópicos foram agrupados ao longo do texto, com o objetivo de captar a

dinâmica processual que caracteriza a atualidade da dimensão da política para o ENSINO DE GRADUAÇÃO na Universidade de Brasília.

Para fins de clareza textual, cada grupo de tópicos foi descrito, avaliado, quando possível, e analisado, para o que o texto foi organizado seguindo três aspectos:

- a) A descrição da dimensão tal como ela se apresenta na universidade atualmente, considerando sua história, seus objetivos, seus compromissos;
- b) Avaliação e análise da política para o Ensino de Graduação e as conseqüentes potencialidades/fragilidades das ações atuais;
- c) As propostas de enfrentamento de situações não desejáveis ou apresentação das inovações que estão para ser implementadas;

Os seguintes documentos deram suporte à elaboração deste relatório: o Regimento Geral da Universidade de Brasília, o Projeto Pedagógico Institucional referente à criação da FUB, os relatórios do ENADE 2006, 2007 e 2008 e o documento do Programa REUNI na UnB. Em relação às práticas, foram utilizados dados referentes ao acompanhamento dos processos de reconhecimento e renovação dos cursos no Sistema E-MEC, bem como dados do acompanhamento da construção e revisão de Projetos Pedagógicos dos Cursos.

2 Organização didático-pedagógica e práticas pedagógicas

- Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área.
- Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.
- Quais critérios orientam as atualizações curriculares?

2.1 Descrição da Dimensão na Instituição

Uma perspectiva histórica

Nascida de um projeto original, em que se articulavam fortemente concepções curriculares e organização didático-pedagógica em uma proposta político-pedagógica criativa e inovadora, a Universidade de Brasília sofreu grande intervenção no seu modelo

durante os anos dos governos militares, que descaracterizou completamente suas concepções originais. Muito embora tenha experimentado um grande crescimento institucional, com, entre outros aspectos, a abertura de novos cursos, a construção de novos prédios, a contratação de professores, a inovação da informatização dos processos acadêmicos e a consolidação das atividades de pesquisa, durante esse período assume-se um modelo tradicional de universidade em que as diferentes unidades passam a desenvolver ações isoladas, deixando de existir o projeto articulado de universidade que configurasse diferentes instâncias com propostas pedagógicas de Educação Superior. O período de retorno à democracia, em que já não havia mais possibilidade de retomada do projeto original, caracteriza-se principalmente pela retomada da autonomia e liberdade acadêmicas. Essa discussão se imprime fortemente no cotidiano acadêmico da UnB e, mesmo que não tenha sido explicitada em Propostas Pedagógicas Institucionais, atuou como princípio norteador de concepções, ações e proposições pedagógicas. Ao final do século XX, com o modelo político neoliberal, duas características afetam as universidades federais, e nesse conjunto a UnB: a contínua precarização dos seus processos de contratação de professores e a falta de manutenção e impossibilidade de construção de espaços físicos, frente ao desenvolvimento das políticas nacionais de regulamentação da Educação Superior no país. A simultaneidade e antagonismo dessas ocorrências retardam processos de discussão sobre uma proposta articulada de organização didático-pedagógica com as outras instâncias da vida acadêmica. Ainda assim, orientada pelo princípio da responsabilidade social e atendendo à orientação para expansão de oferta, surgem, na UnB os cursos noturnos. A partir de então, porém, na maior parte realizada de forma isolada, cada uma das unidades procura se organizar para instaurar processos de construção de projetos políticos pedagógicos dos cursos e revisões curriculares. A discussão coletiva sobre as licenciaturas se constituiu como uma outra iniciativa interessante e inovadora desse período. A implantação da LDB e as normas internas decorrentes da iniciativa da administração ou mesmo de grupos de professores estimularam o surgimento do Grupo de Pesquisa e Acompanhamento das Licenciaturas, GPAL, criado para desenvolver o PPP dos cursos de Licenciatura noturnos, e, mais recentemente, em 2002-2003, o Núcleo de Estudos e Acompanhamento das Licenciaturas, NEAL. A função dessas comissões foi estudar os documentos e as diretrizes do MEC e adequá-los à realidade da UnB para servirem de referência nas reformas curriculares. Entretanto, essas ações, isoladas, não resultaram em definições de políticas institucionais para o Ensino de Graduação na UnB.

A Dimensão na atualidade

Após a adesão da UnB ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI em 2008, a discussão sobre propostas articuladas de expansão e reestruturação se instala de forma plena na UnB. Como catalisadoras dessa discussão pode-se indicar dois entre os objetivos assumidos pela UnB em julho de 2008: a meta de expansão da oferta de vagas em cursos já existentes e a abertura de novos cursos aliada ao compromisso da revisão e atualização do Projeto Pedagógico Institucional. Desenvolvem-se, assim, ações sistemáticas e institucionalizadas que visam à promoção da discussão continuada sobre princípios, concepções, processos e ações didático-pedagógicas. No âmbito do Decanato de Ensino de Graduação, entre tais ações, pode ser exemplificada a criação de três coordenações: a Coordenação de Acompanhamento e Integração das Licenciaturas, a Coordenação de Estágios e Coordenação Pedagógica. A primeira teve o objetivo de discutir e incentivar reformas curriculares inovadoras que traduzam uma política institucional própria da UnB em relação à formação docente. A criação da Coordenação de Estágios objetivou definir uma política de estágios curriculares e não-curriculares para a UnB, tendo em vista a recentemente criada Lei de Estágios, além de orientar coordenadores de graduação e estudantes em todos os assuntos relacionados a estágio. A Coordenação Pedagógica se constitui em instância orientadora tanto para a inserção do conjunto de dados dos cursos no sistema do E-MEC, quanto para elaboração ou revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, como também para a elaboração do Projeto Pedagógico Institucional. As análises e orientações aos coordenadores de graduação da Coordenação Pedagógica precedem a apreciação das Propostas Pedagógicas dos Cursos nas instâncias colegiadas superiores da Universidade, a saber a Câmara de Ensino de Graduação, CEG, e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, CEPE.

Nesse rico processo, quatro princípios têm-se constituído como as fortes tendências para as concepções curriculares e organização didático-pedagógica. Tais princípios se referem diretamente aos sujeitos que constituem o universo da instituição em uma ética para com as pessoas. São eles:

- a. o respeito à diversidade de práticas pedagógicas, que se remete ao reconhecimento da autonomia docente. Assim, um amplo espectro de ações pedagógicas pode ser identificado nos diferentes cursos oferecidos pela UnB: desde práticas mais tradicionais que se valem da explanação oral e uso do quadro de giz para a transmissão de informações e conhecimentos técnicos até práticas inovadoras

- caracterizadas em currículos que se organizam por projetos em processos participativos de construção de conhecimento;
- b. o princípio da flexibilização dos fluxos curriculares, pois desde 1986 é regimental que o estudante da UnB possa escolher livremente até 24 créditos de disciplinas que não compõem o seu currículo, designadas de Módulo Livre, para a integralização da carga horária total do seu currículo. É, também, regimental a exigência de que os fluxos curriculares contenham até o máximo de 70% da carga horária em disciplinas obrigatórias. Essas decisões regimentais se alinham com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, dos mais diferentes cursos, a partir das quais foram instituídas as chamadas Atividades Complementares;
 - c. o princípio da articulação entre ensino-pesquisa-extensão que orienta práticas pedagógicas presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos da universidade e atende às demandas sociais do desenvolvimento científico, humano, cultural, econômico entre outros. Aos poucos, os cursos de graduação estão incorporando em seus currículos créditos de atividades de extensão e de atividades complementares, entre as quais se inserem atividades de pesquisa, além de participação em eventos e intercâmbios;
 - d. a interdisciplinaridade como princípio que orienta experiências de ensino, pesquisa e extensão articuladas e integradoras de diferentes instâncias que caracterizam a vida da Universidade, tais como os diferentes campos de saber; os diferentes contextos pedagógico, acadêmico, administrativo e da sociedade; as diferentes pessoas que se constituem profissionalmente nos espaços da Universidade.

2.2 Avaliação e análise - potencialidades/fragilidades

O desempenho dos ingressantes e concluintes dos cursos de graduação da UnB nos Exames de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE), elaborados com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e sua comparação com o dos estudantes de outras IES e regiões, constitui uma das medidas de avaliação da qualidade do ensino oferecido pela Instituição, dos currículos e das práticas pedagógicas dos cursos. Nesse sentido, os resultados do Exame realizado em 2006, 2007 e 2008, bem como do Questionário Socioeconômico respondido por ingressantes e concluintes dos cursos participantes, são aqui apresentados, como ferramenta para a análise e avaliação das políticas institucionais de ensino de graduação.

As Figuras 2.01 a 2.06 comparam a média geral no ENADE 2006, 2007 e 2008 para ingressantes e concluintes da UnB, respectivamente, com o desempenho dos estudantes de cada área no Brasil. Os dados englobam as médias obtidas em Formação Geral e no Componente Específico.

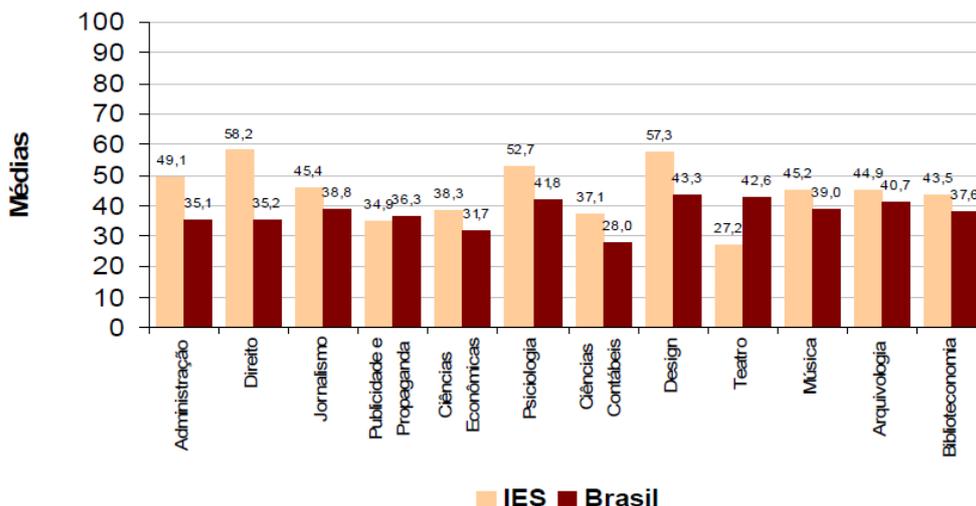


Figura 2.01: Comparação entre as médias gerais na prova dos estudantes ingressantes da UnB que participaram do ENADE/2006 e a média do Brasil. (Fonte: MEC/INEP/DAES.)

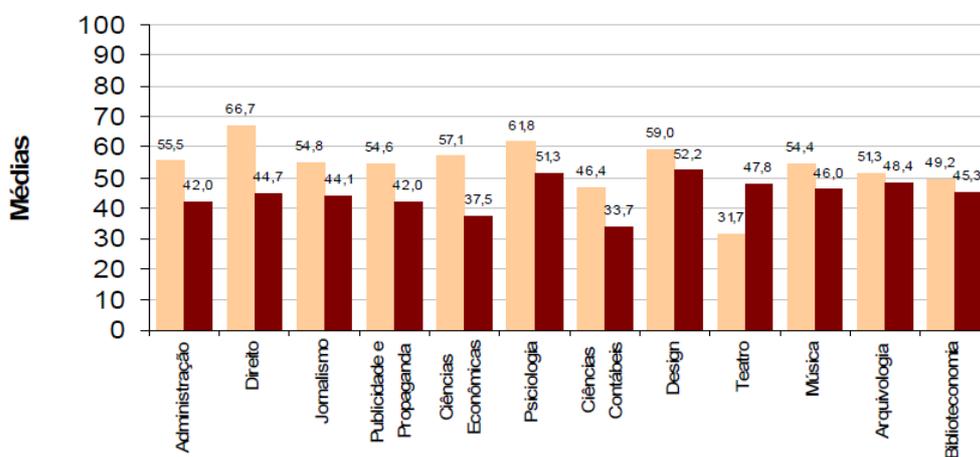


Figura 2.02: Comparação entre as médias gerais na prova dos estudantes concluintes da UnB que participaram do ENADE/2006 e a média do Brasil. (Fonte: MEC/INEP/DAES.)

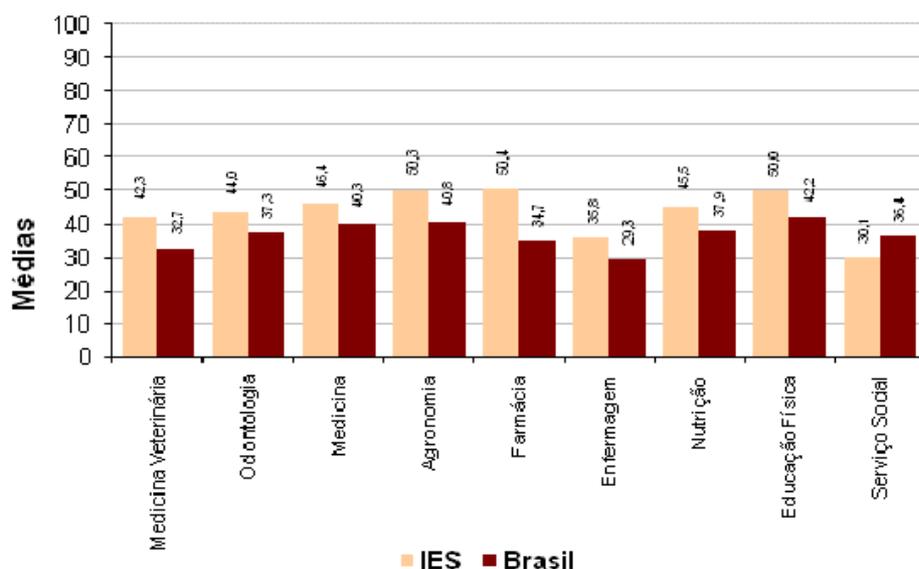


Figura 2.03: Comparação entre as médias gerais na prova dos estudantes ingressantes da UnB que participaram do ENADE/2007 e a média do Brasil. (Fonte: MEC/INEP/DAES.)

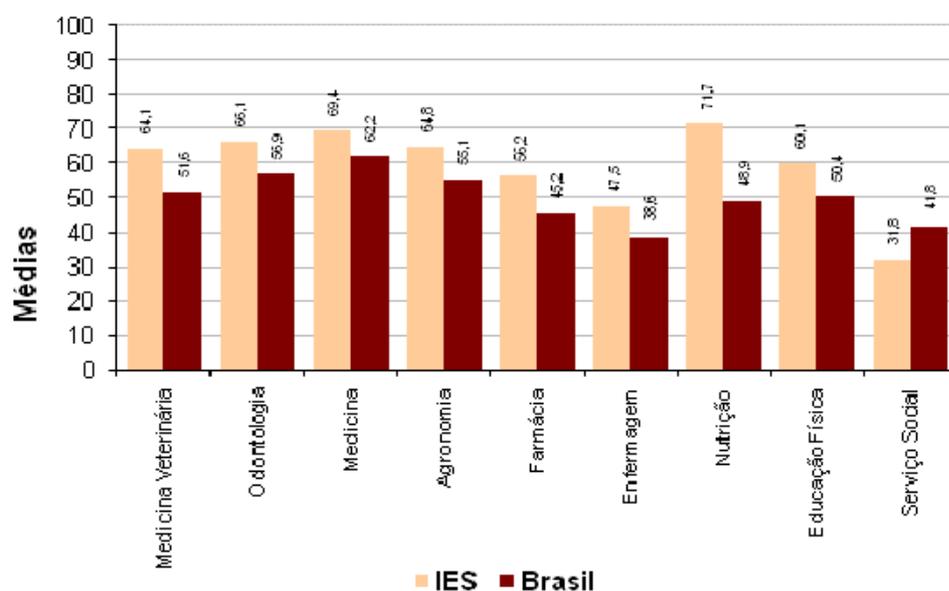


Figura 2.04: Comparação entre as médias gerais na prova dos estudantes concluintes da UnB que participaram do ENADE/2007 e a média do Brasil. (Fonte: MEC/INEP/DAES.)

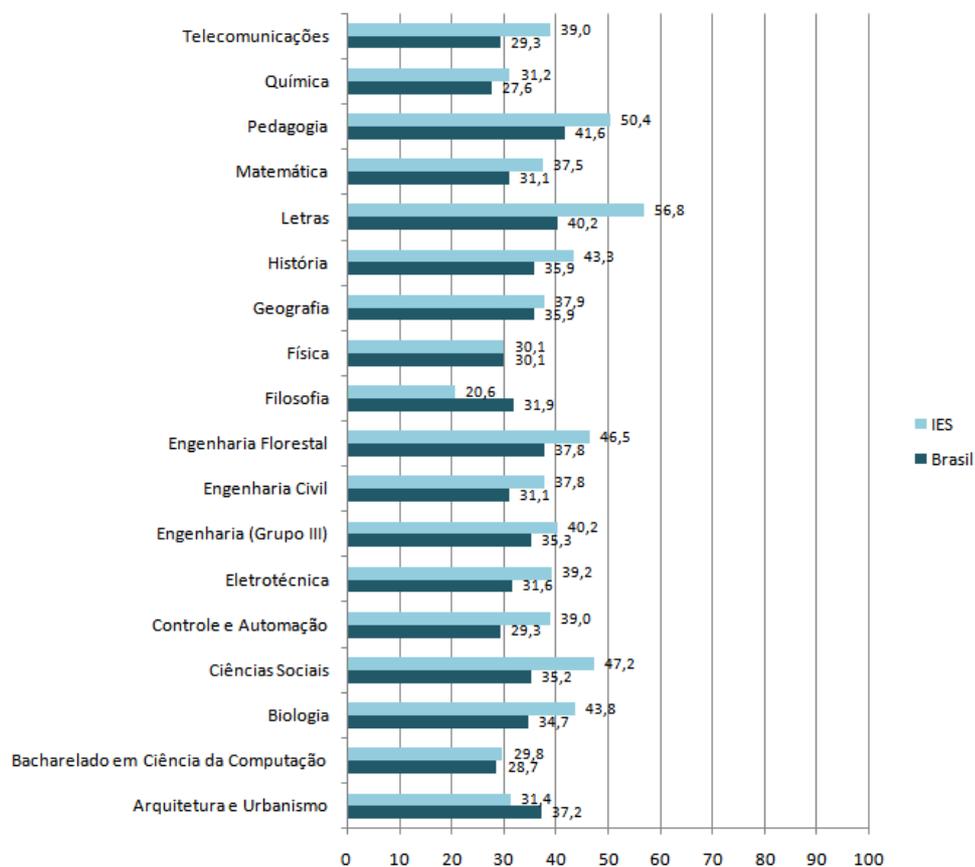


Figura 2.05: Comparação entre as médias gerais dos estudantes ingressantes da UnB que participaram do ENADE/2008 e a média do Brasil. (Fonte: MEC/INEP/DAES.)

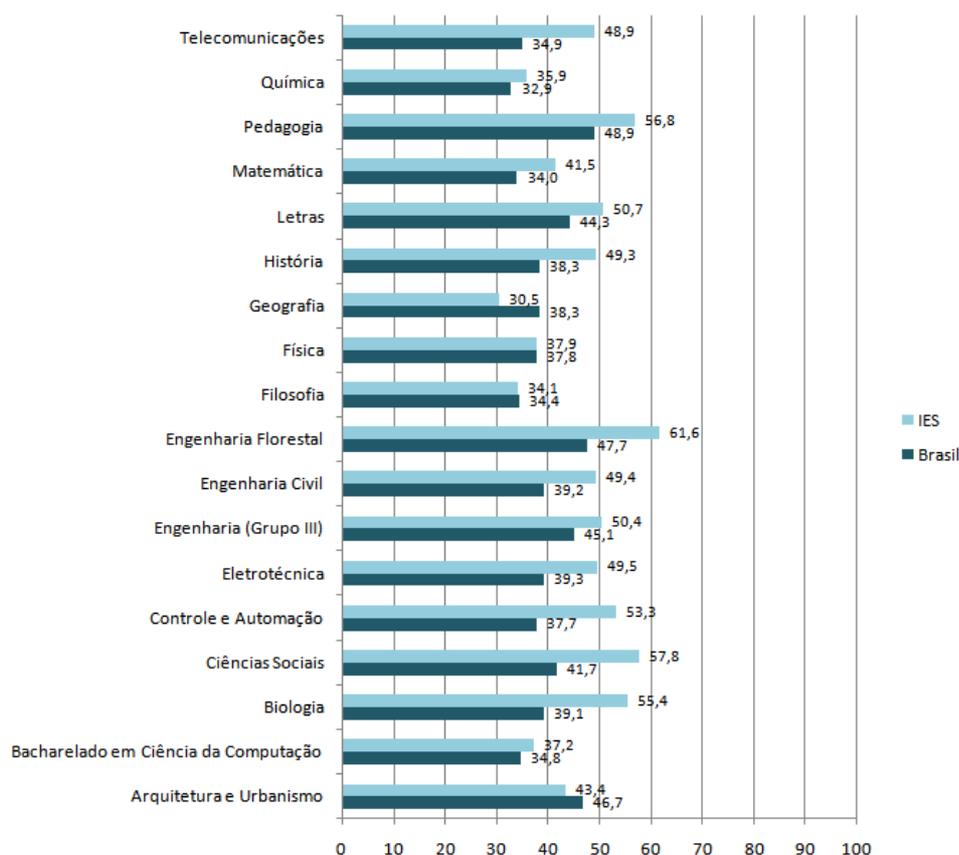


Figura 2.06: Comparação entre as médias gerais na prova dos estudantes concluintes da UnB que participaram do ENADE/2008 e a média do Brasil. (Fonte: MEC/INEP/DAES.)

As Tabelas 2.01 a 2.12 contêm informações do Questionário Socioeconômico do ENADE de 2006, 2007 e 2008 relacionadas à percepção dos estudantes sobre o ambiente de ensino-aprendizagem e a organização do curso, do currículo e da atividade docente. As tabelas apresentam as alternativas que obtiveram maior número de escolhas por parte dos estudantes.

Tabela 2.01: Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2006 que considera o currículo do seu curso relativamente integrado, já que as disciplinas se vinculam apenas por blocos ou áreas de conhecimento afins.

Área	Inst.	UF	Região	Brasil	Cat. Adm.	Org. Acad.
Administração	43,0	37,4	37,0	37,3	52,2	41,0
Direito	45,2	38,9	34,6	33,7	47,5	36,8
Ciências Econômicas	44,8	47,7	42,2	43,9	52,0	46,1
Psicologia	64,1	42,7	42,0	37,9	50,4	41,0
Ciências Contábeis	45,6	43,1	38,1	39,5	50,5	42,3
Design	50,5	44,2	40,2	38,5	50,1	42,7
Teatro	50,8	47,9	45,9	41,4	44,6	41,3
Música	53,5	53,5	45,3	44,6	47,7	46,1
Arquivologia	53,5	53,5	53,5	50,3	51,1	50,3
Biblioteconomia	45,1	45,1	42,5	48,0	50,6	49,6
Jornalismo	39,3	42,2	38,5	40,6	50,7	43,4
Publicidade e Propaganda	46,2	41,0	39,2	37,6	53,8	41,2
Total dos estudantes	47,8	39,1	36,3	36,2	49,9	39,4

Cat, Administrativa: Pública; Org. Acadêmica: Universidade.

Tabela 2.02: Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2007 que considera o currículo do seu curso relativamente integrado, já que as disciplinas se vinculam apenas por blocos ou áreas de conhecimento afins.

Área	Inst.	UF	Região	Brasil	Cat. Adm.	Org. Acad.
Medicina Veterinária	34,1	26,4	30,0	33,3	44,9	35,4
Odontologia	45,8	33,1	24,9	26,6	45,0	29,9
Medicina	35,8	34,1	39,4	39,8	50,8	42,9
Agronomia	57,3	43,3	36,6	38,2	46,4	42,1
Farmácia	62,5	40,7	35,9	31,9	51,7	36,8
Enfermagem	35,7	38,0	28,8	28,3	47,4	32,4
Nutrição	51,4	35,7	31,6	28,4	48,9	33,6
Educação Física	52,0	40,5	34,9	33,9	48,8	37,0
Serviço Social	35,0	30,3	29,4	24,6	33,5	26,4
Total dos estudantes	44,0	36,2	32,2	30,4	47,2	34,3

Tabela 2.03: Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2008 que considera o currículo do seu curso relativamente integrado, já que as disciplinas se vinculam apenas por blocos ou áreas de conhecimento afins.

Área	Inst.	UF	Região	Brasil	Cat.Adm.	Org.Acad.
Arquitetura e Urbanismo	45,98	31,69	27,11	46,05	37,91	34,91
Bacharelado em Ciência da Computação	52,00	40,51	41,47	46,45	39,75	38,71
Biologia	54,95	38,44	47,91	47,72	40,64	37,30
Ciências Sociais	44,54	38,07	44,54	48,84	45,03	44,29
Controle e Automação	47,76	41,55	51,44	33,06	33,91	32,68
Eletrotécnica	51,18	43,26	51,18	45,37	41,03	38,79
Engenharia (Grupo III)	39,26	32,79	39,26	43,47	38,99	35,25
Engenharia Civil	56,68	38,81	62,26	46,83	40,08	37,82
Engenharia Florestal	55,93	48,83	55,93	45,87	44,72	42,74
Filosofia	61,89	37,81	52,45	40,59	39,56	36,03
Física	46,90	37,57	41,58	40,43	41,44	41,11
Geografia	44,93	42,41	41,11	49,76	45,56	41,72
História	52,13	35,96	38,40	46,06	39,77	35,78
Letras	59,08	37,57	38,32	47,19	38,53	35,64
Matemática	45,40	38,55	41,83	39,92	40,46	39,81
Pedagogia	48,28	25,22	30,44	36,00	30,17	26,76
Química	56,16	41,44	55,93	46,42	41,64	39,50
Telecomunicações	48,22	35,92	35,92	44,20	38,47	35,79
Total de estudantes	50,79	35,07	39,03	43,71	37,34	34,21

Tabela 2.04: Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2006 que considera que todos os planos de ensino contêm todos os seguintes aspectos: objetivos, procedimentos de ensino e de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina.

Área	Inst.	UF	Região	Brasil	Cat. Adm.	Org. Acad.
Administração	50,5	58,2	53,7	54,7	40,8	52,6
Direito	40,7	62,9	56,1	56,3	32,1	53,2
Ciências Econômicas	53,5	62,9	50,4	48,9	37,4	48,6
Psicologia	65,6	80,7	71,3	61,1	39,9	59,0
Ciências Contábeis	64,4	59,8	51,2	51,7	39,7	51,0
Design	49,1	52,6	56,9	49,1	36,8	44,4
Teatro	48,1	56,0	57,4	45,6	42,4	48,3
Música	39,9	39,9	53,8	37,8	36,6	37,9
Arquivologia	75,4	75,4	75,4	48,4	48,7	48,4
Biblioteconomia	63,5	63,5	60,8	52,8	51,0	53,5
Jornalismo	49,8	57,9	55,7	49,4	36,5	48,0
Publicidade e Propaganda	33,8	57,5	53,4	50,2	30,3	46,0
Total dos estudantes	54,5	62,1	56,3	55,6	38,2	53,0

Tabela 2.05: Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2007 que considera que todos os planos de ensino contêm todos os seguintes aspectos: objetivos, procedimentos de ensino e de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina.

Área	Inst.	UF	Região	Brasil	Cat. Adm.	Org. Acad.
Medicina Veterinária	53,2	65,6	48,1	46,2	32,4	43,4
Odontologia	62,2	56,4	56,5	55,3	40,4	53,0

Medicina	62,5	70,1	53,9	43,4	29,2	40,3
Agronomia	62,4	66,9	44,6	43,5	35,0	39,8
Farmácia	53,6	49,9	49,8	53,0	30,9	48,9
Enfermagem	65,9	54,6	60,9	57,6	47,2	54,8
Nutrição	65,2	69,6	63,0	60,9	44,5	57,0
Educação Física	67,3	63,9	53,5	50,4	40,0	48,4
Serviço Social	43,9	61,6	67,4	61,6	46,4	61,9
Total dos estudantes	60,0	61,2	56,2	54,4	37,0	51,1

Tabela 2.06: Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2008 que considera que todos os planos de ensino contêm todos os seguintes aspectos: objetivos, procedimentos de ensino e de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina.

Área	Inst.	UF	Região	Brasil	Cat. Adm.	Org. Acad.
Arquitetura e Urbanismo	52,05	54,97	68,15	36,70	51,51	54,95
Bacharelado em Ciência da Computação	46,72	50,65	60,59	40,73	50,41	51,78
Biologia	52,32	55,09	68,76	42,48	52,38	56,04
Ciências Sociais	47,83	49,78	47,83	39,86	44,63	45,27
Controle e Automação	47,97	37,81	33,31	47,68	52,02	54,02
Eletrotécnica	57,14	47,13	57,14	38,89	46,47	48,37
Engenharia (Grupo III)	51,47	48,31	51,47	38,28	47,72	52,45
Engenharia Civil	61,29	45,77	41,96	38,26	46,85	48,26
Engenharia Florestal	64,36	42,56	64,36	36,24	39,17	40,54
Filosofia	44,02	57,82	61,01	43,82	48,71	54,34
Física	32,02	44,83	45,04	39,58	39,46	40,33
Geografia	22,09	45,59	52,30	44,07	48,67	51,45
História	46,54	52,21	70,08	50,70	57,08	59,98
Letras	53,71	56,81	72,33	48,94	54,36	57,14
Matemática	53,72	45,75	66,97	42,85	46,61	49,27
Pedagogia	51,12	66,44	66,28	58,02	62,85	65,74
Química	53,41	49,06	58,21	40,84	47,26	49,65
Telecomunicações	48,95	63,07	63,07	38,79	50,40	53,58
Total de estudantes	49,99	54,94	62,09	44,27	53,27	56,41

Tabela 2.07: Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2006 que considera que a maior parte dos docentes discute o plano de ensino com os estudantes ao iniciarem os trabalhos em cada disciplina.

Área	Inst.	UF	Região	Brasil	Cat. Adm.	Org. Acad.
Administração	42,0	31,7	35,1	35,7	41,2	37,4
Direito	57,7	36,3	37,4	36,9	40,7	38,3
Ciências Econômicas	38,1	30,5	35,0	37,9	41,4	38,2
Psicologia	48,1	34,1	35,8	37,9	44,4	38,9
Ciências Contábeis	35,7	33,4	34,6	35,5	41,9	36,8
Design	49,0	44,2	41,4	38,0	46,2	39,9
Teatro	46,3	37,6	38,4	41,3	43,2	41,4
Música	43,3	43,3	42,2	36,7	38,1	37,6
Arquivologia	32,9	32,9	32,9	40,3	40,1	40,3
Biblioteconomia	28,3	28,3	31,3	40,1	41,7	39,9
Jornalismo	59,6	39,6	39,3	40,1	45,2	41,8
Publicidade e Propaganda	38,4	33,5	36,2	38,0	41,4	39,8
Total dos estudantes	42,6	34,3	36,0	36,4	42,1	38,1

Tabela 2.08: Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2007 que considera que a maior parte dos docentes discute o plano de ensino com os estudantes ao iniciarem os trabalhos em cada disciplina.

Área	Inst.	UF	Região	Brasil	Cat. Adm.	Org. Acad.
Medicina Veterinária	40,7	52,5	43,4	39,9	28,0	36,6
Odontologia	25,7	44,4	45,4	43,9	27,6	42,2
Medicina	38,8	55,4	38,5	28,3	16,8	26,6
Agronomia	49,6	54,5	41,7	37,5	27,6	33,4
Farmácia	41,1	45,5	44,8	43,8	22,5	39,8
Enfermagem	50,3	45,4	49,4	48,2	32,8	44,5
Nutrição	54,4	59,4	52,1	49,7	32,5	46,0
Educação Física	46,0	55,6	46,8	42,5	26,7	39,6
Serviço Social	41,7	54,5	53,0	49,7	31,9	47,2
Total dos estudantes	43,9	51,6	47,4	44,8	25,8	40,9

Tabela 2.09: Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2008 que considera que a maior parte dos docentes discute o plano de ensino com os estudantes ao iniciarem os trabalhos em cada disciplina.

Área	Inst.	UF	Região	Brasil	Cat. Adm.	Org. Acad.
Arquitetura e Urbanismo	45,49	33,28	28,61	42,70	36,75	34,74
Bacharelado em Ciência da Computação	40,68	32,49	32,50	38,84	33,58	32,49
Biologia	45,18	36,03	31,67	41,52	38,25	35,79
Ciências Sociais	38,05	38,38	38,05	39,62	38,58	37,96
Controle e Automação	41,68	34,79	37,95	43,74	32,00	32,42
Eletrotécnica	45,24	37,96	45,24	44,55	40,58	37,54
Engenharia (Grupo III)	24,43	34,23	24,43	44,19	39,51	36,22
Engenharia Civil	46,08	35,94	49,61	44,53	38,13	36,89
Engenharia Florestal	47,76	43,65	47,76	42,07	41,35	40,39
Filosofia	21,86	33,74	21,34	33,37	34,55	33,40
Física	36,81	35,42	33,66	36,26	36,86	36,72
Geografia	48,74	38,64	34,89	40,39	39,55	38,01
História	51,18	36,35	26,55	40,02	36,37	33,47
Letras	42,47	35,08	31,42	38,83	34,99	33,84
Matemática	33,91	35,58	31,34	35,79	34,60	34,89
Pedagogia	56,97	31,93	36,50	38,53	33,74	32,41
Química	39,07	31,07	34,79	38,85	36,26	35,54
Telecomunicações	42,68	26,14	26,14	48,92	35,91	35,63
Total de estudantes	43,10	34,05	32,25	40,00	35,80	34,12

Tabela 2.10 – Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2006 que considera que a maioria dos professores do curso tem disponibilidade para orientação extraclasse.

Área	Inst.	UF	Região	Brasil	Cat. Adm.	Org. Acad.
Administração	39,9	39,0	39,0	40,9	35,0	38,4
Direito	32,1	30,7	33,0	36,4	24,4	35,0
Ciências Econômicas	46,5	47,5	36,5	36,4	34,0	35,8
Psicologia	67,4	40,7	41,6	42,2	44,0	42,3
Ciências Contábeis	29,1	41,8	37,7	37,8	31,2	34,9
Design	34,3	36,9	37,3	42,2	40,9	41,3
Teatro	44,8	43,7	40,0	37,1	33,3	36,5
Música	28,1	28,1	33,0	38,1	38,1	39,3
Arquivologia	48,4	48,4	48,4	33,0	33,9	33,0
Biblioteconomia	47,8	47,8	41,6	36,5	36,1	37,0
Jornalismo	38,8	40,5	40,8	42,8	38,7	42,3
Publicidade e Propaganda	36,0	41,1	42,4	43,7	37,6	43,5
Total dos estudantes	40,8	36,3	36,8	39,3	33,5	37,6

Tabela 2.11: Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2007 que considera que a maioria dos professores do curso tem disponibilidade para orientação extraclasse.

Área	Inst.	UF	Região	Brasil	Cat. Adm.	Org. Acad.
Medicina Veterinária	64,4	51,3	46,6	46,1	51,4	48,1
Odontologia	47,2	39,5	43,7	43,9	41,4	44,7
Medicina	46,7	47,8	40,4	40,5	33,9	38,4
Agronomia	52,4	47,3	43,1	44,5	44,4	45,3
Farmácia	46,4	37,2	40,7	42,4	44,5	42,2
Enfermagem	43,5	33,9	36,6	39,8	39,2	39,3
Nutrição	46,2	42,4	42,2	44,3	46,2	44,9
Educação Física	55,8	42,3	40,6	39,9	39,8	39,2
Serviço Social	23,2	39,4	38,2	35,6	31,7	33,7
Total dos estudantes	47,1	39,4	40,2	41,0	41,2	40,6

Tabela 2.12: Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2008 que considera que a maioria dos professores do curso tem disponibilidade para orientação extraclasse.

Área	Inst.	UF	Região	Brasil	Cat. Adm.	Org. Acad.
Arquitetura e Urbanismo	40,48	37,48	42,39	37,22	40,25	40,04
Bacharelado em Ciência da Computação	42,78	40,12	43,06	45,58	41,96	41,27
Biologia	46,51	39,51	42,02	45,85	41,56	39,33
Ciências Sociais	36,18	42,61	36,18	33,23	35,83	35,77
Controle e Automação	49,89	36,04	32,57	46,80	36,39	37,37
Eletrotécnica	57,14	42,92	57,14	44,17	41,70	40,76
Engenharia (Grupo III)	47,44	45,09	47,44	46,18	42,46	41,72
Engenharia Civil	53,92	36,46	34,87	45,92	41,28	40,03
Engenharia Florestal	31,15	39,36	31,15	42,16	43,66	43,58
Filosofia	47,27	40,24	45,11	36,19	36,13	36,12
Física	42,09	39,45	41,29	38,49	39,29	38,52
Geografia	36,17	36,89	36,84	35,31	34,08	34,23
História	65,79	39,31	49,68	38,60	36,07	35,00
Letras	45,31	34,65	40,71	35,28	35,44	35,07
Matemática	35,56	31,45	34,48	37,20	32,06	32,42
Pedagogia	48,49	37,51	37,40	35,79	32,93	34,69
Química	47,45	38,83	46,91	42,33	41,38	40,95
Telecomunicações	48,46	38,16	38,16	45,82	38,13	38,40
Total de estudantes	45,13	37,37	39,60	40,05	37,09	37,01

Dos 39 cursos da UnB que participaram do ENADE no período 2006-2008, 33 cursos tiveram desempenho acima da média nacional. De maneira geral, observa-se relação direta entre cursos que tiveram desempenho abaixo da média nacional e maior percentual de fragilidades apontadas pelos estudantes.

Os resultados da Avaliação e dos questionários socioeconômicos dos cursos de Teatro, Publicidade e Propaganda, Filosofia, Física, Arquitetura e Urbanismo, Serviço Social e Geografia devem ser criteriosamente analisados pelos Colegiados de Curso, que devem propor estratégias de superação de eventuais dificuldades. Os demais cursos também devem proceder à avaliação dos resultados obtidos nos Exames Nacionais. Os resultados das avaliações internas devem balizar a proposição de políticas institucionais de melhoria da qualidade do ensino e atendimento aos princípios e metas nacionais e institucionais para a formação superior.

Entretanto, apesar de solicitado pelo Decanato de Ensino de Graduação em 2009 que os colegiados de curso de graduação avaliassem o desempenho dos seus cursos no ENADE e discutissem as avaliações de disciplinas e de docentes por discentes, o número de colegiados que procedeu à avaliação ou que respondeu à demanda do Decanato pode ser considerado insignificante.

A elevada qualidade dos ingressantes da UnB e o número de docentes Doutores e em regime de Dedicção Exclusiva, em comparação com o restante do Brasil, constitui importante potencialidade para a qualidade do ensino de graduação na Universidade de Brasília.

Como outra potencialidade identifica-se o momento vivenciado pela universidade, que assume institucionalmente, para o período de julho de 2008 a julho de 2012, o Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília, bem delineado por meio de diferentes dimensões qualitativas e quantitativas, com cronograma geral de implementação e execução, bem como plano de acompanhamento e avaliação continuada da proposta, além do plano de acompanhamento de indicadores de qualidade⁴.

Como uma das fragilidades, identifica-se uma cultura acadêmica fortemente orientada para o individualismo, caracterizado pelo grande isolamento profissional e ênfase principal na pesquisa científica do docente, em detrimento da atuação no ensino de graduação e na gestão acadêmica, o que desafia a organização de ações motivadoras da participação coletiva na construção, por exemplo, de uma Proposta Político-Pedagógico Institucional que articule as mais diferentes instâncias de vida acadêmica com o fazer pedagógico em suas características mais amplas.

A ausência de cultura interna de valorização da avaliação do ensino de graduação, outra importante fragilidade, dificulta substancialmente a identificação de fraquezas nos

⁴ Ver Documento REUNI Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília, 2008-2012

currículos e nas práticas pedagógicas, bem como a proposição de ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino.

2.3 Propostas de enfrentamento

As propostas surgem da análise do processo instituído desde o final de 2008 e durante o ano de 2009, pois, apesar de institucionalmente assumido o processo de construção do Projeto Pedagógico Institucional, as ações que tiveram por objetivo organizar o debate coletivo para a produção de ideias ainda se mostraram insuficientes para a mobilização da comunidade acadêmica. Desta forma, para 2010 uma mudança na metodologia está planejada: ao invés das amplas discussões propostas pelas palestras e conferências organizadas em 2009, o debate da coletividade acadêmica será realizado a partir dos colegiados das diferentes unidades ou por segmentos dessas unidades. Espera-se, assim, enfrentar as fragilidades expostas no item anterior.

Deve-se buscar estratégias para incentivar a prática de avaliação do ensino de graduação na UnB, com discussões pelos colegiados de graduação dos resultados do ENADE e das avaliações das disciplinas e dos docentes pelos discentes. A avaliação complementar por grupos focais, como coordenadores de graduação, deve ser implementada.

O sucesso das ações propostas depende de apoio da comunidade e melhoria substancial do sistema de gestão da informação na Universidade, que deve ser reformulado para tornar a administração acadêmica mais próxima do estudante e das coordenações de curso.

3 Currículos: concepção e prática

- Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais, etc.) e as necessidades individuais.
- Com qual sistemática e periodicidade é feita a revisão de currículos? A periodicidade é adequada? Os mecanismos de atualização são adequados? Existem responsáveis pelo processo?
- Há ações desenvolvidas e encontros para discutir os currículos dos cursos? Há discussão em relação às DCN?

- Os currículos e programas de estudos de cada curso respondem ao perfil do egresso?

3.1 Descrição da Dimensão na Instituição:

Com a institucionalização recente da discussão continuada sobre reformas curriculares e elaboração de projetos Pedagógicos, evidenciados, por exemplo, pela atuação permanente da Coordenação Pedagógica e da Coordenação das Licenciaturas no âmbito do DEG, em 2009, as unidades acadêmicas da UnB passam a construir currículos pertinentes tanto em relação às demandas sociais, às necessidades institucionais e individuais, à adequação às exigências das DCNs e à adequação ao perfil pretendido para o egresso. Há que se ressaltar que todos os novos cursos têm sua oferta implementada somente após terem finalizado a elaboração de seus Projetos Pedagógicos e que os mesmos tenham sido aprovados tanto pelas instâncias colegiadas dos cursos como também pela Coordenação Pedagógica e Secretaria de Administração Acadêmica. Dessa forma, identificam-se diferenças nos processos de revisão dos Projetos Pedagógicos dos novos cursos em relação aos dos cursos já existentes, muitos dos quais ainda tardam na adequação de seus currículos às Diretrizes Curriculares Nacionais.

É interessante observar, por exemplo, a forte orientação para a demanda social que está permeando os debates e as ações dos cursos de licenciaturas, notadamente sobre a realização de Estágios Supervisionados Docentes, na educação formal e na não-formal, na educação pública e na particular, além do incentivo à realização das Práticas em locais de ensino e aprendizagem da comunidade. Além disso, para maior integração entre o setor público, o mercado de trabalho e a responsabilidade social da Universidade Pública, a Coordenação de Licenciaturas encontra-se no processo construção de parcerias formais com a Secretaria de Educação (escolas regulares, escolas técnicas, ensino básico e ensino médio). Merece destaque a participação da UnB, desde dezembro de 2008, em dois programas do MEC que objetivam a melhoria da formação dos licenciados e maior integração com a comunidade: Programa de Consolidação das Licenciaturas - PRODOCÊNCIA - e Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID.

Além das ações da Coordenação das Licenciaturas explicitadas anteriormente para os 22 cursos de licenciatura, a Coordenação Pedagógica analisou/acompanhou, entre fevereiro de 2009 e fevereiro de 2010, 50 propostas de construção de Projetos Pedagógicos de Cursos, entre elaboração de proposta de novos cursos e revisões curriculares de cursos

já existentes. Cada uma dessas propostas envolve análise de texto e reuniões de orientações com as equipes responsáveis pela construção do documento. Além disso, foram organizadas palestras para esclarecimentos de docentes e discentes sobre o processo de construção de Projetos Políticos Pedagógicos em dois *campi* - Gama e Ceilândia.

Para além dessas ações específicas foram realizados cinco grandes eventos abertos a toda a comunidade acadêmica, a saber:

- Seminário “Projeto Político Pedagógico na UnB” com as palestras: “Elementos para a construção dos PPP dos cursos da UnB” e “ O papel do estágio supervisionado nos PPP dos cursos de Licenciatura” , em 14 de maio de 2009;
- Seminário “Universidade e Sociedade”, que teve como convidado o Prof. Boaventura de Sousa Santos, em 04 de junho de 2009;
- Seminário: “Repensando o Acesso à Universidade”, em 22 de junho de 2009;
- “Encontro de professores sobre Educação Superior on line: troca de experiências com especialistas de Portugal, da Espanha e do Brasil”, em 23 de novembro de 2009;
- “Projeto Político-Pedagógico da UnB”, com a participação do Reitor da UnB, Prof. José Geraldo de Sousa Junior, e da Professora Ilma Passos, em 23 de novembro de 2009.

Paralelamente a essas iniciativas, a Coordenação de Acompanhamento e Integração das Licenciaturas instituiu o Fórum das licenciaturas, com a organização de um ciclo de quatro eventos:

- I Fórum das Licenciaturas da UnB: “A Formação de Professores”, com as palestras: “O estágio e a prática nos cursos de Formação Docente”, “O papel do MEC na formação de Professores”, em 13 de agosto de 2009;
- II Fórum das Licenciaturas da UnB: “Marcos Legais e Licenciaturas, com as palestras: “A construção dos PPP para Licenciaturas e “O estágio Supervisionado nas Licenciaturas”, em 14 de outubro de 2009;
- III Fórum das Licenciaturas da UnB: “Saberes Docentes e formação de professores”, em 04 de novembro de 2009
- IV Fórum das Licenciaturas da UnB: “Demandas e Desafios da Profissão docente: professores da rede escolar egressos da UnB”, em 09 de dezembro de 2009.

Em relação ao egresso, informações são obtidas por meio da ferramenta “Pesquisa de Egressos Formados da UnB”. Trata-se de pesquisa amostral junto aos formandos da instituição que utiliza um questionário elaborado em quatro blocos: I. informações pessoais; II. informações acadêmicas; III. informações profissionais; IV. informações sobre o curso realizado. A versão eletrônica desse estudo está disponibilizada no sítio da UnB/SPL (www.spl.unb.br).

Já foram realizadas pesquisas com os cursos de Desenho Industrial, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Elétrica, Agronomia, Administração, Contabilidade, Biologia, História, Direito e Psicologia entre os anos de 1993 a 2005. Por meio da apuração dos egressos da universidade, foi possível conhecer melhor o impacto da ação institucional da UnB na formação de profissionais, os êxitos e as fragilidades da formação em relação às exigências do mercado de trabalho e a identificação de competências que a formação ministrada desenvolve e outras que deveria desenvolver, entre outras vantagens. Desta forma, entende-se que o estudo de egresso é essencial para a universidade avaliar a eficácia de sua atuação e viabiliza o desenvolvimento e implantação de políticas e estratégias de melhoria na qualidade do ensino.

A pesquisa de egresso encontra-se interrompida na Universidade. O último estudo foi publicado em 2005. A orientação da atual CPA aponta para a retomada da pesquisa com egresso no atual exercício.

3.2 Avaliação e Análise - Potencialidades/fragilidades

Os resultados do ENADE 2006, 2007 e 2008 apontam para currículos, de maneira geral, coerentes com as Diretrizes Curriculares Nacionais. As Tabelas 2.13 a 2.15 apresentam a percepção dos ingressantes e concluintes quanto às expectativas sobre a contribuição do curso para a sua formação.

Tabela 2.13: Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2006 que considera a aquisição de formação profissional a principal contribuição do curso.

Área	Inst.	UF	Região	Brasil	Cat. Adm.	Org. Acad.
Administração	42,4	58,3	60,5	59,4	52,6	58,0
Direito	35,8	56,2	55,9	57,4	48,1	55,6
Ciências Econômicas	27,9	38,0	44,6	43,3	35,8	41,3
Psicologia	59,4	68,7	71,8	69,2	55,3	68,1
Ciências Contábeis	57,2	59,9	64,5	65,2	59,9	64,4
Design	51,8	59,4	53,5	59,6	53,6	57,4
Teatro	30,6	34,0	34,6	44,2	41,6	44,4
Música	46,1	46,1	45,6	49,7	48,1	49,7
Arquivologia	55,6	55,6	55,6	56,9	56,6	56,9
Biblioteconomia	64,9	64,9	68,1	60,6	57,7	59,4
Jornalismo	37,6	55,5	56,1	49,6	37,7	47,6
Publicidade e Propaganda	30,4	52,5	54,4	55,7	29,6	53,7
Total dos estudantes	46,8	57,5	59,2	59,3	49,3	57,9

Tabela 2.14: Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2007 que considera a aquisição de formação profissional a principal contribuição do curso.

Área	Inst.	UF	Região	Brasil	Cat. Adm.	Org. Acad.
Medicina Veterinária	82,0	70,8	73,1	74,9	75,7	75,2
Odontologia	76,4	79,0	79,9	80,0	84,2	81,2
Medicina	90,1	84,2	84,7	81,4	83,3	81,7
Agronomia	66,3	62,4	66,8	66,5	65,2	66,8
Farmácia	71,4	70,0	69,9	73,0	70,2	72,7
Enfermagem	80,2	75,5	74,9	73,6	77,5	73,4
Nutrição	64,8	75,5	75,7	76,7	75,9	76,1
Educação Física	59,9	66,2	65,8	65,6	62,9	65,4
Serviço Social	65,0	63,7	67,7	66,0	59,4	65,5
Total dos estudantes	74,0	73,0	72,3	72,4	73,2	72,3

Tabela 2.15: Percentual de estudantes que participaram do ENADE 2008 que considera a aquisição de formação profissional a principal contribuição do curso.

Área	Inst.	UF	Região	Brasil	Cat.Adm.	Org.Acad.
Arquitetura e Urbanismo	68,62	69,07	69,97	67,33	69,22	69,29
Bacharelado em Ciência da Computação	43,00	50,30	50,80	51,07	54,80	55,37
Biologia	53,58	61,72	53,62	60,35	63,36	64,62
Ciências Sociais	11,31	16,22	11,31	19,50	21,39	21,59
Controle e Automação	66,63	61,17	59,49	67,04	60,86	62,50
Eletrotécnica	44,06	53,58	44,06	58,26	60,47	60,99
Engenharia (Grupo III)	60,74	62,11	60,74	61,30	63,62	64,12
Engenharia Civil	70,05	63,35	57,52	64,82	66,32	66,77
Engenharia Florestal	48,46	59,28	48,46	65,95	67,53	68,00
Filosofia	12,70	25,48	19,08	15,59	17,07	19,81
Física	28,19	44,58	32,46	44,89	46,17	46,57
Geografia	20,48	43,83	35,59	40,82	45,39	48,54
História	22,59	35,59	25,74	28,20	36,11	39,29
Letras	32,36	52,61	50,70	42,48	52,27	53,95
Matemática	34,13	57,30	46,79	55,78	60,05	62,17
Pedagogia	40,56	63,83	58,43	53,07	61,11	62,73
Química	43,29	60,65	44,15	61,44	62,80	63,73
Telecomunicações	43,17	59,16	59,16	51,84	61,90	62,68
Total de estudantes	40,34	56,95	52,72	52,74	57,54	59,42

Historicamente na UnB, verifica-se a tendência de revisões curriculares decorrentes ou da mudança de referenciais do MEC ou da vontade de cada unidade, dependendo de aspectos tais como: mudança do corpo docente, abertura de cursos de pós-graduação, necessidade de atualização do perfil do curso, entre outros. A revisão curricular dos cursos já existentes ocorre em média de cinco em cinco anos, porém ainda se caracteriza, principalmente, por demandas específicas e pontuais das unidades, que não se configuram em uma perspectiva articulada de proposição político pedagógica. Entretanto, conforme já assinalado, o momento vivenciado na UnB é potencialmente favorável aos itens relacionados às propostas curriculares inovadoras que por sua vez possam configurar a organização de uma política institucional própria da UnB. Como fragilidade, no entanto, ainda se identifica a permanência de concepções curriculares tradicionais, fechadas e constituídas pela expressão de individualidades docentes ao invés de concepções curriculares que conjugam conhecimentos e práticas organizados em função de uma formação pretendida e contextualmente sensível.

Em relação às licenciaturas, identifica-se que a maior parte dos cursos ainda não realizou ou implantou as reformas curriculares de acordo com as Diretrizes Curriculares

Nacionais. Dentre as razões elencadas pelos cursos, está a impossibilidade de contratação de novos professores para dar conta da totalidade exigida de horas de prática e estágios supervisionados docentes. Atualmente, porém, com a disponibilidade de novos concursos no âmbito do REUNI, diversas vagas foram abertas e preenchidas e quase todos os cursos já iniciaram ou estão em fase de finalização das reformas curriculares de acordo com a legislação vigente. No entanto, o problema maior parece estar na falta de identidade da licenciatura como um curso de igual importância com os bacharelados nos Departamentos/Unidades, que ainda não se sentem responsáveis pela formação de professores. Os relatos de professores nos seminários realizados pela Coordenação de Licenciatura indicam a discriminação da licenciatura (professores, alunos, espaços) nas Unidades/Departamentos, a falta de representatividade da licenciatura nas unidades e na administração geral da universidade. Geralmente, os professores entendem a universidade apenas ou prioritariamente como um locus de pesquisa e formação profissional, onde a formação de professores seria um “curso menor”. Por essa razão, mesmo com as reformas curriculares, ainda predomina a noção de reforma curricular como cumprimento da legislação, mais do que qualificação dos cursos de formação de professores.

Apesar de a Lei do SINAES ser de 2004, até agosto de 2008 a UnB estava em situação de total irregularidade junto ao MEC quanto à renovação de credenciamento institucional e de reconhecimento dos cursos de graduação: não havia solicitado renovação de reconhecimento de sequer um curso de graduação, o que tornava irregular, inclusive, a emissão de diplomas. Após iniciar amplo processo de divulgação e de convencimento da necessidade de solicitação de renovação e fornecer condições técnicas para que os coordenadores de graduação pudessem preencher o sistema do MEC (E-MEC), no início de 2009 a UnB estava com 3 processos finalizados e, em março de 2010, encontra-se com 61 processos enviados ao MEC e já com parecer positivo. Dos cursos que possuem alunos em fase de diplomação, resta a regularização de 12 cursos junto ao E-MEC.

A necessidade dessa ação tem proporcionado avaliação dos currículos e exposto inconsistências dos currículos antigos frente a demandas atuais, propiciando discussões em torno da revisão dos mesmos.

3.3 Propostas de enfrentamento

Ainda que se reconheça a potencialidade do momento vivenciado institucionalmente em relação à valorização do ensino de graduação na Universidade, as reflexões coletivas necessárias para que os processos de revisão dos currículos e sua adequação ao perfil desejado do egresso se desenvolvam ainda devem ser consideradas como um dos desafios a serem vencidos, pois implicam a instalação de um novo paradigma na cultura acadêmica constituída historicamente em nossa universidade.

Como estratégia para enfrentamento do atraso da discussão e renovação de propostas curriculares ultrapassadas de cursos já existentes na UnB, tem-se incentivado a revisão curricular e avaliação dos Cursos de Graduação quando da solicitação de renovação de reconhecimento dos cursos no Sistema E-MEC. Propõe-se continuar com as atualizações curriculares e regularização da situação dos cursos e da Instituição perante a UnB e as normas nacionais.

Em relação às licenciaturas, a Coordenação de Acompanhamento e Integração das Licenciaturas objetiva, entre outras metas, incentivar reformas curriculares que possam ir para além do mero cumprimento da lei na proposição de abordagens inovadoras na formação que a UnB oferece a futuros educadores. Como ações desenvolvidas por essa coordenação identificam-se reuniões de discussão coletiva, fóruns de debates e reuniões com colegiados de cursos e com os coordenadores de graduação dos diversos cursos de licenciaturas, ações que se nortearam para o desenvolvimento de formas de ouvir o egresso, de acompanhar as demandas da profissão e de traçar princípios, metas e ações para que os professores dos cursos sistematizem as adequações advindas de tais demandas. A continuidade dessas ações é fundamental para que resultem em real aprimoramento dos currículos dos cursos.

Tendo em vista as potencialidades e fragilidades identificadas, são propostas ainda:

- A revisão da metodologia da construção do Projeto Pedagógico Institucional, de modo a instituir o debate com grupos menores discussões;
- A continuidade das ações da Coordenação Pedagógica e da Coordenação de Integração das Licenciaturas;
- A continuidade de cursos de Formação Docente, iniciados em 2009;

- A dinamização de informações pelo espaço virtual no portal da universidade, por exemplo com criação de uma chamada para os Projetos Pedagógicos dos Cursos.

B PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Introdução

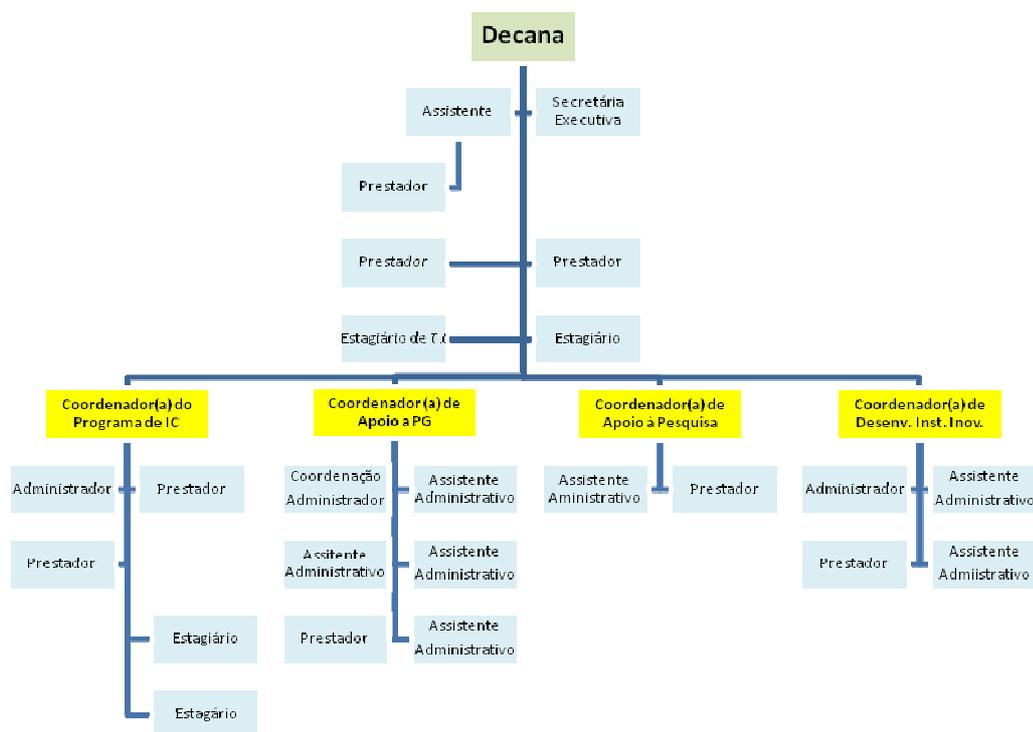
O Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP) é um órgão similar às Pró-reitorias em outras IFES, vinculado à Reitoria responsável pela supervisão e coordenação geral do ensino de pós-graduação e da pesquisa na Universidade de Brasília.

A **MISSÃO** do Decanato de Pesquisa e Pós-graduação, no âmbito da Universidade de Brasília e **fomentar a produção de novo conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, por meio do estabelecimento e gestão de políticas de apoio à P&PG da UnB, visando atender às demandas da sociedade. Estrategicamente, sua VISÃO e ampliar e aprimorar o sistema de P&PG da UnB de modo a torná-la referência para as comunidades acadêmicas nacional e internacional e para a sociedade.**

Dentre as diretrizes acadêmicas para a pesquisa científica destacam-se: 1) Definir linhas prioritárias de pesquisa científica, levando-se em conta as potencialidades da Instituição e as demandas sociais; 2) Agregar novos pesquisadores à atividade científica assegurando a continuidade e a renovação dos quadros científicos; 3) Incentivar a pesquisa científica em grupos emergentes, em consolidação e consolidados; 4) Estimular atividades científicas multidisciplinares e sem fronteiras entre grupos de pesquisa, empresas, órgãos governamentais e não-governamentais, regiões e países; 5) Estimular as pesquisas científicas e tecnológicas inovadoras, capazes de agregar valores a conhecimentos tecnológicos de interesse da sociedade e seus segmentos empresariais e humanitários; e 6) Proporcionar infra-estrutura básica de pesquisa, de modo que os pesquisadores possam ter condições mínimas para o desempenho dos seus processos de trabalho.

Para atingir as diretrizes e os objetivos institucionais, o DPP possui a seguinte estrutura organizacional (Figura 2.07):

Figura 2.07: Estrutura organizacional do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação.



Podemos agrupar os 22 objetivos do Plano Anual de Atividades, em grandes áreas, que correspondem aos **TEMAS ESTRATÉGICOS** eleitos para o período 2009/2012 que correspondem às diretorias do DPP:

1. Pós-graduação stricto sensu e lato sensu
2. Pesquisa
3. Iniciação científica

1 Pós-graduação stricto sensu e lato sensu - reúne 7 objetivos do PDI (3, 4, 5, 10, 16, 17, 19).

A pós-graduação na Instituição teve início em 1969, com o primeiro curso de mestrado em Física, seguido de Sociologia, no ano seguinte. A década de 1970 constitui-se num marco da ampliação e consolidação dos cursos de mestrado na UnB, em todas as grandes áreas do conhecimento. O doutorado, embora tendo iniciado também nessa década, iria ser ampliado no final da década de 1980, a grande maioria dos programas oferecendo cursos em todas as grandes áreas do conhecimento. O órgão interno

responsável pela coordenação das atividades de pós-graduação na UnB é o Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP).

Em 2009, a meta previa a **expansão em 5% dos Programas Stricto Sensu.**

No ano de 2009, temos o curso de Lingüística Aplicada (M) na área de Lingüística, Letras e Artes, como reestruturação do antigo curso de mesmo nome que foi fechado em 2007, e o curso de Nutrição Humana (D) na área de Ciências da Saúde.

No APCN 2009, foram submetidos 6 cursos novos de mestrado e 5 de doutorado, (Entomologia (mest/dout/mest.prof), Eng.Biomédica (mest); Engenharia Elétrica (mest/dout/mest.prof); Eng.Eletrônica e de Automação (mest/dout); Enfermagem (mest/dout) e Informática (dout). Esses cursos passaram por uma avaliação quanto à relevância estratégica para a região. A UnB conta atualmente com 67 cursos de mestrado e 51 cursos de doutorado, conforme Figura 2.08.

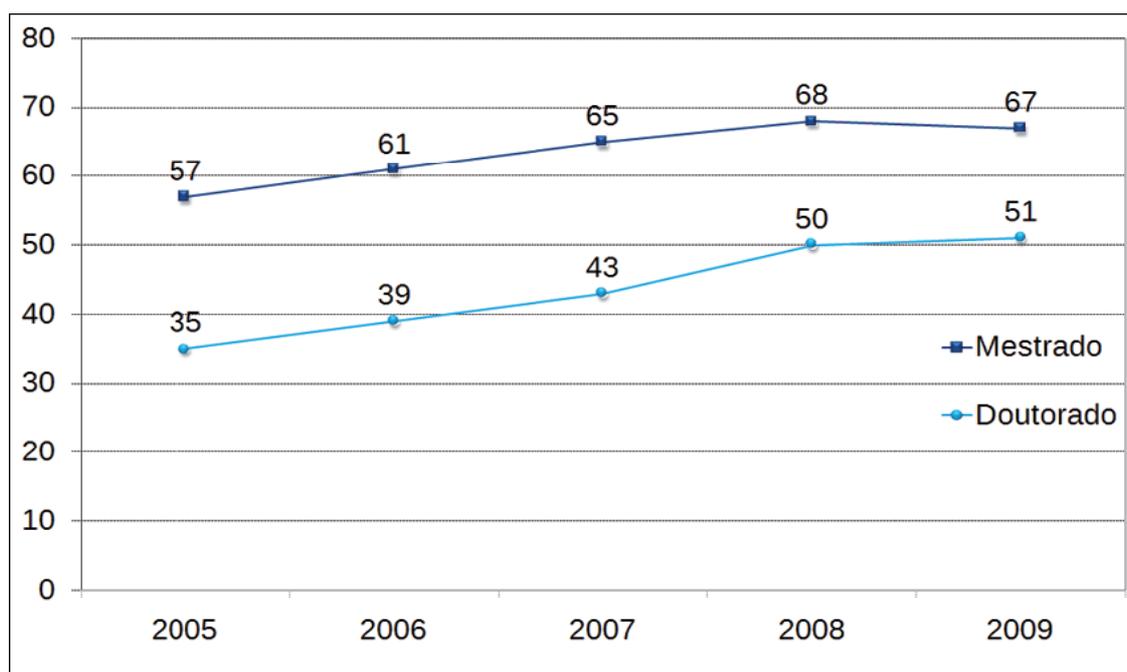


Figura 2.08: Evolução dos Cursos de Mestrado e Doutorado na UnB

Considerando os cursos novos, o esforço para implantação de curso de Engenharia Biomédica, Computação, Engenharia Eletrônica e de Automação, e Entomologia atendem a demandas específicas em termos de políticas públicas de inovação, atendendo as demandas da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e o Plano de

Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) do MCT (Engenharias, Agrárias, Exatas, Biológicas, Ensino de Ciências e Matemática).

Além disso, diversos cursos, já existentes, vêm respondendo positivamente a este contexto, inclusive com participações expressivas em editais de fomento patrocinados por recursos de Câmaras Setoriais.

A expansão de modo geral deve-se a um fortalecimento da cultura de vinculação entre pesquisa e pós-graduação principalmente pelos órgãos de fomento, o que termina por incentivar um maior engajamento dos docentes na pós-graduação. Além disso, especificamente no que se refere ao surgimento dos novos cursos de doutorado, trata-se de uma consequência natural dessa assimilação do atual contexto de pesquisa e pós-graduação, em que os docentes e as unidades acadêmicas buscam otimizar a base já instalada dos cursos de mestrado, ampliando para o doutorado naqueles casos em que ainda não o haviam feito. Possivelmente a tendência nos próximos anos é consolidar essa estratégia, buscando-se em cada programa de pós-graduação, obviamente dependente da qualidade e capacidade instalada, a coexistência de cursos de mestrado e doutorado, como forma de aperfeiçoar da base instalada e estratégia mais segura de aumentar a inserção regional e nacional no campo da produção do conhecimento e formação de pessoal qualificado. Já os cursos novos de mestrado surgiram em decorrência da necessidade de ocupar nichos acadêmicos específicos, seja como desmembramento de programas de pós-graduação já existentes para impulsionar uma maior especialização, seja pelo reconhecimento da existência de nichos vagos e demandas existentes na sociedade que necessitavam ser ocupadas. Esses cursos de mestrado deverão ser os embriões de novos cursos de doutorado, mantendo-se o cenário tendencial anteriormente descrito.

Com relação à matriz de alocação de recursos do PROF em 2009, não houve mudanças em relação à alocação do ano anterior, apesar dos esforços da Comissão de Planejamento e Gerencia do Programa em propor uma nova matriz, no sentido de reduzir as assimetrias, principalmente a alocação de recursos para bolsas de mestrado e de doutorado.

Desta forma, a distribuição de recursos do PROF/CAPES não sofreu grandes mudanças, mantendo-se o percentual de recursos destinados a cada Programa de Pós-Graduação segundo critérios históricos, consolidados na matriz de alocação dos referidos cursos.

Visando atingir o desafio da descentralização orçamentária o DPP passou o gerenciamento dos recursos diretamente aos Programas de pós-graduação, não obtendo

sucesso no gasto de pelo menos 70% dos recursos de custeio do PROF em bolsas, ficando a execução orçamentário-financeira em 63,71%, como pode ser visto no quadro abaixo:

Distribuição de Recursos por Fontes

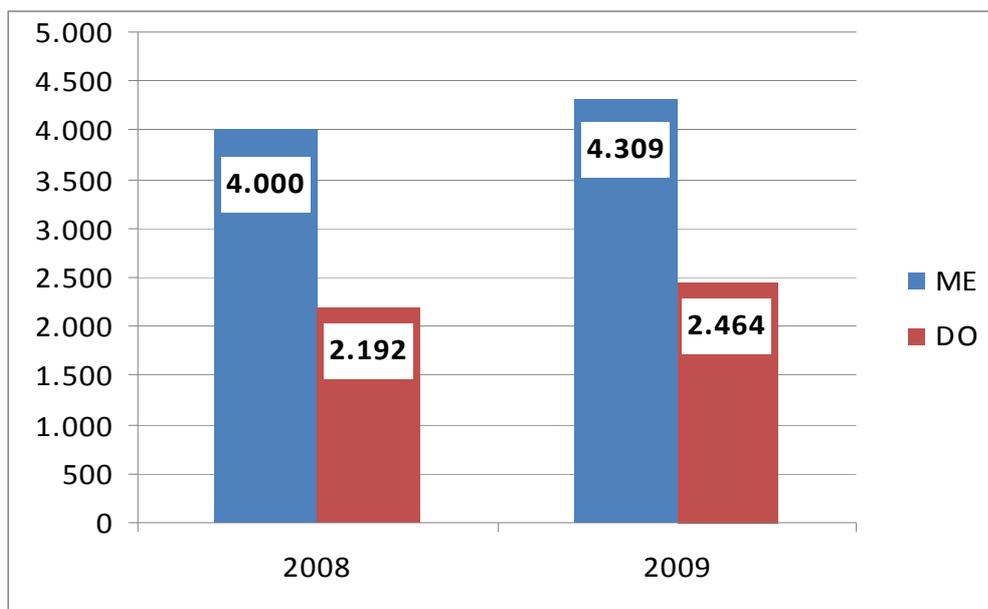
Fonte	Valor	%
CAPES/PROF	14.172.635,01	100,00
Pagamento CAPES (PROF+REUNI)	10.180.400,00	71,83
Pagamento CAPES (PROF)	9.029.600,00	63,71

Em dezembro de 2009, o DPP passou as novas diretrizes para a execução orçamentária dos recursos da matriz do PROF, para 2010, com vistas a atingir plenamente os objetivos do Programa de Fomento da Pós-graduação da CAPES, com as seguintes medidas:

- DPP informará os valores de bolsa, custeio e capital aos coordenadores dos Programas;
- Os coordenadores encaminham as solicitações de custeio e capital ao DPP;
- DPP encaminha solicitações ao DAF;
- DPP controlará os saldos dos Programas e informará aos coordenadores;
- Em março 2010 o DPP deverá ampliar a comissão de gerenciamento do PROF;
- DPP e CGP deverão elaborar nova de matriz orçamentária/custeio.

Mesmo com a deficiência no gasto de recurso com bolsas, tomando-se como parâmetro todas as fontes de recursos o volume bolsas em 2009 aumentou em relação ao ano de 2008.

Evolução do “N” de Bolsas de Mestrado e Doutorado no Período 2008-2009



A redução das assimetrias internas entre os cursos de pós-graduação vem sendo buscada por meio de um conjunto de ações coordenadas, a saber: revisão da matriz de alocação de recursos do PROF/CAPES para minimizar a distribuição desigual de recursos entre os programas, reestruturação de cursos inclusive com propostas de desmembramento que visem a fortalecer as identidades específicas de cada grupo, acompanhamento pelo DPP das discussões sobre reestruturação inclusive com apoio financeiro de recursos próprios para custear a vinda de avaliadores *ad hoc* e membros do comitê de área e principalmente com a edição em 2009 de 7 editais de apoio a Pós-graduação:

1 Auxílio Tese / Dissertação

- visa apoiar o aluno de pós-graduação regularmente matriculado nos Programas de Mestrado Acadêmico e Doutorado da UnB na confecção de materiais e reprodução de exemplares da dissertação de mestrado ou tese de doutorado, para fins de defesa da dissertação ou tese. Para se candidatar à defesa deve ocorrer dentro do prazo regular de conclusão do curso. O edital de auxílio tese/dissertação foi vinculado à conclusão do prazo de 24 e 48 meses, contribuindo para a diminuição do tempo médio de titulação dos alunos. (colocar quantos estudantes foram atendidos em 2009)

2 Apoio à Publicação em Periódicos Internacionais

- incentivar docentes do corpo permanente da Universidade de Brasília, preferencialmente aqueles que atuam em Programas de Pós-graduação da

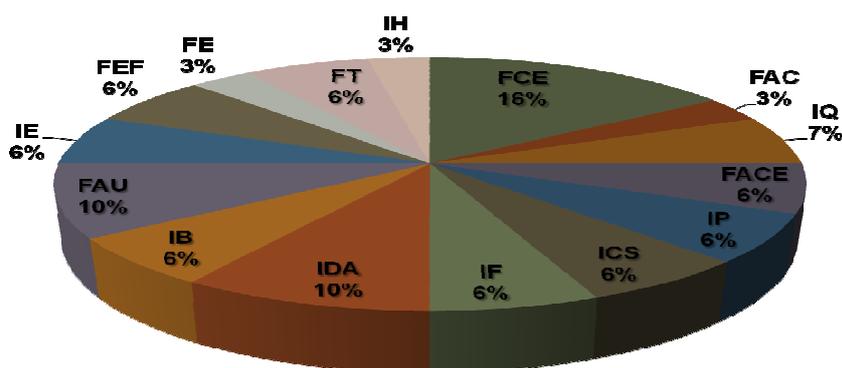
Universidade de Brasília, avaliados com a nota 3, 4 ou 5 e aqueles que não vêm apresentando produção científica internacional regular nos últimos 3 anos, a publicar os resultados de suas pesquisas em periódicos internacionais de ampla circulação, preferencialmente os classificados como níveis A e B pelo sistema Qualis da CAPES. Em 2009 foram atendidos 37 demandas formalizadas ao DPP.

3 Auxílio para Participação em Eventos Científicos no Exterior

- estimular e viabilizar a participação de professores, do quadro permanente e em exercício, em eventos científicos no exterior, tais como congressos e similares. Serão atendidos, preferencialmente, professores que não são contemplados com recursos para esse fim pelas diferentes agências de fomento ou semelhantes. Em 2009 foram atendidos 101 demandas formalizadas ao DPP.
- Montante global: R\$ 250.000,00 (Recursos Próprios)
- Montante solicitado: R\$ 303.815,04
- Total aprovado: R\$ 240.894,77

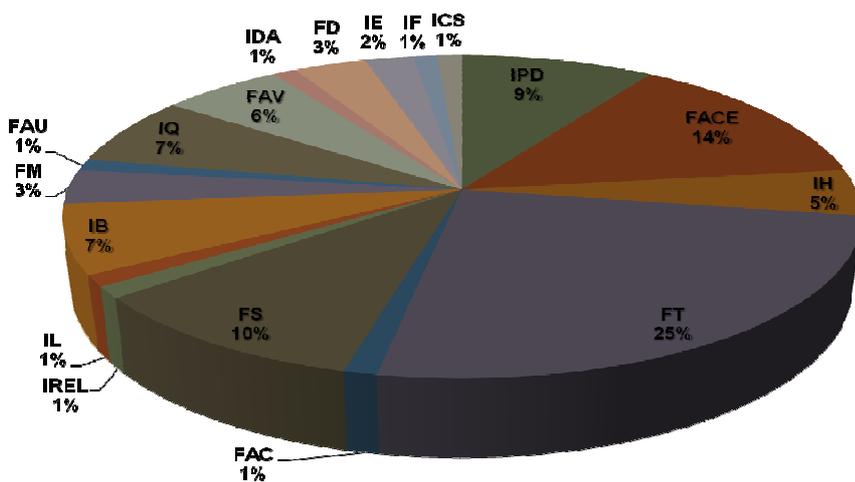
4 Participação em Eventos Científicos no País - docentes

- estimular e viabilizar a participação de professores, do quadro permanente e colaboradores, em exercício, em eventos científicos no país, tais como congressos e similares. Serão atendidos, unicamente professores que não são contemplados com recursos para esse fim pelas diferentes agências de fomento ou semelhantes. Em 2009 foram atendidos 29 demandas formalizadas ao DPP.
- Montante global: R\$ 100.000,00 (Recursos Próprios)
- Montante solicitado: R\$ 55.800,00
- Total aprovado: R\$ 43.979,25



5 Auxílio Participação em Eventos Científicos no País - pós-graduandos

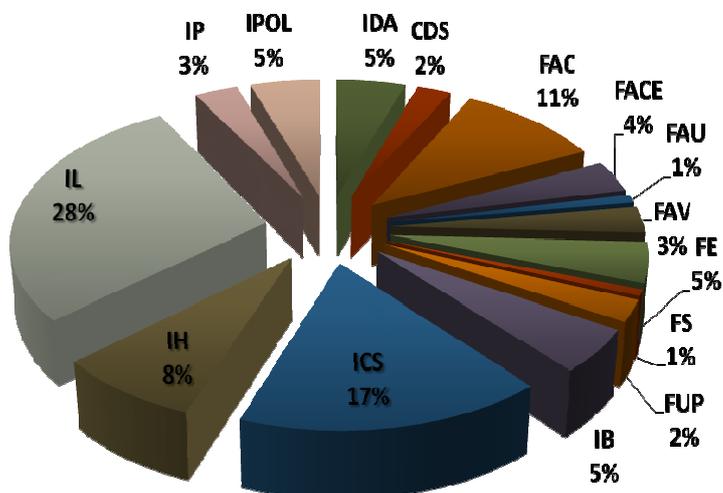
- estimular e viabilizar a participação de pós-graduandos regularmente matriculados nos Programas de Mestrado Acadêmico e Doutorado da UnB, em eventos científicos no país, tais como congressos e similares. Em 2009 foram atendidos 84 demandas formalizadas ao DPP.
- Montante global: R\$ 100.000,00 (Recursos Próprios)
- Montante solicitado: R\$ 130.500,00
- Total aprovado: R\$ 86.182,57



6 Edital de Apoio à Edição de Livros, Revistas e Coletâneas

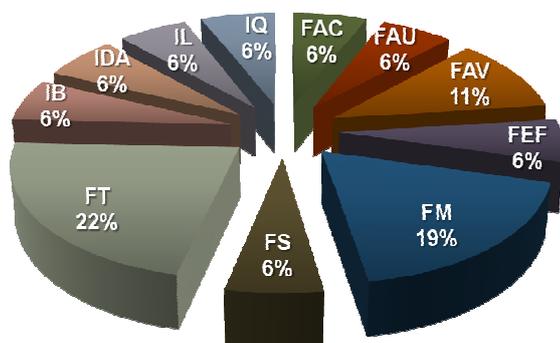
Visa apoiar a publicação de revistas nacionais pelos programas de PG com conceito 4 ou 5.

- Montante global: R\$ 250.000,00
- Total aprovado: R\$ 198.383,85



7 Apoio aos Programas de Pós-graduação com Conceito 3 e 4

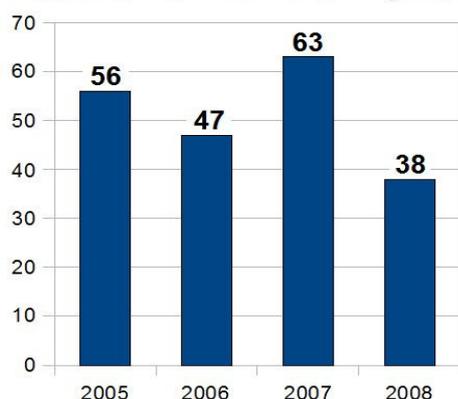
- visa apoiar os PPG com conceito 3 e 4 na compra de material permanente, de custeio ou serviços a terceiros com vistas a melhorar o desempenho do programa junto à CAPES.
- Montante global: R\$ 250.000,00
- Montante solicitado: R\$ 172.456,64
- Total aprovado: R\$ 140.134,37



Pós-Graduação Lato-Sensu (Especialização): reúne 02 objetivos do PDI (objetivos 1 e 20)

Os cursos de pós-graduação lato-sensu sofreram uma sensível queda na oferta, em face da crise instalada nas Fundações de Apoio, que eram os principais gestores dos recursos destes cursos. Neste sentido, a meta de ampliação em 5% do número de cursos de pós-graduação não só não foi atingido como necessita ser revista, tendo em vista os princípios de transparência e de compromisso social que estão pautados na ordem do dia.

Número de cursos de especialização



No ano de 2009 foram criados 21 cursos presenciais e 07 cursos a distancia.

Dificuldades ainda encontradas na execução dos cursos Lato Sensu:

- A meta de reestruturação do SIPPOS com ingresso nesse sistema dos cursos de pós-graduação lato-sensu não pode ser alcançada por dificuldades de articulação e comunicação entre o DPP, SAA e Centro de Informática - CPD, devendo ser objeto de atenção no ano de 2010.
- dificuldades na prestação de contas
- coordenações acreditam que basta transferir responsabilidade para fundações
- saldos remanescentes. Em diversos cursos "(...) verificou-se não haver justificativa para a inclusão nos respectivos Planos de Trabalho dos equipamentos ali listados, alguns deles de valor bastante elevado. (...) No entanto, a inclusão desses equipamentos na Planilha de custos implica em um aumento da mensalidade do curso, o que restringe o acesso do aluno carente à pós-graduação" (Acórdão TCU 1640/2004).
- pagamento de docentes - Art. 3. A gratificação será paga ao servidor por hora trabalhada, conforme limites estabelecidos no Anexo I deste decreto. Art. 9. O

pagamento da Gratificação deverá ser efetuado por meio do sistema utilizado para processamento da folha de pagamento de pessoal. (Decreto 6.114/2007). Medidas adotadas pelo DPP em 2009: - novo formulário de submissão de proposta de curso, contendo tabela que discrimine o valor-hora de remuneração e a quantidade de horas de trabalho no curso. - Exigência de respeito ao teto de remuneração estabelecido no decreto (limite anual de 120 horas trabalhadas, R\$ 152,22 por hora trabalhada, valor máximo anual de R\$ 16.279,62, conforme Resolução da Reitoria 48/2007). - Exigência de processamento do pagamento por meio da folha de pagamento de salário

- impedimentos para iniciar novos cursos
- registro de cursos. Resolução CEPE 29/2003: Art. 4. As propostas de cursos serão submetidas à aprovação do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP), em formulário próprio, até 60 (sessenta) dias antes do início do período de inscrição previsto. Os cursos, após aprovação nas instâncias devidas, são registrados no SIEX. Existem cursos que celebram convênios e contratos, iniciam o curso, movimentam recursos financeiros, e não foram registrados, vindo a requerer a certificação dos alunos ao término do curso.
- acompanhamento acadêmico

Residência Médica: responde por 01 objetivo do PDI (objetivo 18).

O número de bolsas de pós-graduação para residência médica passou de 123 no ano de 2007 para 134 bolsas no ano de 2008, correspondendo a um aumento de 9,18%. Atualmente a UnB tem 247 alunos de residência médica e residência médico-veterinária (dados extraídos do sippos em 14/01/2010).

Cabe, no entanto, salientar que as ações vinculadas a este objetivo fogem do escopo de atuação do DPP, tendo a execução financeira e processos decisórios de natureza técnica circunscritos ao Hospital Universitário. Neste sentido, é desejável que se faça um remanejamento do vínculo programático em termos de planejamento institucional, retirando este objetivo do PDI do DPP e vinculando-o ao Hospital Universitário.

2 Pesquisa e inovação: responde por 5 objetivos do PDI (objetivos 6, 7 12, 21, 22)

O órgão interno responsável pela coordenação das atividades de pesquisa na UnB é o Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP). A missão do DPP é fomentar a produção de novo conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, por meio do

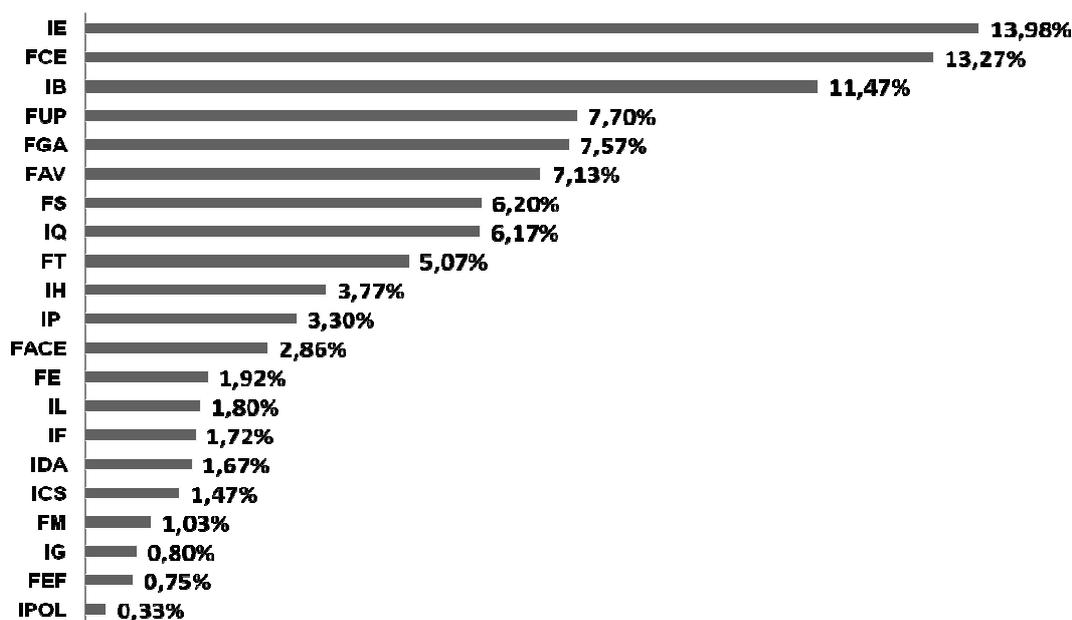
estabelecimento e gestão de políticas de apoio à P&PG no âmbito da UnB, visando atender às demandas da sociedade. A estrutura gerencial do DPP compreende: Decano e quatro coordenações, além do corpo de técnicos. A perspectiva apontada na missão do DPP está articulada em torno de cinco grandes eixos: 1) Programas de Pós-Graduação; 2) Projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação; 3) Gestão da Informação e do Conhecimento; 4) Captação de Recursos por meio de editais e parcerias; 5) Internacionalização dos Pesquisadores, da pesquisa e da produção do conhecimento.

Em 2009 o DPP incrementou consideravelmente o volume de recursos aplicados na pesquisa com os seguintes objetivos, em consonância com as diretrizes estratégicas para a pesquisa e a pós-graduação gestão 2008/2012.

- Agregar novos pesquisadores à atividade científica assegurando a continuidade e a renovação dos quadros científicos;
- Incentivar a pesquisa em grupos emergentes, em consolidação e consolidados;
- Proporcionar infra-estrutura básica de pesquisa, de modo que os pesquisadores possam ter condições mínimas para o desempenho de seus processos de trabalho.

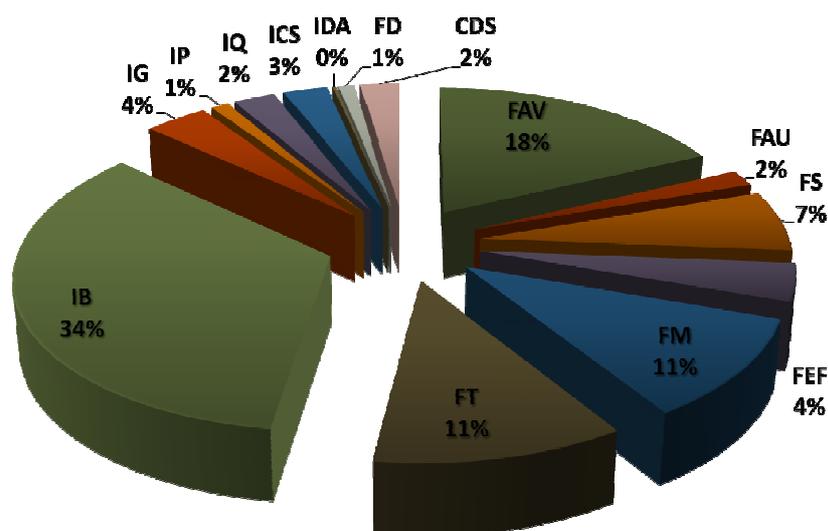
1 Inclusão de Novos Docentes na Pesquisa

- Visa apoiar a realização de projetos de pesquisas de docentes do quadro permanente da UnB que não atuem ainda na Pós-Graduação, preferencialmente aqueles contratados nos últimos dois anos e que tenham concluído seu doutorado nos últimos cinco anos.
- Montante global: R\$ 500.000,00 (Recursos Próprios)
- Montante solicitado: R\$ 555.554,24
- Total aprovado: R\$ 450.607,02



2 Apoio à Pesquisa de Campo (para pós-graduandos)

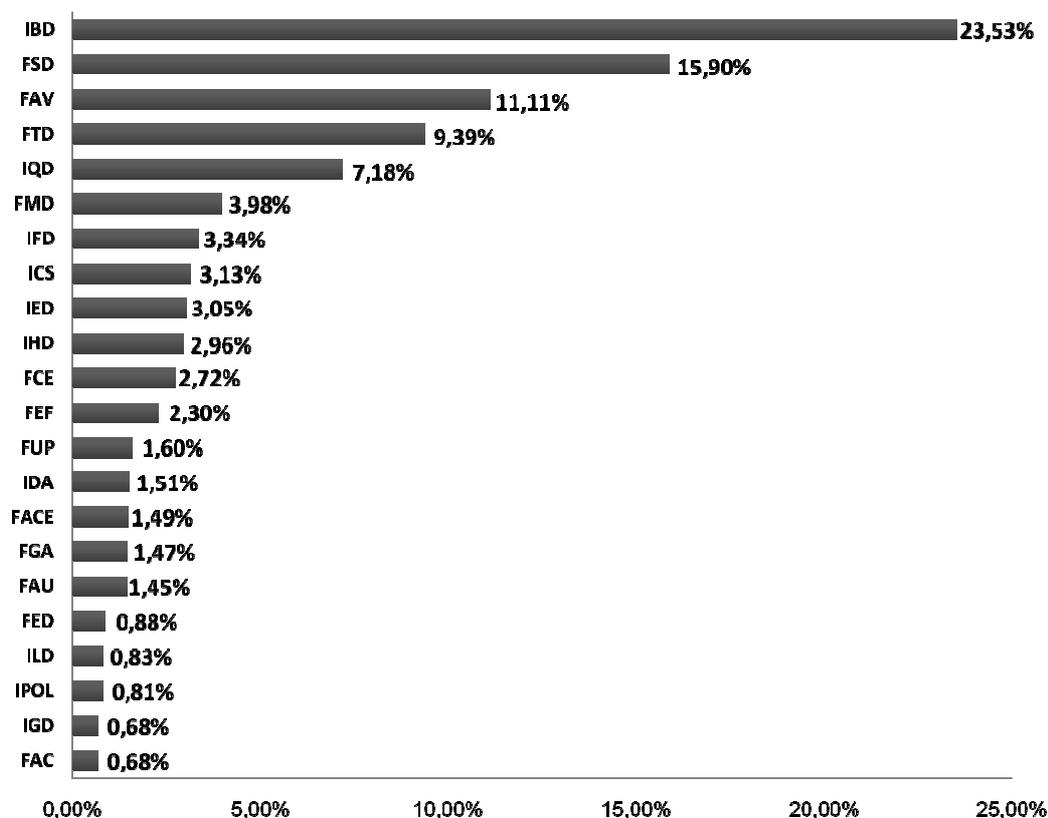
- Visa fornecer condições para que os pós-graduandos regularmente matriculados nos Programas de Mestrado Acadêmico e Doutorado da UnB realizem suas pesquisas, apoiando a compra de material de laboratório, o deslocamento para coleta de dados, etc.
- Montante global: R\$ 200.000,00 (Recursos PROF)
- Total aprovado: R\$ 228.513,43



3 Apoio à Pesquisa

Visa apoiar a realização de projetos de pesquisas de docentes do quadro permanente da UnB que venham atuando regularmente nos PPG e que não recebam bolsa PQ 1.

- Montante global: R\$ 600.000,00 (Recursos Próprios)
- Montante solicitado: R\$ 556.337,80
- Total aprovado: R\$ 484.575,10



Alem da política de estímulo a pesquisa via editais, o DPP vem conseguindo ampliar o número de grupos de pesquisa consolidados certificando ou re-certificando grupos do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Com a abertura dos novos Campi e a contratação de mais de 350 docentes em 2009, por meio do REUNI e do Banco de Professor Equivalente, houve aumento substancial dos grupos de pesquisa no Diretório do CNPq. Nesse ano houve o credenciamento de seis novos grupos de pesquisa no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/CNPq, com crescimento de 2% em relação a 2008, totalizando 275 grupos, conforme distribuição pelas grandes áreas de conhecimento, a seguir:

- ⊕ Ciências Agrárias - 16 grupo(s)
- ⊕ Ciências Biológicas - 27 grupo(s)
- ⊕ Ciências da Saúde - 29 grupo(s)
- ⊕ Ciências Exatas e da Terra - 28 grupo(s)
- ⊕ Ciências Humanas - 69 grupo(s)
- ⊕ Ciências Sociais Aplicadas - 52 grupo(s)
- ⊕ Engenharias - 31 grupo(s)
- ⊕ Lingüística, Letras e Artes - 23 grupo(s)
- ⊕ Total de grupos - 275 grupo(s)

O esforço para captação de recursos em projetos institucionais para melhoria da infraestrutura de laboratórios baseou-se na participação a diversas chamadas públicas/editais voltadas para o financiamento da Ciência e Tecnologia no país.

Os editais tradicionais na área de financiamento de infra-estrutura provêm da FINEP, que no ano de 2009 lançou a CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/CT-INFRA - PROINFRA - 01/2009, em que a UnB conseguiu a aprovação do **Projeto Institucional para a adequação da Infraestrutura de Pesquisa dos Grupos Consolidados e Emergentes da UnB**, e obteve recursos no valor de R\$ 8.764.672,00 (oito milhões setecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e setenta e dois reais), o dobro do valor obtido em 2008, ou seja, R\$ 4.507.653,00 (quatro milhões, quinhentos e sete mil, seiscentos e cinquenta e três reais);

Além destas iniciativas, a Universidade de Brasília concorreu ao EDITAL PRÓ-EQUIPAMENTOS INSTITUCIONAL Nº 13/2008 CAPES 2008, voltando para o fortalecimento das pesquisas na instituição. Neste Edital, as Unidades e/ou Programas de Pós-Graduação apresentaram 31 (trinta e um) Subprojetos, perfazendo uma demanda bruta de R\$ 4.912.891,88 (quatro milhões, novecentos e doze mil, oitocentos e noventa e um reais e oitenta e oito centavos). Foram priorizados 26 (vinte e seis) Subprojetos, com cortes de itens não elegíveis (notebooks, softwares, microcomputadores de uso individual, aparelho de multimídia, dentre outros), resultando no valor total de R\$ 1.998.523,06 (um milhão, novecentos e noventa e oito mil, quinhentos e vinte e três reais e seis centavos), envolvendo

seis grandes áreas do conhecimento: ciências da vida, ciências exatas, tecnológicas, ciências humanas, ciências sociais aplicadas e artes.

EDITAL PRÓ-EQUIPAMENTOS INSTITUCIONAL Nº 11/2009 CAPES 2008 foi inteiramente executado em 2009, distribuindo para as três grandes áreas um total de R\$ 1.934.999,35 (hum milhão novecentos e trinta e quatro mil, novecentos e nove reais e trinta e cinco centavos).

3 Iniciação Científica: responde por 01 objetivo do PDI (Objetivo 02)

Em 2009, o DPP tomou decisões importantes para aprimorar o Programa de Bolsas de Iniciação Científica em 3 eixos integrados:

a. Implementar a gestão participativa e compartilhada:

Internamente

- Ampliação do Comitê Institucional Gestor (15 membros por grande área)
- Realização de pesquisa com orientadores e estudantes para avaliação e aprimoramento do ProIC

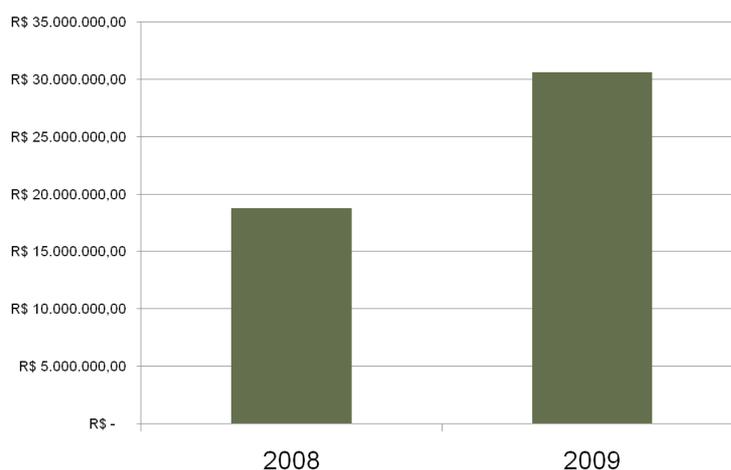
Externamente

- Fortalecimento do relacionamento institucional com o CNPq
 - Consolidação da parceria com os promotores dos Congressos de IC no Distrito Federal (UCB, UniCEUB, Fepecs)
- b. Aumentar os recursos do Programa da Iniciação Científica para abranger um maior número de estudantes vinculados.
- Acréscimo de 150 bolsas de IC na quota institucional da UnB com recursos do Reuni
 - Ampliação de 50 bolsas na quota PibiC/CNPq, passando para 453 bolsas
 - Obtenção de 25 bolsas no “Edital Ações Afirmativas” CNPq
 - Busca de parceria com a FAP/DF para a ampliação do número de bolsas de IC para os Editais 2009 e 2010 do ProIC.
- c. Medidas de Aprimoramento do Programa registradas em 2009.
- Inclusão no Edital 2009 de diretrizes de fomento voltadas para os novos campi da UnB e os recém-doutores. O edital 2009/2010, contemplou professores recém-

doutores e com lotação nos Campi de Ceilândia, Gama e Planaltina. Foram inscritos 1.030 projetos, tendo sido aprovados 674 para o Campus Darcy Ribeiro e 64 para cada os Campi;

- Atualização de normas internas do Programa (ex. Res. 004/2006)
- Participação com delegação de 40 estudantes na Reunião 2009 da SBPC em Manaus
- Normalização de rotinas e processos administrativos
- Ajustes e evolução do Aplicativo SIBOL e SibolWeb
- Premiação dos melhores trabalhos apresentados no 6º Congresso de IC do DF e XV Congresso de IC da UnB

4 Evolução dos recursos do DPP em 2009, todas as fontes



Em 2009 houve um aumento significativo no volume de recursos, voltados para as atividades fim do DPP, quase dobrando o aporte destinado ao Decanato. Entretanto, o cumprimento de demandas históricas reprimidas e a necessidade de apoio e fomento às atividades de pesquisa e pós-graduação apontam para a necessidade de um crescimento ainda maior no montante de recursos a serem destinados ao DPP.

5 Considerações finais - DPP - DESAFIOS

- Adotar um modelo de gestão que esteja afinado com o Programa da Chapa UnB Século XXI “Propostas para reconstruir o presente e inaugurar o futuro”. Nesse sentido, cabe destacar duas premissas deste Programa que devem servir de “bússola” na condução das atividades pelo DPP:

- Fazer da gestão participativa, com o envolvimento dos diferentes segmentos da UnB, a busca de uma visão múltipla, integrada e sustentável de desenvolvimento, assim como uma perspectiva democrática e cidadã do ensino, da pesquisa e da extensão.
- Exercer a gestão compartilhada no planejamento, no controle e na fiscalização do orçamento e das demais práticas acadêmicas e administrativas no âmbito da UnB, tendo como referencial a qualidade de vida de estudantes, técnico-administrativos e docentes, de modo a promover efetivamente a construção de uma Universidade para todos, como espaço de bem-estar e de convivência solidária. Uma gestão compartilhada que operacionalize as seguintes diretrizes:
 - Transparência
 - Acessibilidade
 - Inteligibilidade
 - Participação

C EXTENSÃO

Esta dimensão trata de políticas para a extensão universitária, concepção de extensão afirmada no PDI, de atividades e programas de extensão realizadas junto à comunidade e seus benefícios, participação dos estudantes nas ações e o impacto observado em sua formação. Analisa, também, a articulação das atividades de extensão com o ensino, pesquisa e extensão e as necessidades do entorno social, apresentando a sistemática de acompanhamento e avaliação das atividades de extensão. Destaca, ainda, os incentivos institucionais para o desenvolvimento das atividades de extensão. Por fim, aborda os aspectos positivos e os que merecem atenção em relação às políticas extensionistas.

1 Políticas institucionais para o desenvolvimento das atividades de extensão, órgão interno responsável pela coordenação dessas políticas e atividades

As políticas institucionais de extensão são executadas principalmente por meio de editais de fomento. Cada órgão é responsável por lançar seus próprios editais. Os editais de fomento a Projetos de Extensão de Ação Contínua – PEACs, assim como o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX, são da alçada da Diretoria Técnica de Extensão – DTE e objetivam promover o desenvolvimento de comunidades, a integração

social e a integração da universidade com instituições de ensino. O Edital PIBEX, mais especificamente, investe na ação planejada e avaliada da extensão no processo de formação acadêmica do estudante, com os seguintes objetivos: estimular professores a engajarem estudantes de graduação nas ações de extensão, buscando consolidar grupos e linhas de atuação extensionistas e incrementando a relação entre a extensão e a graduação, proporcionando aos novos bolsistas meios e processos de produção e inovação de conhecimentos; ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país; incentivar bolsistas e orientadores a desenvolverem atividades que impliquem na diversificação das relações disciplinares, procurando desenvolver relações multi/inter ou transdisciplinares entre setores da universidade e da sociedade; contribuir para tornar a Universidade de Brasília um centro de excelência em extensão.

A política institucional da extensão permite, ainda, a concessão de créditos de extensão aos alunos que participarem de Projetos de Extensão, dependendo da aprovação pelos colegiados dos cursos de graduação. A seleção e distribuição dos recursos previstos nos Editais são realizadas via Comissão constituída por coordenadores da Câmara de Extensão. Em 2009, o edital de fomento distribuiu recursos próprios da UnB de R\$ 200.000,00 para 54 PEACs, contemplados com valores entre R\$ 4.400,00 e R\$ 1.890,00, e o Edital PIBEX concedeu 330 bolsas.

2 Conceção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI

Missão do Decanato de Extensão⁵: promover relações universidade x sociedade mutuamente transformadoras, articulando arte, ciência, ensino, pesquisa e desenvolvimento social.

O espaço da Extensão permite à Universidade aproximar-se dos conhecimentos das classes populares, ter contato com a forma de pensar das comunidades. Isso possibilita mais do que simples troca entre o saber popular e o acadêmico, e abre espaço para elaboração conjunta, onde cada um, com sua lógica, colabora de forma ativa, para a construção de conhecimento transformador. Esta concepção se traduz em um conjunto de compromissos em curso na UnB, buscando:

- assegurar a transversalidade acadêmica;
- Instrumentalizar a vinculação de projetos de extensão a diretórios temáticos;

⁵ Fonte: PDI 2006-2010

- dinamizar as ações de extensão de intervenção social e estímulos às políticas públicas;
- criar eixos norteadores de discussão da extensão e cultura no âmbito acadêmico;
- Implementar ações de ensino, pesquisa e cultura, e fomentar políticas de intervenções diretas nas comunidades partícipes do Distrito Federal e entorno, na perspectiva da sustentabilidade regional;
- criar redes de parcerias internas e externas para o fortalecimento da política institucional de extensão;
- fomentar a extensão como espaço para a pesquisa;
- promover a interface entre os projetos e ação contínua de extensão;
- dinamizar as propostas da Universidade em ações integradas com a comunidade externa;
- solidificar os núcleos de extensão.

Além dos PEACs, cabe destaque aos inúmeros cursos e processos de capacitação realizados pelo Centro Interdisciplinar de Formação Continuada (INTERFOCO). A formação continuada é concentrada em dois pilares: a pessoa do profissional como agente constante de formação, e a instituição formadora como lugar de crescimento profissional permanente. Essa interação acontece por meio de projetos de parcerias e cursos de extensão, nas diversas áreas do conhecimento, com a participação das unidades acadêmicas e outros centros que compõem a universidade. Neste sentido, podemos destacar:

- Acordo de cooperação com o Centro de Educação a Distância (CEAD), objetivando a reciprocidade para atividades entre o ensino presencial e a distância;
- Ministério da Cultura (MINC). Realização de cursos para capacitação e aperfeiçoamento de servidores;
- Ministério da Educação (MEC). Grandes programas de formação continuada em Matemática e Língua Portuguesa para Professores do Ensino Fundamental das Escolas Públicas como o GESTAR II – Gestão da Aprendizagem Escolar II, que atinge as escolas públicas da maioria dos municípios em 24 estados brasileiros, para professores das séries finais e o Pró-Letramento para professores das séries iniciais;

- Embora a maioria dos cursos de extensão seja concebida e executada nos Departamentos e Núcleos da Universidade, o INTERFOCO tem, ainda, a função de estimular a elaboração de cursos demandados pela comunidade. No exercício de 2009, foram realizados 429 cursos de extensão, com uma captação de recursos financeiros, no montante de R\$ 1.012.233.00.

3 Atividades e programas de extensão junto à comunidade regional, em termos sociais, culturais, da saúde e outros

A agenda permanente de extensão da UnB contempla, aproximadamente, 200 projetos de ação contínua de extensão. Além disso, existem espaços permanentes em três núcleos de extensão localizados nas cidades satélites, do Distrito Federal, de São Sebastião, Estrutural e Brazlândia, e um projeto com característica de núcleo em Alto Paraíso (GO), voltado para ações de extensão, ensino e pesquisa na região da Chapada dos Veadeiros. Trata-se de espaços dinâmicos de acolhimento da pesquisa e ensino, na perspectiva de promoção da interface entre esses diversos projetos, da integração comunitária e do fomento das políticas universitárias para a extensão e cultura com a sociedade.

O desenvolvimento dos programas em Brazlândia só foi possível por meio da parceria entre a UnB e a Administração Regional, que cedeu o espaço físico para abrigar as atividades propostas, além de compartilhar a gestão daquele espaço em várias parcerias de trabalho. Essa parceria institucional se estende à Diretoria Regional de Ensino de Brazlândia e a diversos grupos e movimentos organizados da comunidade local.

Em observância a mesma dinâmica de parcerias com entidades da comunidade local, o Núcleo de São Sebastião apresenta uma ação comunitária consolidada ao longo de quatro anos naquela região. Os espaços de atuação do programa de extensão em São Sebastião são definidos por meio de múltiplas parcerias com organizações comunitárias.

A extensão universitária da UnB nas áreas mais excluídas do Distrito Federal ampliou-se com a criação de três novos campi, localizados nas regiões administrativas de Ceilândia, Gama e Planaltina. Essas ações se destacam pelo alto caráter de interface multidisciplinar e integração comunitária sob a coordenação de seus proponentes.

Existem, ainda, outras ações de extensão em espaços multidimensionados com a direta participação do Decanato de Extensão, tanto na gestão, quanto no apoio a essas

atividades, para a garantia do desenvolvimento da pesquisa como prática social e estabelecimento de indicadores para a instrumentalização da extensão.

A atuação social, na dimensão institucional, mostra-se permanente e impregnada à cultura interna, prática que envolve dirigentes, colaboradores, parceiros e beneficiários. Essa atitude expressa, acima de tudo, um compromisso e uma política de participação pró-ativa no processo de desenvolvimento social, cultural e econômico das regiões em que se inserem as ações institucionais propostas, definidas pelas demandas e necessidades comunitárias.

Além da forte inserção regional, cabe destacar que a Universidade de Brasília participa de inúmeras atividades de extensão em nível nacional, particularmente no apoio ao desenvolvimento e consolidação das políticas públicas universais, com destaque nas áreas de saúde e educação. Estamos presentes em milhares de municípios do país, tanto na modalidade presencial, quanto a distância, atendendo, especialmente, a chamadas de editais dos Ministérios da Educação e da Saúde, entre outras agências estatais.

Os Projetos de Extensão de Ação Contínua imprimem o caráter de transdisciplinariedade à extensão por sua ação de integração entre a comunidade e a universidade. São produções vinculadas, em sua maioria, de acordo com as diretrizes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEXT.

A distribuição atual de projetos nas áreas temáticas está assim constituída:

Área temática	Quantidade de projetos de extensão de ação contínua
Comunicação	7
Cultura	23
Direitos Humanos e Justiça	7
Educação	75
Meio Ambiente	26
Saúde	63
Tecnologia e Produção	9
Trabalho	4

Fonte: DTE/DEX

O Decanato de Extensão abriga os núcleos de Promoção e Igualdade Racial, da Agenda Ambiental e do Projeto Rondon.

O Projeto Rondon, parceria entre Ministério da Defesa e o Decanato de Extensão da UnB, desenvolveu atividades nos estados do Pará, Piauí, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Sergipe, Amapá; envolvendo 6.231 beneficiados entre professores, alunos voluntários e moradores locais em 2008

No momento, atua em capacitação e organização do retorno da *Operação Grande Sertão* e da *Operação Casa Velha* em homenagem a grande poetisa Cora Coralina. Nessa Operação, foram enviadas 14 equipes para 7 (sete) municípios da região da cidade de Goiás Velho. Por meio do projeto, a UnB já capacitou mais de 25.000 (vinte e cinco mil) membros das comunidades visitadas, tendo como ênfase a capacitação nas áreas de saúde e educação, com o atendimento a mais de 3.000 (três) mil profissionais, entre profissionais de saúde e educação. A formação dos estudantes ocorre em uma disciplina curricular, de caráter optativo, com frequência atual de 300 (trezentos) estudantes, divididos em oito turmas. Até o momento, foram enviadas operações que atendem a 15 municípios em seis estados.

O Núcleo de Promoção da Igualdade Racial – NPIR foi criado pelo Ato da Reitoria nº 759 em abril de 2007, vinculado ao Decanato de Extensão e envolveu 2.462 beneficiados (público e equipe técnica - professores, técnicos, estudantes bolsistas e voluntários) entre os meses de fevereiro e dezembro de 2008. Em 2009 foram cerca de 2.500 beneficiados nas atividades como: o Boas-Vindas aos calouros, Mostra de Filmes, e disciplina pensamento negro contemporâneo, entre outras vinte atividades.

O Núcleo da Agenda Ambiental da UnB (NAA), sediado no Decanato de Extensão, tem a missão de discutir e implantar, de forma participativa, a Agenda Ambiental nos Campi da UnB. O objetivo principal é elaborar um plano de ações para a melhoria da qualidade de vida e da sustentabilidade ambiental na Universidade. As atividades já atingiram um número de participantes de cerca de 6000 pessoas em 2009, em ações desenvolvidas como: "Sou UnB, Jogo Limpo", "Digo Não aos copos descartáveis" e "Concurso Cidade Verde, Sustentável, a cidade dos meus sonhos", entre 13 ações extensionistas.

Na atual gestão, a Casa da Cultura da América Latina - DEX-UnB desenvolve suas funções, focando o processo da interculturalidade, e orienta suas atividades pelo conceito de América Latina, que considera a imensa diversidade de etnias e culturas que, por coexistirem em um mesmo continente, contribuíram para a constituição de um repertório cultural singular, feito de multiplicidades de maneiras de compreender o mundo, mesclas e sincretismos. Esse conceito de diversidade abrange o aporte dos países da península

ibérica e africanos, o legado indígena, entre outros presentes na nossa formação. Nesse sentido, a CAL conduz seus trabalhos com a finalidade de difundir o pluralismo cultural, trabalhando as possibilidades de respeito, convívio, aprendizagem e interação entre as diferenças nesse imenso território de multifacetado.

Atualmente, a CAL também tem se destacado pela realização de inúmeras oficinas, atividades em parcerias internas e externas, exposições com programação pedagógica, cursos de extensão na área de cultura, direitos humanos e meio ambiente, programas como: as Semanas Latinas, mostras e ciclos de cinema. Além disso, a CAL alberga acervos etnográficos e de arte contemporânea brasileira em torno de 1500 obras com valor artístico e pecuniário; entre elas, vale citar: Athos Bulcão, Rubens Valentim, Tarsila do Amaral, Oscar Niemeyer.

Situada na capital da República e na UnB, vinculada ao Decanato de Extensão/DEX, é um instrumento, também, de divulgação da cultura local e nacional e de inserção brasileira no campo da América Latina.

Cursos de Extensão

O objetivo precípua dos cursos de extensão não é captação de recursos, mas sim difundir o conhecimento produzido na universidade para a sociedade. Embora a maioria dos cursos de extensão seja concebidos e executados nos Departamentos e Núcleos da Universidade, o INTERFOCO tem, ainda, a função de estimular a elaboração de cursos demandados pela comunidade. No exercício de 2009, foram realizados 429 cursos de extensão, com a captação de recursos financeiros, no montante de R\$ 1.012.233,00.

4 Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação

O aluno extensionista recebe créditos interdisciplinares por seu envolvimento na pesquisa via extensão universitária, de acordo as regras definidas em cada colegiado, seguindo o Projeto Político-Pedagógico do curso. Essa experiência oportuniza o contato direto com a comunidade, como primeira experiência no exercício de sua formação, agregando um compromisso com as comunidades com as quais se envolve. Em 2009, cerca de 1500 alunos se envolveram com atividades de extensão na UnB.

O aluno, regularmente matriculado na UnB, pode participar das atividades de extensão de várias formas, sempre sob a supervisão de um professor:

- como instrutor dos cursos de extensão;
- como tutor dos cursos a distância ou via rede;
- como integrante da equipe executora de uma atividade de ação contínua.

A indicação do aluno deve ser acompanhada do seu histórico escolar e dos critérios de seleção. Mediante solicitação do coordenador do curso, o aluno instrutor ou tutor terá direito à certificação da função desempenhada. O DEX concede anualmente um determinado número de bolsas de extensão para alunos que participam de Projetos de Ação Contínua, de acordo com a disponibilidade de recursos.

Tabela 2.16: FUB/UnB: Apoio ao envolvimento do aluno em atividades acadêmicas, 2004 a 2009

Tipo de envolvimento do alunado no desenvolvimento de atividades	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alunos em Atividades de Extensão						
11. Com bolsas de extensão	287	312	201	249	317	330
12. Voluntários	772	108	449	674	853	1213
Subtotal	1.059	420	650	923	1170	1543

Fonte: Estatísticas Decanato de Extensão

5 Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social

Os novos olhares para a extensão universitária conferem às discussões um sentido de redimensionamento da atuação da extensão, que busca fortalecer a extensão universitária como espaço de construção e fomento dos saberes, de produção conceitual, de interface multidisciplinar, de articulação plural e tridimensional. Percebe-se, neste contexto, a superação da antiga visão assistencialista, assumindo a extensão um papel de espaço dinâmico de múltiplas construções, de troca de saberes e de participação efetiva da comunidade nas relações da universidade e sua intervenção no resultado da produção acadêmica.

A importância dos programas de extensão universitária é o de revelar o caráter de uma ação política, na abordagem de amplo comprometimento social, estabelecido na relação entre universidade e sociedade.

Nesse sentido, a extensão se comporta como diretriz de articulação e abrigo das ações propostas pelos projetos, que se integram em redes de trabalhos focados nas

comunidades específicas do universo das relações institucionais. Configura-se, assim, a extensão numa expressiva ferramenta de comunicação e difusão da produção científica estabelecida por meio de uma linguagem de abrangência popular. A mais importante ferramenta de aproximação e troca de experiências com a comunidade é o professor e o aluno. Espera-se, a partir desse pressuposto, que se institua processos dinâmicos de ensino e pesquisa, a partir das práticas acadêmicas apresentadas às comunidades partícipes, como prática de inserção e transformação social.

Pensar a extensão universitária implica repensar, sob certa dimensão, o próprio modelo de universidade, tanto intrínseca quanto extrinsecamente. É preciso repensar questões como a produção e o acesso ao conhecimento e seus produtos, as oposições ideológicas e restritivas entre trabalho intelectual e manual e entre “dentro” e “fora” da universidade. É preciso repensar as relações da universidade como aportes institucionais na construção de condições de vida pública qualitativamente respaldada nos parâmetros da pesquisa desenvolvida pelas várias áreas acadêmicas.

A universidade pública é um espaço de criação e recriação de conhecimento. Nesse contexto, a extensão deve irradiar o ensino e a pesquisa, propiciando demandas, reivindicações, anseios e saberes da comunidade externa da universidade, e modificando permanentemente as concepções de pesquisa e de ensino. Assim, entende-se a extensão como possibilitadora da função essencial da universidade, que extrapola o espaço universitário, e intervém na prática social, como elemento de infinitas possibilidades de transformação.

A ênfase na extensão não se constitui num mero acaso ou em novas discussões conceituais no âmbito acadêmico. Essa perspectiva da extensão constitui-se na resposta da Universidade ao avanço da organização da sociedade civil, que desenvolve mudanças significativas na conjuntura do país. Essas mudanças ampliam os espaços de participação social e política, incentivam o surgimento de novos atores sociais, que buscam estabelecer parcerias no espaço das universidades, potencializando, assim, as ações institucionais como elementos contribuintes na resolução de problemas sociais graves instituídos no cotidiano da maioria da população brasileira.

Os projetos de extensão de ação contínua são espaços que propiciam o desdobramento das atividades de extensão em publicações científicas, comunicações em congressos científicos, monografias, dissertações e teses de doutorado, como, por exemplo, o projeto “A mandioca para melhorar o bem-estar dos Pequenos Agricultores no Distrito

Federal”, que teve artigo publicado no Jornal de Ciência e na Revista Science and Development Network. De forma quantitativa, há um percentual de 30% dos projetos atualmente cadastrados, que têm produções acadêmicas, conforme os listados acima.

A edição da revista Participação tem o lançamento de dois exemplares anuais indexados, bem como o lançamento de um livro. Há, ainda, a confecção de um catálogo com as informações de todos os projetos e programas cadastrados neste Decanato, cujo objetivo é servir de “memória” de extensão e referência bibliográfica para a citação destes projetos.

E, por último, oferta de disciplinas de extensão pelo Núcleo do Projeto Rondon e pelo Núcleo de Promoção da Igualdade Racial.

6 Sistemáticas de acompanhamento e avaliação das atividades de extensão

A Universidade de Brasília está participando do esforço coletivo das universidades públicas para viabilizar e desenvolver o Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj), que tem como objetivo auxiliar o planejamento, gestão, avaliação e a publicação de projetos de extensão. O SIGProj se originou do Sistema de Informação em Extensão Universitária (SIEEX), desenvolvido em parceria do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O foco principal do SIEEX é atender à demanda de registro, gestão, monitoramento e avaliação on-line de ações de extensão. Esse sistema é ainda precário em relação à geração de dados, além de não possuir um módulo de certificação, dificultando o trabalho completo da avaliação. Neste contexto, pretende-se elaborar um sistema orgânico virtual que permita planejar ações, gerir processos, estabelecer e acompanhar metas, favorecer comunicação intra e interinstitucionais, e avaliar as ações de extensão qualitativa e quantitativamente.

O Decanato de extensão tem um órgão colegiado, a Câmara de Extensão - CEX, que promove reuniões quinzenais para debater as políticas de extensão da universidade e avaliar cada projeto e curso propostos pela comunidade acadêmica, a partir de uma avaliação prévia de relator- membro desse órgão.

Desde 2009 iniciamos a estruturação de observatórios temáticos, com intuito de criar espaços transversais de avaliação e troca de experiência. Em 2010, no intuito de dar maior visibilidade e integração às ações dos Projetos de Extensão de Ação Contínua, está em processo a elaboração de Seminários com os envolvidos nas ações de extensão,

principalmente os que recebem recursos deste Decanato, para participarem os resultados alcançados com as ações dos projetos a Comunidade Acadêmica. A criação dos diretórios de extensão tem finalidade semelhante, pois busca agregar ações semelhantes, presentes em vários projetos, para fortalecê-las.

A Exposição dos painéis dos bolsistas PIBEX, realizada durante a Semana de Extensão, é uma das maneiras de acompanhamentos das ações de extensão, que são desenvolvidas pelos PEACs e que recebem o recurso PIBEX. Assim como os relatórios enviados, anualmente, pelos Coordenadores e Bolsistas. A renovação dos PEACS está condicionada à apresentação dos relatórios do ano anterior ao pedido de renovação.

7 Incentivos institucionais para desenvolvimento das atividades de extensão

As atividades de extensão da UnB têm se beneficiado dos incentivos institucionais externos e internos. No plano externo, temos uma participação ativa em todos os editais públicos: Bolsas Reuni, Edital PROEXT Cidades (Ministério da Educação e Ministério da Cultura), Edital Conexões: escola Aberta, Lei 5.245/2009 Bônus Especial de desempenho institucional – Senado Federal, edital MEC/ Educação Continuada, analfabetismo e diversidade. No plano interno, merece grande destaque o aporte de recursos próprios para as atividades contínuas de extensão. O Decanato de Extensão da UnB conta com orçamento anual para garantir o edital de bolsas PIBEX, além de recursos para as atividades da Casa de Cultura da América Latina, Projeto Rondon, Núcleo da Agenda Ambiental, Núcleo de Promoção da Igualdade Racial, Grupo de Trabalho da Reforma Agrária-GTRA. Ressaltamos que os recursos referentes ao ano de 2009, para o Programa Institucional de Bolsas de Extensão –PIBEX, foram dobrados em relação ao ano anterior, o que configurou maior quantidade de bolsas com período de duração de oito meses.

8 Aspectos positivos

Entre os aspectos positivos da extensão universitária desenvolvida pela UnB, destacamos a longa trajetória na área, especialmente a partir da redemocratização do país e da própria universidade, processo iniciado em 1985. A UnB teve uma forte inserção na cidade a partir de seus projetos. Um forte indicador dessa presença é a Semana de Extensão - SEMEX, realizada no segundo semestre, e que, em 2010, terá sua décima edição. A SEMEX é, hoje, um grande evento do calendário acadêmico, político e cultural do DF. É um movimento anual de divulgação da Universidade de Brasília e da extensão

universitária por meio de uma programação de quatro dias oferecida à população e regiões do Entorno do DF pelas unidades acadêmicas e administrativas da UnB. Em sua última edição em 2009, contou com público participante de 29.517 pessoas em 400 atividades, distribuídas em 17 modalidades (exposições, cursos, minicursos, debates, conferências, oficinas, palestras, mesas-redondas, entre outras).

No plano externo, merece destaque o esforço da UnB no movimento nacional de extensão, que vem alcançado grandes resultados, especialmente na busca de um marco legal mais consistente. A recente aprovação pelo Congresso (dezembro de 2009) de uma lei de extensão que irá permitir o pagamento de bolsas a alunos e professores nas IFES é um exemplo de conquista que contou com intensa participação da UnB.

9 Aspectos que merecem atenção

A avaliação positiva da trajetória da extensão universitária na UnB evidencia, porém, enormes desafios para a consolidação de nosso trabalho nessa área. Para alcançar um novo patamar, estamos trabalhando com seis objetivos estratégicos para o período 2009-2012: 1) fortalecer a política de extensão, institucionalizando sua integração com a pesquisa e o ensino; 2) assegurar o princípio da sustentabilidade na ação extensionista; 3) elevar o patamar acadêmico e gerencial da extensão, incluindo capacitação e apropriação de novas tecnologias; 4) definir o marco legal da extensão na UnB e contribuir para sua definição em âmbito nacional; 5) impactar a avaliação do corpo docente, com indicadores acadêmicos de extensão reconhecidos por agências como CAPES e CNPQ; 6) dar maior visibilidade à ação da extensão no âmbito da universidade e da sociedade.